



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

Memória e conformação da identidade nos integrantes dos movimentos de
"Madres y Abuelas de Plaza de Mayo"

Dissertação de Mestrado apresentada ao CEPPAC/ICS/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Autora: Mariângeles Guerin

Orientador: Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira Castro.

Brasília, março de 2009.

**Memória e conformação da identidade nos integrantes dos movimentos
de "*Madres y Abuelas de Plaza de Mayo*"**

Mariángeles Guerin

Banca examinadora:

Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro (Presidente) -
CEPPAC/UnB

Professor Doutor Terrie Groth – IPOL/UnB

Professor Doutor Moisés Villamil Balestro – CEPPAC/UnB

Brasília, março de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradecer, em grande medida, implica fazer memória... por isso rememoro e agradeço.

Às Madres e Abuelas de Plaza de Mayo entrevistadas que, amavelmente, me permitiram roubar um pouco do seu tempo e, assim, me proporcionaram os elementos necessários para meu trabalho.

Ao meu orientador professor Henrique pelo apoio e paciência.

Aos professores Ana Maria Fernandes, Sônia Ranincheski, Moisés Balestro e Lúcio Rennó pelas aulas, pelos conselhos e pelo incentivo. Aos professores Christian da Silva e Simone Rodrigues Pinto pela contribuição valiosa à esse trabalho e à minha formação. À Alice, Jacinta e Ionne que sempre me ajudaram com simpatia e ternura durante esse período.

À CAPES, pelo suporte financeiro que permitiu a realização do mestrado.

À minha família. Aos meus irmãos Fernando e María del Valle que, mesmo distantes fisicamente, foram meu abrigo e acreditaram no meu potencial. Aos meus amigos de sempre e para sempre Verônica, Caro A., Bruno, Sergio, Ismael, Carla, Melina, Caro C. e Felipe pela força, companhia e “aguante” especialmente no final do ano.

À minha família em Brasília: Ana Rosa, Geovanni, Mauro, Paula, Lucas, Luana e Julia pelo que representam e pelo que fizeram por mim.

À minha amiga Ana Maria Guzman por me apoiar em todos as horas e pela companhia querida. À Beth pela ajuda a enfrentar os momentos difíceis. À Alejandra que contribuiu muito com as idéias iniciais desse trabalho e com quem tive os mais ricos diálogos.

E finalmente, aos amigos queridos e brilhantes colegas com os quais tive a fortuna de conviver no CEPPAC por ter feito desse período mais leve e menos solitário: Bruno, Luana, Márcia, Ludmila, Pederiva e Pedro. Entre esses, agradeço em especial ao Daniel, à Le-lyne, à Renata e à Irmina pelos conselhos, leituras e correções dos meus rascunhos durante esse caminho.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo perceber como as integrantes dos Movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo construía as suas identidades. Para tanto, a análise da memória foi o método privilegiado para a compreensão desses elementos estruturantes em suas construções identitárias. É importante ressaltar que os elementos acionados e reforçados pelas integrantes não se devem a aspectos comuns anteriores a seu agrupamento, mas a construções que se desenvolveram em seus diversos confrontos com diversos governos ditatoriais e democráticos, e também com outros grupos e pessoas individuais fora e dentro dos movimentos.

Palavras chaves: Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo, Memória, Identidade.

ABSTRACT

This dissertation has as principal aim perceive as the members of the Movement of Mothers and Grandmothers of Plaza of May construct their identities. For it, the analysis of the memory was the way favoured for the comprehension of the elements in their identities constructions . It is important to highlight that the elements driven and reinforced by the members do not owe to common previous aspects to its grouping, but to the constructions that were developed in his different clashes by diverse dictatorial and democratic governments; and also with other groups and individual persons out and inside the respective movements.

Key words: Mothers of Plaza of May, Grandmothers of Plaza of May, Memória, Identity

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	9
1.1 MEMÓRIA	11
1.1.2. <i>Memória e transmissão.....</i>	<i>17</i>
1.1.3. <i>Memória e esquecimento.....</i>	<i>21</i>
1.1.4. <i>Memória e história.....</i>	<i>24</i>
1.2. IDENTIDADE.....	30
CAPITULO 2: DITADURA, TRANSIÇÃO E DEMOCRACIA NA ARGENTINA (1976-2008).....	35
2.1. O MARCO IDEOLÓGICO: A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.	36
2.1.2. <i>A implantação do Terrorismo de Estado.....</i>	<i>39</i>
2.1.3. <i>A cultura do medo.....</i>	<i>43</i>
2.2.1 TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA: FORÇAS ARMADAS, PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANISMOS DE DIREITOS HUMANOS.	46
2.2.2. <i>Conadep e Julgamento às Juntas.....</i>	<i>50</i>
2.2.2.1. <i>A Conadep e seu significado.....</i>	<i>52</i>
2.2.3. <i>O Julgamento das Juntas e seu significado.....</i>	<i>55</i>
2.3. LEIS DE PONTO FINAL E OBEDIÊNCIA DEVIDA ,E INDULTOS.	57
2.4. REVOGAÇÃO DAS LEIS E INDULTOS, OS JUÍZOS PELA VERDADE E UMA NOVA POLÍTICA.	61
CAPITULO 3: MEMÓRIA E IDENTIDADE NOS MOVIMENTOS DE MADRES E ABUELAS DE PLAZA DE MAYO.....	64
3.1. ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MADRES E ABUELAS DE PLAZA DE MAYO.....	65
3.1.2. <i>Consolidação do Movimento de Madres de Plaza de Mayo e surgimento de Abuelas de Plaza de Mayo.....</i>	<i>73</i>
3.1.3. <i>Memórias do seqüestro.....</i>	<i>77</i>
3.2. A DEMOCRACIA E OS MOVIMENTOS DE MADRES E ABUELAS DE PLAZA DE MAYO...	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
ANEXO	93

Introdução.

Esta dissertação trata de trajetórias, memórias e construções identitárias das integrantes dos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo. Mais especificamente, o objetivo deste trabalho é verificar como estas mulheres percebem a si mesmas, definindo assim, quem são, o que fazem e o que esperam para o futuro. Para a compreensão de como constroem suas identidades, a linha teórica e o recurso metodológico utilizado partem dos estudos de Halbwachs (2006) sobre a memória. Para o autor este é um fenômeno social submetido a flutuações e mudanças, que possibilita um sentido de continuidade e permanência no tempo, permitindo ao grupo uma representação de si. Porém, para entender as diferenças e semelhanças nas identidades assumidas, foi necessário perceber as distintas trajetórias e objetivos que seguiram cada um destes grupos que tem uma origem comum. Além disso, a pesquisa demandou que os fatos sociais não fossem tratados como coisas, senão em analisar como é que eles se tornaram coisas, ou seja, como e por quê são solidificados e dotados de duração e estabilidade (POLLAK, 1992).

Alem disso, as premissas que guiaram este trabalho foram três. Primeiro se entendeu a memória como um processo subjetivo ancorado nas experiências e marcas simbólicas e materiais. Segundo se reconheceu às memórias como objetos de disputas, conflitos e lutas. E terceiro, se procurou perceber que existem mudanças históricas no sentido do passado.

A memória coletiva de qualquer grupo humano se construiu resgatando aqueles acontecimentos que consideram exemplares para dar sentido à sua identidade e o destino desse grupo. Portanto, refletindo sobre isto é que se busca responder às perguntas de: quem e como lembra um grupo humano determinado? Como resgata e seleciona, organiza e narra os fatos do passado tentando resgatar-lhes do olvido? Para começar a dar uma resposta a este interrogante é que se escolheu o caso dos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo da Argentina. Como mencionam Acuña e Smulovitz (1995:21 e 22), dentro do contexto de América Latina a transição Argentina é um caso excepcional dado o julgamento e condena que se deu aos integrantes das Juntas de Governo durante o período ditatorial. O julgamento leva-se adiante em consequência da pressão que exerceram os grupos de direitos humanos e

especialmente pela repercussão que tiveram as demandas dos grupos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo ao nível internacional

Considerando tal contexto, nesta dissertação, foram entrevistadas nove mulheres, sendo quatro delas integrantes de Abuelas de Plaza de Mayo; outras quatro integrantes de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, e uma membro da Associação Madres de Plaza de Mayo liderada por Hebe de Bonafini. Deste último movimento só foi possível efetuar uma única entrevista pela sua política de conceder uma única entrevista por entrevistador. Segundo argumentaram as suas integrantes isto é assim, pois, “todas vão te dizer o mesmo”.

Para realizar as entrevistas se fez necessária uma viagem até a cidade de Buenos Aires para entrar em contato pessoalmente com os distintos grupos e combinar as entrevistas com integrantes dos mesmos. A exceção de uma das entrevistas, a de Carmen Rodino de Cobos, que fora realizada na sua própria casa as restantes foram efetuadas nos respectivos locais dos movimentos. Além de tudo, a maioria das entrevistas foi feita nas quintas-feiras, pois nesse dia da semana é quando se reúnem as maiores quantidades de integrantes para juntas se dirigir a marchar na Plaza de Mayo.

Da mesma forma as diferentes formas de vivenciar as distintas experiências de cada um dos grupos define a maneira de lidar com as diferentes instituições democráticas: governo, judiciário, legislativo. Contudo, a pesar de algumas divergências, estas mulheres se consideram MADRES DE PLAZA DE MAYO. Tanto assim que elementos como os lenços, a Plaza de Mayo e a marchas de todas as quintas-feiras serão utilizados por elas mesmas para se diferenciar do resto dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos; e para serem identificadas claramente como Madres de detidos desaparecidos.

Para o alcance dos objetivos propostos esta dissertação será estruturada em três capítulos. No capítulo um serão traçados os pressupostos teóricos que nortearam a análise do campo. O intuito nele é de definir as questões conceituais, enunciando-se assim algumas precisões e pontos centrais, sem pretender a exaustividade ou uma abordagem completa sobre os conceitos de memória e identidade dada a sua complexidade, que são abertos e tem muitos pontos de fuga. Além que, abordar a questão da memória envolve a menção de lembranças e olvidos, histórias e transmissões. Portanto, nela se conjugam tanto saberes como emoções, que dão como resultados buracos e fraturas. Neste capítulo também se procura, além de definir, relacionar entre si os dois conceitos (memória e identidade) que foram trabalhados,

posteriormente, na análise das entrevistas. No capítulo dois, tratarei em linhas gerais, do contexto histórico no qual surgiram estes movimentos e onde tiveram seus enfrentamentos na procura da consecução de seus objetivos. Para finalizar, no capítulo três, tratarei do surgimento dos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, das suas lutas e os elementos estruturantes para suas construções identitárias. Sendo assim mostrarei como estes grupos, pelos seus distintos objetivos principais, apresentam distintas memórias em relação a alguns acontecimentos. Por último se expõem algumas considerações finais a respeito da pesquisa e os resultados das entrevistas. Nas mesmas se fez evidente as diferenças não só nos objetivos e os jeitos de tentar sua consecução, senão também nas suas diferentes memórias respeito a alguns fatos e sua aceitação como próprias de memórias do grupo que não compartilharam.

Capítulo 1: Referencial teórico de memória e identidade.

“Las identidades y las memorias no son cosas sobre las que pensamos, sino cosas con las que pensamos. Como tales no tienen existencia fuera de nuestra política, nuestras relaciones sociales y nuestras historias” (Gillis, 1994:5, apud Jelin, 2002 :25)

Perceber o papel na conformação de identidades da memória coletiva, além de observar a influência desta nas atuações sociais e políticas dos sujeitos são objetivos desta pesquisa. Mediante os conceitos de memória e identidade, procurar-se-á analisar as características que fazem possível a continuidade do grupo *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo* e a força ou poder que o mesmo tem na base da sua memória. Para Oberti y Pittaluga (2006: 28 e 29)

se trata de reflexionar y explicitar las bases políticas, éticas y teóricas desde las cuales se piensa (y representa) el pasado, para colocar esos fundamentos en la superficie de las mismas tareas de narración y representación (...) esta puesta en superficie serviría para ahondar en las razones (en el para qué) de la representación del pasado reciente.

As situações nas quais se originam os trabalhos de memória os determinam, ao mesmo tempo em que estes trabalhos influenciam, ainda que parcialmente, esses contextos de produção. Além disso, as construções da memória não são unívocas, mas bem são divididas ou fragmentadas (CANDAÚ, 2002:64). Essas condições favorecem o surgimento de conflitos entre as diversas memórias, e não só com memórias rivais. Como enunciam Oberti y Pittaluga (2006:29) *“ideas como ‘memoria colectiva’ y ‘memorias en pugna’ sugieren que en las sociedades existen recuerdos que son a las vez actos compartidos y objetos de disputa y controversia”*. Assim, pode-se perceber que a produção significativa de reflexões sobre a complexidade e diversidade das questões pertinentes à *memória* é uma temática cada vez mais recorrente à luz da experiência histórica dos regimes militares latino-americanos.

No nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996:423). Ademais, a memória é também um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos, além de desempenhar uma importante

função na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições (PADRÓS, 2002).

Como enunciara Halbwachs (2000:72):

a memória coletiva contém a memórias individuais, mas não se confunde com elas; evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Isto pode ser apreciado desde o início das lutas dos familiares e vítimas do terrorismo de Estado na Argentina que

buscaron exponer en el espacio público aquello que desde el poder del Estado terrorista se prescribía como duelo privado, tratando de conectar las vivencias individuales y transformarlas en acciones públicas. Buscaron legitimar sus reclamos, darles anclaje social, exceder su presencia más allá del espacio de lo íntimo. (OBERTI e PITTALUGA, 2006:14).

Segundo Oberti e Pittaluga (2006) as vítimas diretas do terrorismo de Estado provocaram com suas ações uma fissura na memória que se pretendia constituir. Roninger e Sznajder (2004:217) mostram “durante o governo militar fizeram-se tentativas, em cada um dos países, para impor um consenso em torno de versões historiográficas oficiais, que haviam sido pregadas com base numa visão de salvação nacional por meio de ‘guerras’ ganhas pelas Forças Armadas e travadas contra as ‘forças maléficas da subversão’”. Diante dessas tentativas de impor versões oficiais, frequentemente distintos atores lutam por definir e nomear o que teve lugar durante períodos de guerra, violência política ou terrorismo de Estado (JELIN, 2002:11), além de tentar honrar e homenagear as vítimas e identificar os responsáveis, visualizando suas ações como passos necessários para a não repetição dos fatos.

O Cone Sul da América Latina é um cenário onde esta vinculação se estabelece com força, pois “quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado (...)” (SARLO, 2007:45). A escolha das *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo* como objeto de pesquisa deve-se ao fato de sua singularidade neste contexto:

La solidaridad que se generó en torno a estos hechos permitió una forma de organización social que produjo un punto de quiebre en el Estado Totalitario, en donde el accionar de las Madres y Abuelas, al ubicarse en lo público de la Plaza de Mayo, pone en escena algo que estaba destinado a lo privado, a lo privado de ese "desaparecido", de esa familia de "desaparecido".

*Escenario público en el que circulan historias que denuncian Madres y Abuelas, que convocan a un reconocimiento de lo acontecido, a la exigencia de justicia y a una memoria de lo que parecía innombrable.*¹

Feitas essas considerações, o objetivo deste capítulo é traçar os pressupostos teóricos no que diz respeito às variáveis de memória e identidade para compreensão dos depoimentos desenvolvidos pelas mulheres e da dinâmica de suas interações observadas ao longo do trabalho de campo. Nesse contexto, contudo, não se pretende traçar uma análise exaustiva de cada um destes itens ou dos autores que trabalham tais temas, mas somente de analisar alguns conceitos e idéias centrais desenvolvidas em algumas pesquisas que me servem como ferramentas analíticas para a compreensão do campo.

1.1 Memória

Em termos concretos, a memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral desse passado, como mostra Todorov (2000: 18 e 19). O autor, no seu livro “*Los abusos de la memoria*” (2000), trabalha principalmente os usos da memória social e estabelece que ela já estaria formada e disponível, embora esqueça os problemas de sua formação, quer dizer, os materiais, as formas e os marcos de evocação com os quais se representa o passado. Deixando de considerar, portanto, os condicionamentos culturais e políticos que podem facilitar ou dificultar o estabelecimento do que denomina memória *exemplar*.

Para Todorov (2000) há uma memória *literal* e outra *exemplar*. A primeira refere-se à recuperação do acontecimento como fato singular, fechado sobre si mesmo, mantendo assim uma sorte de permanência e continuidade de impacto sobre o presente que se encontra submetido ao peso do passado. Jelin (2002) assinala, neste sentido, que o uso literal do passado é feito por alguns grupos no caso argentino que têm interesse em reforçar a idéia de que as vítimas e os crimes são únicos e não repetíveis; pelo que a experiência é intransitiva e não conduz a nada além de si mesma. A segunda, memória *exemplar*, vai além do acontecimento e o inclui numa categoria mais ampla. É a condição que permite uma dimensão pública da memória e que possibilita converter o passado em lição, ou seja, num princípio de ação sobre o presente. Este seria justamente

¹ <http://www.abuelas.org.ar/psicologica.htm>

o problema no estudo da situação da Argentina, pois a memória social permaneceria aberta e submetida a diversos conflitos.

Contra-pondo-se a essa visão, Halbwachs (2006), em suas obras “Lês cadres sociaux de la memoire” escrita em 1925, e “A memória coletiva”, publicada, postumamente, em 1950, analisa a memória coletiva estabelecendo que lembrar é trazer ao presente um passado produzido e reproduzido socialmente, que tem como função manter a sociedade coerente e unida (DOS SANTOS, 2003:21). Segundo ele, isto impossibilitaria que existisse um passado imutável, pois este sempre se encontraria disponível para ser modelado pelas experiências e idéias dominantes do presente, enfatizando-se, assim, o trabalho das oposições que no presente determinam o quê e como recordar. Nesse sentido, a memória coletiva seria uma simplificação e uma visão dos acontecimentos a partir de uma perspectiva única que rejeitaria a ambigüidade e reduziria os sucessos a arquétipos fixos (VEZZETTI, 2004:192). Neste sentido, difere de Jelin (2002:5 e 6), para quem em qualquer momento e lugar é impossível achar uma memória ou uma interpretação única do passado compartilhada por toda uma sociedade porque “*las memorias se construyen en escenarios de confrontación y lucha entre actores con diversas narrativas contrastantes*”(p.7). Embora, como a autora assinala, possam existir momentos ou períodos históricos nos quais o consenso é maior, e portanto um ‘libreto único’ do passado seja mais aceito, sempre haverá outras histórias, memórias e interpretações alternativas tanto na resistência como no mundo privado ou nas ‘catacumbas’, pois:

hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha ‘contra el olvido’: recordar para no repetir (...) La memoria ‘contra el olvido’ o ‘contra el silencio’ esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos).(Jelin, 2002:6)

Halbwachs (2006), com seu pensamento inovador, se opôs às idéias vigentes na primeira metade do século XX, quando então a memória era vista só como uma coisa atinente ao âmbito individual (DOS SANTOS, 1998). Embora o autor reconheça sim que a memória coletiva tira sua força e sua duração de uma base constituída por um conjunto de pessoas, também reconhece que são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo

Mesmo que o indivíduo estivesse só, recordaria através de memórias que não seriam só suas. Indivíduos não se lembram por si mesmos e,

para se lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos (DOS SANTOS, 2003:51).

O autor, entanto, não deixa de levar em conta que quem recorda não é o grupo senão o indivíduo. É importante destacar isto, pois existem diferenças entre a forma na qual cada indivíduo se remete ao passado e rememora, considerando que, nessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são sempre as mesmas as que apareceram com maior intensidade a cada um deles. Assim, entendida, temos a memória individual como um ponto de vista de memória coletiva, mudando segundo o lugar que o indivíduo ocupa. Portanto, não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum, neste caso, a memória. Em palavras de Candau (2002:63)

existen configuraciones de la memoria características de cada sociedad humana pero que, al final de cuentas, en el interior de estas configuraciones cada individuo impone su propio estilo, estrechamente dependiente por una parte de su historia y, por otra, de la organización de su propio cerebro que, recordemos, siempre es única.

Segundo a teoria de Halbwachs (2006), a memória é um fenômeno social e, portanto, está submetida a flutuações, câmbios e mudanças. Por isso quando se tenta explicar essa diversidade, sempre se volta a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2006:69). Assim, embora este autor não esqueça a natureza individual do ato de recordar, enfatizou nas suas obras a importância que tem os contextos sociais nos quais se dão as lembranças.

Como Schwarzstein (2002:477) afirmou “*para Halbwachs el significado de las memorias individuales tiene que entenderse no solo como producto de motivos inconscientes, o del contexto familiar, indudablemente importante, sino con referencia al contexto social en el que se esta inmerso*”, pois a memória individual precisa de idéias e palavras, “*instrumentos que los individuos no han inventado sino que se han apropiado de su entorno social*” (SCHWARZSTEIN, 2002:477).

Candau (2002:65), seguindo as idéias de Halbwachs, estabelece que não há memória possível fora dos quadros sociais que utilizam os homens que vivem numa sociedade, pois estes marcos integram não só as antigas lembranças como também orientam a construção das novas.

Neste sentido, Halbwachs (2006) estabelece que as pessoas se lembram porque fazem parte de uma comunidade ou já estiveram com elas, estando o esquecimento e a lembrança intimamente ligado a permanência neste grupo, à intensidade dos vínculos

afetivos com seus integrantes e ao contexto espaço- tempo onde estão imersos. Nos momentos que o indivíduo encontra-se só, inclusive, permanece com essas lembranças,

Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou aquele grupo (...) Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante eu adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda a sua influência e encontro em mim muitas das idéias e maneira de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas (HALBWACHS, 2006:31).

Compreendendo assim a memória, Halbwachs (2006) estabelece que embora as lembranças, sensações e experiências pareceram ser de uma exclusividade pessoal, elas na verdade tem sido e são perpassadas e influenciadas por “quadros sociais” que lhe dão um origem coletivo. Estes quadros são portadores da representação geral da sociedade, das suas necessidades e valores, incluindo-se aqui também a sua visão de mundo. Segundo Jelin (2002:20) fica claro assim que para Halbwachs (1992:1712) *‘solo podemos recordar cuando es posible recuperar la posición de los acontecimientos pasados en los marcos de la memoria colectiva (...) el olvido se explica por la desaparición de estos marcos o de parte de ellos’*. Portanto, para o autor mencionado, a memória privada é sempre coletiva e compartilhada, *“uno no recuerda solo sino con la ayuda de los recuerdos de otros y con los códigos culturales compartidos, aun cuando las memorias personales son únicas y singulares”* (JELIN, 2002:20), razão pela qual se pode afirmar que os indivíduos só lembram como integrantes de um grupo.

Compreendendo-se assim a memória coletiva esta não é, nem pode ser, imutável ou de longa duração, pois é, basicamente, um processo de negociação constante e mediado entre o indivíduo e o(os) coletivo(s) ao(s) que pertencem ou no(s) que se inscrevem (HALBWACHS, 2006:72). Como estabelece Dos Santos (2003:51 e 52), fazendo referência à Halbwachs,

tem o mérito, portanto, de ter sustentado a tese de que, mesmo que o indivíduo estivesse só, recordaria através de memórias que não seriam só suas. Indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos. Ao ressaltar o caráter social da memória e explicar que nem mesmo as memórias mais íntimas poder ser pensadas em termos exclusivamente individuais, enfatizou o caráter social do ser humano (...)

Cabe destacar neste ponto que recentemente, Fentress & Wickman (2003) ante à pergunta de como se faz social a memória individual, responderam:

los tipos de recuerdo que se comparten con otras personas son los que les resultan importantes en el contexto de un grupo social de una clase particular, ya sea estructurado y duradero (una familia; los trabajadores de una fábrica; un pueblo) o informal y puede que temporal (un grupo de amigos que acuden al mismo bar; una comida).

Jelin (2002:22), por sua vez, estabelece que o coletivo das memórias é a tecedora da tradições e memórias individuais em diálogo com outros, num estado de fluxo permanente, e com uma certa estrutura dada pelos códigos culturais compartilhados. Como enunciara Ricoeur (1999:19; *apud* JELIN, 2002:22),

la memoria colectiva sólo consiste en el conjunto de huellas dejadas por los acontecimientos que han afectado al curso de la historia de los grupos implicados que tienen la capacidad de poner en escena esos recuerdos comunes con motivo de las fiestas, los ritos y las celebraciones públicas.

O Pollak (1992) concorda com Halbwachs que a memória seja tida como um fenômeno social, cambiante e flutuante. Embora ele considere que, ao mesmo tempo, ela pretende fixar e dar uma certa rigidez às lembranças, argumentando que existem certos pontos invariantes na memória. Esses pontos poderiam se identificar nas conversas dos sujeitos, dada sua constante reiteração, o que, no caso desta pesquisa, ajudaria a perceber a construção da memória coletiva através das reiterações encontradas nas diversas entrevistas feitas.

Por outra parte, o autor tenta debelar os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva que influenciam as percepções que os sujeitos têm de si próprios e dos outros. Nesse sentido, elaborou uma classificação dos acontecimentos: os vividos, vividos por tabelas e os herdados. Os primeiros se corresponderiam com os vividos pessoalmente pelos indivíduos; entanto, o segundo conjunto estaria composto por aqueles nos quais a pessoa não necessariamente participou, mas que para a vida do grupo cobraram tanta importância que já não tem certeza se participou ou não nos mesmos. O último grupo, por sua vez, estaria conformado por memórias herdadas que não fariam parte do espaço-tempo da pessoa, mas por meio de um processo de socialização política e histórica, ocorreu um fenômeno de projeção e identificação com esse determinado passado.

Pode-se perceber assim que para este autor, como para Halbwachs, a memória nunca parte do vazio, sendo apenas adquirida entanto o sujeito faz sua uma lembrança

do grupo, demonstrando-se, assim, que existe um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo ao interagir com outros. Isso possibilita afirmar que existem tantas memórias coletivas como grupos e instituições na sociedade. Como afirmara Schwarzstein (2002:477),

para Halbwachs la memoria colectiva no es una manifestación social singular, sino plural; hay tantas comunidades de memorias como grupos sociales y por el contrario, los individuos se agrupan en colectividad por su adhesión a representaciones particulares del pasado. En este sentido, las memorias privadas no pueden ser entendidas aisladas de los efectos de un discurso histórico dominante.

Fica claro, então, que só lembraríamos porque pessoas ou imagens encontradas no presente estimulariam-nos. Não se revive o passado tal qual ocorreu, senão que este se reconstrói a partir do presente

Já repetimos muitas vezes: em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. (HALBWACHS, 2006:91)

Vezzetti (2004) vem reforçar essa definição, mostrando que a memória coletiva trata-se de uma prática social que requer materiais, instrumentos e suportes. Ela depende de marcos materiais tais como livros, monumentos, cerimônias. Portanto, está sujeita às ações de sujeitos, iniciativas e esforço feitos em prol de sua construção. Dessa forma, o presente condiciona a recuperação do passado, pois *“la causa de la memoria depende de la fuerza y la perdurabilidad de sus soportes y de una acción que sea capaz de renovar su impacto sobre el espíritu público”* (VEZZETTI, 2004:33).

Como Roniger e Sznajder (2004:265 e 266) estabeleceram, uma tendência no início dos período pos ditaduras do Cone Sul foi a ausência dos lugares da memória nessas sociedades, o que se constituiu num desafio para quem tentavam manter as memórias das vítimas. A ausência deste lugares da memória específicos atrapalhou o encapsulamento do passado e transformou em extremamente dolorosa a situação para os familiares dos desaparecidos quem não tinham locais de sepultamento (na forma de tumbas mausoléus, ou esculturas públicas) onde focalizar a nostalgia pelos mortos. Isso produz a manutenção da memória do passado muito mais viva nestes países.

Longe de querer efetuar uma análise mais densa das obras aqui utilizadas, o meu objetivo até aqui foi o de traçar pressupostos e conceitos chaves que serão ferramentas de grande utilidade no campo. As idéias até aqui expostas deixam claro que, ao analisar

as memórias desse grupo de mulheres, busco entender o modo de pensar e sentir destas como sujeitos e como grupo. Suas memórias não são senão um eco do vivido pelo grupo. Segundo Woortmann “as memória individuais são sempre coletivas (...) embora individuais seguem sempre um padrão; são num certo sentido, iguais não obstante as variações. Sendo a memória constituídas de narrativas, temos então, nessas, uma negociação de subjetividades com um pano de fundo estruturado”(apud Hamid, 2007:24). Neste sentido deve compreender-se que os discursos e narrativas de um grupo não acostumam estar soltos e desestruturados. Portanto, a memória parte da experiência do grupo, e tem a ver com a maneira na qual este se relaciona com seu passado e seu futuro.

1.1.2. Memória e transmissão.

Nas sociedades existe o costume de transmitir as suas pautas culturais de uma geração para outra. Esse, no entanto, não é um processo caracterizado pela sua linearidade, pois num mesmo tempo e espaço podem coexistir pessoas de idades diversas, grupos com diferentes arquivos culturais, etc.. Como enunciara Ricoeur (*apud* RUIZ DIAZ, ADOBATO E LEGUIZAMÓN, s/d), o presente histórico se conforma num espaço comum de experiências, que constitui o tecido social no qual se produz a transmissão das memórias coletivas. Neste sentido, segundo Finley (*apud* CANDAU, 2002:64), a memória coletiva não é outra coisa além da transmissão a uma grande quantidade de indivíduos das lembranças repetidas muitas vezes por outros. Candau (2002:65) adiciona a isto que “*estos recuerdos una vez transmitidos pueden ser objeto de un procesamiento especial por parte de cada individuo ‘receptor’*”. Estabelece-se assim um movimento dual de transmissão e recepção no qual os receptores que não viveram as experiências não assumem uma atitude passiva, senão tentam re-significar o que os ‘portadores’ transmitem (YERUSHALMI, 1989:19). Pelo que

la transmisión es también producción por parte del que la recibe pues, como en todos los fenómenos en los que esta involucrada la memoria, las informaciones adquiridas son transformadas por el grupo o por el sujeto, condición indispensable para la innovación y para la creación (...) el capital de la memoria transmitido por las generaciones precedentes nunca está fosilizado: es objeto de agregados, de supresiones y de actualizaciones que lo enriquecen permanentemente. (CANDAU, 2002:111).

Ou seja, segundo Saldarriaga Roa (1988: 14, *apud* ACHUGAR, 2003:194), “*cada generación aporta y elimina algo. Lo que sobrevive, sumando a los aportes, se traslada a otras generaciones*”. Nas palavras de Yerushalmi (1989:17 e 18),

cuando decimos que un pueblo ‘recuerda’, en realidad decimos primero que un pasado fue activamente transmitido a las generaciones contemporáneas (...), y que después ese pasado transmitido se recibió como cargado de un sentido propio. En consecuencia, un pueblo ‘olvida’ cuando la generación poseedora del pasado no lo transmite a la siguiente, o cuando ésta rechaza lo que recibió o cesa de transmitirlo a su vez, lo que viene a ser lo mismo. La ruptura en la transmisión puede producirse bruscamente o al término de un proceso de erosión que ha abarcado varias generaciones (...) un pueblo jamás puede olvidar lo que antes no recibió.

Dessa maneira, podem-se considerar os mecanismos de perpetuação das memórias coletivas como estratégias de luta. Como Jelin (2002:39) estabelece,

Lo que puede cambiar es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia ese futuro. Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes ‘usan’ el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer/convencer/transmitir una narrativa que pueda llegar a ser aceptada

Portanto, distintos atores com diversas vinculações com o passado, seja porque viveram as experiências, as herdaram ou as estudaram, lutam por confirmar a legalidade de sua interpretação e transmiti-la. Assim, “*queda planteado un tema central: la transmisión entre quienes vivieron una experiencia y quienes no la vivieron, porque todavía no habían nacido, o porque no estaban en el lugar de los acontecimientos, o porque aunque estaban allí, por la diferente ubicación etaria o social, la experimentaron de otra manera*”(JELIN, 2002:124).

Porém, embora a transmissão sempre tenha existido, é necessário que se tenha atravessado experiências traumáticas para que este processo seja colocado em debate. Neste sentido é que Jelin (2002:29) distingue dois tipos de memórias: as habituais e as narrativas. É nas segundas onde podem se perceber as construções de sentido do passado. Pois elas se dão nas “*situaciones donde la represión y la disociación actúan como mecanismos psíquicos que provocan interrupciones y huecos traumáticos en la narrativa*”. Segundo Jelin (2002:27), “*el acontecimiento rememorado o ‘memorable’ será expresado en una forma narrativa, convirtiéndose en la manera en que el sujeto*

construye un sentido del pasado, una memoria que se expresa en un relato comunicable, con un mínimo de coherencia". Este tipo de construção tem duas características principais, a primeira é que o passado obtém sentido através de seu vínculo com o presente; e a segunda o processo de interrogação sobre o passado é permanentemente ativo e construído socialmente no diálogo e a interação. Como enunciara Doeswijk (s/d)

tratase de un proceso interactivo, de un puente en dos direcciones: la activación de los recuerdos de los memoriosos va construyendo un pasaje del pasado para el presente, pero la lectura de los relatos producidos por esos recuerdos van llevando a los lectores del presente al pasado. Si el puente resulta sólido, pasado y presente se van iluminando mutuamente.

Ademais, o ato de re-lembrar, para ser feito, precisa ter uma experiência passada que seja ativada no presente. Não necessariamente os acontecimentos recordados são importantes em si mesmos, mas adquirem uma carga afetiva relevante no processo de lembrar. As narrativas socialmente aceitas se transformam então em comemorações públicas que estabelecem um compromisso entre o passado e o presente (JELIN, 2002:27). Jelin (2002:245) afirma que *"las fechas y aniversarios son coyunturas en las que las memorias son producidas y activadas. Son ocasiones públicas, espacios abiertos, para expresar y actuar los diversos sentidos que se le otorga al pasado, reforzando algunos, ampliando y cambiando otros."* Portanto, a transmissão implica uma múltipla temporalidade, pois a memória envolve não só ao passado como ao presente e ao futuro, pois embora a lembrança se produza no presente, se faz olhando o futuro. Como enunciara Sonderéguer (2000) *"la memoria es un relato que confiere sustancia al presente al dotar al pasado de un sentido que proyecta el futuro"*. Nas palavras de Oberti e Pittaluga (2006:17) *"la memoria establece lazos con el pasado, con diversos pasados, pero también con el futuro. Las experiencias pasadas (lo que de ellas se recuerda, tanto como lo que se olvida, lo que se expresa y comunica, como también lo que se silencia) están inescindiblemente unidas con el horizonte de expectativas posibles"*. Estabelece-se, assim, uma unidade plural desses três tempos que compõe uma temporalidade complexa.

A transmissão da memória parece valer-se de documentos, no sentido mais amplo do vocábulo. E isto parece ter uma intenção pedagógica, pois existe um desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois, uma vontade de formar e produzir continuidades (Chagas, 2003:145). Os grupos sociais para levar isto adiante

lançam mão de múltiplas fontes documentais, recorrendo ao passado não para remontá-lo, mas sim para recontá-lo,

Valores socialmente compartilhados, reinterpretando-os e conferindo-lhes atualidade. Aspectos do seu passado são recortados e rearticulados num todo dotado de sentido. Este, contudo, refere-se não somente à história passada do grupo, mas a seu tempo presente. É a atualidade dos valores e das regras, projetados na história coletiva, que a memória celebra. (apud Sento-Sé, 1999:99, Chagas, 2003:145)

No caso da Argentina no período posterior à ditadura, distintos atores lutaram por afirmar a legitimidade da sua verdade e transmiti-la, alguns pelo seu poder e outros apelando à legitimação de seu vínculo privilegiado com o passado, tentando sempre, uns e outros, afirmar a continuidade ou ruptura com o passado ditatorial. Estabeleceu-se assim uma situação de luta pela representação do passado, centrada na briga pelo poder, a legitimidade e o reconhecimento. Segundo Jelin (2002:36),

estas luchas implican por parte de los diversos actores, estrategias para ‘oficializar’ o ‘intitucionalzar’ una (su) narrativa del pasado. Lograr posiciones de autoridad, o lograr que quienes las ocupan acepten y hagan propia la narrativa que se intenta difundir, es parte de estas luchas. También implica una estrategia para ‘ganar adeptos’, ampliar el círculo que acepta y legitima una narrativa, que la incorpora como propia, identificándose con ella.

Dessa maneira, o monopólio estatal da história oficial que acabou em 1983 deu lugar a um cenário complexo onde se misturaram memória e esquecimento, forçados ou voluntário (RUIZ DIAZ, ADOBATO E LEGUIZAMÓN, s/d). Como enunciara Jelin (2002:42 e 43)

*Las aperturas políticas, los deshielos, liberalizaciones y transiciones habilitan una esfera publica y en ellas se pueden incorporar narrativas y relatos hasta entonces contenidos y censurados (...) esta apertura implica un escenario de luchas por el sentido del pasado, con una pluralidad de actores y agentes, con demandas y reivindicaciones múltiples.
(...) [en este contexto] las memorias de quienes fueron oprimidos y marginalizados –en el extremo quienes fueron directamente afectados en su integridad física por muertes, desapariciones forzadas, torturas, exilios y encierros- surgen con una doble pretensión, la de dar la versión ‘verdadera’ de la historia a partir de su memoria y la de reclamar justicia*

Como esta autora afirma, é imprescindível para as vítimas diretas e indiretas que a sua versão seja considerada verídica e transmitida, pois “*en esos momentos memoria, verdad y justicia parecen confundirse y fusionarse, porque el sentido del pasado por el que se está luchando es parte de la demanda de justicia en el presente*”. Embora também ela estabeleça que as aperturas políticas não trazem obrigatoriamente a

contraposição binária entre “*una historia oficial o una memoria dominante expresada por el Estado, y otra narrativa de la sociedad*” (Jelin, 2002:43). Porém, neste sentido cabe assinalar como estabelece Achugar (2003:209) que a memória oficial não é necessariamente igual a memória coletiva. Mas são essas situações como as enunciadas por Jelin (2002), mais bem, onde diversos atores políticos e sociais vão construindo os relatos do passado nos quais também se expressam seus projetos e expectativas para o futuro, e onde as vezes a memória oficial e a memória coletivas dos diversos grupos brigam pela hegemonia e transmissão da sua versão dos fatos.

Neste ponto se faz pertinente retomar Pollak (1992) para quem as memórias oficiais, através do estabelecimento das lembranças e os esquecimentos, são tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertença que tem como objetivo manter a coesão social, pois, como estabelecem Piazza e Bertín (2002:16),

a transmisión no se funda en un contenido, sino ante todo en el acto de transmisión, en los montajes de ficción que hacen posible un acto así (el de transmitir) se admita y se repita a través de generaciones. Soy, en tanto acto preformativo, en relación a como me inscribo en una cadena genealógica, en un mecanismo filiatorio, pues la identidad no estará dada por ¿la carne?, ¿la sangre?

Isso nos permite afirmar que esse fato também esta intimamente relacionado com a adesão afetiva dos indivíduos a um grupo ou comunidade. No seu texto, “Memória, esquecimento e silêncio”, Pollak (1992) destaca que o processo de esquecimento ou silenciamento, geralmente, está profundamente ligado ao grupo de poder, quem gera a necessidade ou mesmo obriga as pessoas ao esquecimento. Nesse contexto, as memórias oficiais e oficiosas dos grupos marginalizados entrariam em conflito com as que se desejam impor, dando-se assim uma luta entre os grupos e dentro dos mesmos também por lembrar ou esquecer, já que perceber a manutenção de determinadas lembranças está intimamente vinculado a um enquadramento da memória realizado, que influencia a identificação dos sujeitos.

1.1.3. Memória e esquecimento.

Yerushalmi (1989) afirma que a memória individual como a memória coletiva é seletiva, estando esta obrigada a esquecer para continuar avançando. Assim, como estabelece Rabossi (1989:8)

la posibilidad de olvidar supone el ejercicio pleno de la memoria. No hay en esto paradoja alguna. Si denominamos ‘memoria’ a la función específica de la psiques que consiste en registrar, retener y

reproducir hechos y eventos pasados, propios o ajenos, es claro que el recuerdo y el olvido son los dos resultados posibles de toda operación mnémica

Yerushalmi neste sentido admite que a possibilidade de esquecer supõe de fato um exercício pleno de memória, pois lembranças e esquecimentos são elementos inerentes às memórias (SCHWARZSTE, 2002:480). Pensando nisto é que Madrid (1990:16, *apud* RONINGER E SZNAJDER, 2004:223) se pergunta,

A questão é o que fazemos com a memória. Devemos bani-la para o esquecimento? Transformá-la num ‘passado’, suportando a perda que sofremos sem esquecê-la? O descobrir a verdadeira face de nossa sociedade, a fim de compreender o que devemos deixar que seja esquecido?

Segundo Candau (2002:64) a memória coletiva na é unívoca., pois

lo único que los miembros de un grupo o de una sociedad comparten realmente es lo que olvidaron de su pasado en común. Sin dudas, la memoria colectiva es más la suma de los olvidos que la suma de los recuerdos pues, ante todo esencialmente, éstos son el resultado de una elaboración individual, en tanto que aquéllos tienen en común, precisamente, el haber sido olvidados. Por lo tanto, la sociedad se encuentra menos unida por sus recuerdos que por sus olvidos. Es posible ver que existe una casi certeza en cuanto a los olvidos comunes de un grupo, de una sociedad, pero nunca es posible estar seguros en cuanto a los recuerdos, pues cada uno de ellos, incluso el histórico, recibe la impronta de la memoria individual. La ausencia es segura, las modalidades inciertas de la presencia quedan por determinar.

Roninger e Sznajder (2004:224) afirmam que já durante o governo militar, e especialmente na transição política para a democracia, no Cone Sul tinha-se implementado uma política de esquecimento e memória que condicionou as formas perante as quais estas sociedades foram capazes de se mover em relação a reformulação de seu imaginário e identidades coletivas. À respeito a essa relação entre identidade e memória, Rabossi (1989:8 e 9) estabelece que a primeira é explicada em termos do recordado ou lembrável, ou seja, em termos de memória, pois a identidade seria a consciência que acompanha ao pensamento desde que essa consciência se fundamente em toda ação e pensamentos passados. Então, para o autor, “*la identidad de un grupo social es función, entre otras cosas, de sus recuerdos y que el olvido de ciertos hechos importantes o es disolutorio de tal identidad o es constitutivo de un grupo social distinto, esto es, de otra comunidad*” (p.10)

Enquanto a questão do esquecimento procurado durante as transições para a democracia, para Vezzeti (1994:4, *apud* Roninger e Sznajder, 2004:224),

Um certo esquecimento de eventos (que se dá depois de postular o problema à distancia e não através de paixões instantâneas) é um passo em direção a memória simbólica. Tal memória só é capaz de admitir a natureza imutável do vácuo, a irreversibilidade da morte violenta, na medida em que se reduz seu esquecimento a uma decisão racional e a uma ética de valor mantida. Isso enfatiza a dimensão coletiva da memória, que constitui um estagio na consciência social, contra a obliteração [dos eventos] automática (e negação da justiça) [...]. Ao enfatizar tal dimensão, a de uma memória que pretende ser partilhada por todos, o problema da historicização do passado transforma-se no problema de consolidação de uma tradição ética capaz de institucionalizar o que não deve ser esquecido.

Jelin (2002), por sua vez, enuncia que a questão não se refere ao fato de não esquecer, senão de quê e como fazer-o. No caso de “Funes, o memorioso” de Borges mostra-se como sem a possibilidade de esquecer, de escolher as lembranças, a memória se transforma num esforço banal de reiteração. Entretanto, o esquecimento daria a possibilidade de viver e escolher o que vai se lembrar e transmitir. É por isso que Jelin (2002:29) afirma que:

la memoria es selectiva; la memoria total es imposible. Esto implica un primer tipo de olvido ‘necesario’ para la sobrevivencia y el funcionamiento del sujeto individual y de los grupos y comunidades. Pero no hay un único tipo de olvido, sino una multiplicidad de situaciones en las cuales se manifiestan olvidos y silencios, con diversos ‘uso y sentidos’.

Nessa linha de pensamento, Ricoeur (*apud* JELIN, 2002:29-32) efetua a distinção entre distintos tipos de esquecimento: 1) os definitivos, “*que responden a la borradura de procesos y hechos del pasado, producidos en el propio devenir histórico*”; 2) os voluntários, que são produtos da vontade política dos atores que destroem as provas, marcas e rastros em forma estratégica para promover os esquecimentos seletivos (no caso argentino isto pode-se exemplificar pela ausência das listas dos desaparecidos e a sumida dos corpos dos mesmos); 3) o evasivo, utilizado para não lembrar o que fere profundamente, como os fatos acontecidos durante grandes catástrofes ou massacres das quais as vítimas mesmas voluntariamente não querem saber para assim poder evadir as lembranças e poder continuar vivendo; 4) o libertador, que alivia a carga do passado para permitir olhar o futuro.

Portanto, como enunciara Yerushalmi (1989:18), o que se denomina esquecimento no sentido coletivo dá-se quando um determinado grupo de sujeitos voluntária ou involuntariamente (seja por indiferença, rejeição ou por causa de alguma catástrofe histórica, etc.) não transmite a sua experiência passada. Embora, como o autor afirma,

aquilo que um povo esqueceu pode, em determinadas situações, ser recuperado, mas como “*en cualquier anamnesis colectiva, lo que vuelve a la memoria esta también metamorfoseado*” (YERUSHALMI, 1989:21).

Assim também para ele a resposta à pergunta de em que medida é necessário esquecer ou recordar não se pode encontrar dentro do marco da disciplina histórica, pois o objetivo dela não é a memória coletiva (YERUSHALMI, 1989:23). Entretanto, contrapondo-se a essa afirmação, Thompson afirma que a história através da sua tentativa de reconstruir o passado e compreendê-lo, restitui o papel da ‘tradição dos oprimidos’, que os contemporâneos tentaram excluir ou subestimaram, trazendo-a novamente ao presente evitando-se seu esquecimento (SORGENTINI, s/d).

1.1.4. Memória e história.

A relação entre memória e história é uma das preocupações centrais que tem atualmente o campo acadêmico das ciências sociais (JELIN, 2002:63), sobretudo na atualidade onde a análise da memória coletiva tornou-se um foco de investigação teórica em diferentes disciplinas, da sociologia e antropologia à história e os estudos culturais. Na maioria dos estudos nessa linha analítica está se seguindo a distinção entre história e memória, desenvolvida, entre outros, por Pierre Nora. Esta linha, segundo Roninger e Sznajder (2004:224), estabelece que “enquanto o conceito de história implica uma imagem do passado claramente distinguível do presente, o conceito de memória coloca o passado dentro do presente, como uma parte integrante e continuamente reformulada dele”. Nas palavras de Dos Santos (2003:88), então, para Nora “a história estaria associada a narrativas lógicas lineares, mas vazias de conteúdo sobre o passado, as memórias coletivas seriam aquelas que resultariam dos movimentos vivos e lembranças transmitidas entre gerações”.

Segundo Dos Santos (2003:85), entanto, a diferença que existe entre história e memória para Halbwachs é que

Enquanto a história representa a esquematização arbitrária do passado com seus cortes artificiais estabelecendo seqüências e períodos, a memória coletiva representa uma corrente de pensamento que envolve seres humanos reais relacionando-se uns com os outros. O passado que existe no presente é o passado que existe na consciência do grupo. Os indivíduos sempre constroem o passado de acordo com preocupações e situações presentes. Como as imagens do passado são o resultado da relação do indivíduo e seu grupo, a história só é possível quando a tradição esta acabada, ou seja, no momento onde a memória coletiva deixa de existir.

Porém, como enuncia Jelin (2002:63),

El debate y la reflexión son más extensos e intensos en la propia disciplina de la historia, especialmente entre aquellos que reconocen que el quehacer de los/as historiadores/as no es simple y solamente la 'reconstrucción' de lo que 'realmente' ocurrió, sino que incorporan la complejidad de su tarea. Una primera complejidad surge del reconocimiento de que lo que 'realmente ocurrió' incluye dimensiones subjetivas de los agentes sociales, e incluye procesos interpretativos, construcción y selección de 'datos' y elección de estrategias narrativas por parte de los/as investigadores/as.

Sarlo (2007:43), por sua vez, afirma que o dever da memória induz a uma relação afetiva, moral com o passado, enquanto a história se distancia deste e procura sua inteligibilidade.

Jelin (2002:63) acredita que existem três formas nas quais podem-se vincular a história e a memória: a memória utilizada como instrumento para a pesquisar, o que possibilitaria a obtenção e construção de dados do passado; a memória como elemento para corrigir durante o processo de pesquisa memórias equivocadas ou falsas; e a memória em si como um objeto de estudo da disciplina histórica.

Por sua vez, para Lê Goff (1996) a memória é a matéria prima dos historiadores. E, ao ser uma memória inconsciente, a memória coletiva é o melhor lugar para estudar as comunidades, pois, é onde se manifestam os sentimentos religiosos, de identidade, de alegria ou tristeza dos diferentes grupos. O trabalho dos historiadores, então, consiste em se apropriar da história vivida pelos homens para pensá-la e explicá-la. O objetivo que perseguem estes profissionais com isto é colocar uma ordem nesse passado, para o qual recuperam fontes e testemunhas que organizam fazendo inteligível os fatos e processos do passado. Mas, como estabelece Jelin (2002:89), “ *la memoria (aun la individual), como interacción entre el pasado y el presente, está cultural y colectivamente enmarcada, no es algo que esta allí para ser extraído, sino que es producida por sujetos activos que comparten una cultura y un ethos.*”

Portanto, para esta autora o processo de recordar e a mediação das subjetividades humanas durante o mesmo, trazem conseqüentemente o problema da veracidade ou não da informação coletada dessa maneira. O problema está em que se podem cometer erros, voluntários ou involuntários, na lembrança e, portanto, na subsequente transmissão. Daí que a preocupação pela autenticidade e sinceridade dos relatos leva consigo o cuidado e aperfeiçoamento dos métodos e técnicas. Introduziram-se, assim,

controles e provas diversas para aproximar o mais possível a lembrança a ‘verdade’ do fatos acontecidos. Neste sentido é que Candau (2002:56) diz,

la memoria no es la historia. Ambas son representaciones del pasado, pero la segunda tiene como objetivo la exactitud de la representación en tanto que lo único que pretende la primera es ser verosímil. Si la historia apunta a aclarar lo mejor posible el pasado, la memoria busca, más bien, instaurarlo, instauración inmanente al acto de memorización. La historia busca revelar las formas del pasado, la memoria las modela, un poco como lo hace la tradición. La preocupación de la primera es poner orden, la segunda está atravesada por el desorden de la pasión, de las emociones y de los afectos. La historia puede legitimar, pero la memoria es fundacional.

Uma visão oposta às anteriores é a de Jean Pierre Rioux (1999), para quem não devem se confundir a história e a memória. Segundo ele cada uma delas tem seu próprio campo de estudo. O autor entende que a primeira é um pensamento do passado e não uma rememoração, como é a segunda. O historiador não é um memorialista, senão que ele constrói e elabora um relato objetivo de uma representação do passado. Assim, graças a sua vontade crítica e sua obsessão científica, o historiador consegue destruir o “recuerdo fetiche” e “desenmascarar la memoria” ao tirar ela de seus espaços naturais. Para o autor, o historiador inscreve, decifra, pondera e reflete, tentando compreender melhor para dar a conhecer um destino razoado (RIOUX, 1999: 342). Neste sentido, poder-se-ia se afirmar que a memória seria a crença acrítica, o mito, uma ‘invenção’ do passado muitas vezes feita a raiz de um olhar romântico ou idealizado deste, enquanto a história ficaria como o fato cientificamente comprovado do que realmente aconteceu (JELIN, 2002:64 e 65). Como enunciara Yerushalmi (1989:25), uma das funções do historiador é a de resgatar e resguardar o passado, o que leva o autor reivindicar o trabalho da história para corrigir as memórias como um elemento central no compromisso profissional do historiador como pesquisador. A história, portanto, tem que produzir o conhecimento crítico sobre o passado “*no hay aspecto del pasado que no sea digno, hasta en el menor de los detalles, de ser profundizado y publicado. Pues si lo que perseguimos es el conocimiento del pasado, ¿quién decidirá a priori sobre el valor potencial de un hecho?*” (YERUSHALMI,1989:23).

Um pensamento semelhante é o de Schwarzstein (2002:11), que diz

historia y memoria no son idénticas. La primera es un conocimiento universalmente aceptable, científico, mientras la segunda obedece a las exigencias existenciales de comunidades donde la presencia del pasado en el presente constituye un elemento esencial del ser colectivo. En síntesis, la historia es conocimiento científico, con métodos propios y no la mera recuperación de las memorias de las

comunidades e indivíduos. La memoria es parte constitutiva de la historia pero es diferente de ella al mismo tiempo

A isto Sorgentini (s/d) agrega que,

la historia se presenta entonces explícitamente como una perspectiva autoconciente de sus límites: si frente a la experiencia del pasado, a veces la memoria dice más que la historia, frente a otras perspectivas que buscan dar cuenta del fenómeno mismo de la memoria, la historia se revela como una perspectiva que, desde el reconocimiento de la irreductibilidad de aquella experiencia en torno a la cual se constituye su objeto, presenta sólidas credenciales teóricas y epistemológicas para su efectivo abordaje.

Para Halbwachs (2006), por sua vez, o fato da história e a memória serem diferentes não impede de assinalar que o objetivo da história é construir uma ponte entre o passado e o presente. Sua função é restabelecer a continuidade interrompida, através do registro dos acontecimentos dignos de memória que constituem a tradição e que excedem a restringida situação espaço-temporal dos grupos que animam e mantêm viva a memória coletiva. A história, para este autor, então, pode ser definida como a memória universal do gênero humano, convertendo-se assim num complemento da memória dos grupos. A lembrança dos fatos, que tem ocupado um lugar importante na memória dos homens, justifica-se então pela necessidade de fixar por escrito as lembranças que não permanecem vivas para os grupos sociais (SORGENTINI s/d).

Candau (2002:58) mostra que a história é simplificadora, seletiva e esquecida dos fatos. Ele lembra que o passado só se volta inteligível a partir do momento no qual o historiador leva adiante uma certa seleção ao redor de um ou vários pontos de interesse. Os documentos e arquivos são analisados levando isto em conta, ou seja, em relação ao presente onde o historiador está submerso e não em função do conteúdo das fontes pesquisadas. Portanto, nas suas palavras “*los historiadores están insertos en un trabajo de construcción social de la memoria, ‘su producción es solamente uno de los avatares posibles de la memoria social’*”(p. 58). Assim pode-se afirmar que a memória é indispensável para a história, pois ela dá conta de uma verdade semântica dos fatos que não se encontra facilmente na verdade dos fatos restituída pelo trabalho do historiador (CANDAU, 2002:59).

Isto se evidencia sobre tudo na tarefa de indagação ao passado nas situações onde existem traumas, ambigüidades, silêncios, excessos, ou seja onde em definitiva a busca de objetividade também requer um compromisso e afeto. Neste sentido é que La Capra afirma que a posição que defende

propone una concepción de la historia que involucra una tensión entre la reconstrucción objetiva (no objetivista) del pasado y un intercambio dialógico con él y con otros investigadores, en el que el conocimiento no entraña solamente el procesamiento de información sino también afectos, empatía y cuestiones de valor(LA CAPRA, 2001:35; *apud* JELIN, 2002:67)

Então, La Capra (2004:77) mostra que embora a relação entre história e memória seja complexa, estes conceitos não constituem uma oposição binária, nem se diluem entre si.

Outro ponto importante a ser considerado, também enunciado por Jelin (2002:127), é que a questão não é a acumulação de dados, senão o sentido que eles têm dentro dos quadros socialmente compartilhados, pois as demandas sociais trazem a esfera pública determinadas versões do passado com o intuito de incluir ela na ‘história oficial’. O objetivo disto é tanto lograr a transmissão do seu sentido do passado como também legitimar e institucionalizar o reconhecimento pública da sua memória. No caso, por exemplo, dos familiares das vítimas das ditaduras do Cone Sul, o combate pela memória significou fazer esforços para obter reconhecimento público e gravar a dor e as ações dos repressores na memória coletiva da nação (RONIGER E SZNAJDER, 2004:240).

As mudanças nas encenadas políticas, o ingresso de novos atores sociais nelas e os câmbios nas sensibilidades sociais transformam obviamente os sentidos dados ao passado, pois se dá uma troca na seleção e a ênfase em umas ou outras dimensões ou aspectos do passado que os diversos sujeitos individuais ou coletivos resgatam. Isto também implica nos vínculos emocionais e afetivos que se estabelecem. Assim, “*la construcción de memorias sobre el pasado se convierte entonces en un objeto de estudio de la propia historia, el estudio histórico de las memorias, que llama entonces a ‘historizar la memoria’*” (JELIN, 2002:69). No caso dos países do Cone Sul, durante os períodos dos governos militares se restringiram o uso dos mitos só para as iniciativas centradas em direções nacionalistas. Como Roniger e Sznajder (2004:225) estabelecem,

Mitos históricos que enfatizam imagens épico-militares foram utilizados por esses governantes, para enfatizar seu próprio papel como construtores de suas respectivas nações, em cenários contemporâneos, como ‘salvadores’ da integridade nacional e da herança dos fundadores (...) enquanto muitos movimentos tentam ganhar ampla hegemonia por meio de radicais estratégias, os governos e os governantes militares tiveram o controle do Estado e o controle censurado da esfera pública para implementar suas estratégias e modelar a memória coletiva partir de cima.

Fica claro que a significação dada aos fatos do passado não se encontra fixada nem é permanente ou imutável. Ao contrário, a localização social dos diversos atores, suas sensibilidades, a conformação do cenário político no qual se acham imersos e as lutas pelo sentido nas que se encontram, são alguns dos fatores que levam a estas mudanças de sentido. No caso específico da última ditadura Argentina (1976-1983), a ênfase em que lembrar dela foi trocando com o decorrer dos anos. Nas palavras de Jelin (2002:71 e 72),

Durante la dictadura misma, el movimiento de derechos humanos, tanto en el país como en la red de solidaridad internacional, fue tejiendo una narrativa centrada en el valor de los derechos humanos y en las violaciones cometidas por el régimen militar (y, como antecedente, por las fuerzas paramilitares de la Triple A). La figura central que se construyó fue durante mucho tiempo la del 'detenido-desaparecido', víctima de lo inimaginable.

(...)desde las fuerzas militares, la construcción del enemigo era la de 'la subversión', que con su accionar en la lucha armada y en la ofensiva ideológica venía a cuestionar los fundamentos mismos de la nación. El discurso militar era el discurso de la guerra (...)Sin embargo, el discurso de los derechos humanos se convirtió en consigna y en símbolo de la transición en 1983. Para este discurso, lo que hay son violadores y perpetradores por un lado, y víctimas del otro.

Como se pode perceber, ao adotar uma política de esquecimento e memória seletiva as diversas forças políticas no governo do Estado tentaram objetivizar a sua versão da história. Essas políticas, no entanto, foram contestadas dentro da sua sociedade pelas diversas versões dos distintos grupos que embutiam imagens do passado sobre as quais não existia um consenso dentro do presente. E isto foi o que precipitou o retorno de tais questões no decorrer da década dos '90 no países de América Latina. Dada a luta simbólica do passado entre esses distintos grupos estas sociedades foram “de uma história buscada na continuidade da memória para uma memória projetada na descontinuidade da história” (NORA *apud* RONIGER E SZNAJDER, 2004:226).

Concluindo, pode-se afirmar então que a memória não é igual a história, senão que a primeira é uma fonte da segunda, pois a história só nos permite, na sua relação com a memória, questionar e constatar criticamente os conteúdos dela. Esse vínculo é favorecido pelo processo narrativo e de transmissão das memórias aprovadas como legítimas (JELIN, 2002:75). No entanto, é preciso ter cuidado quando se trabalha com a memória dadas as tergiversações, deslocamentos e negações que abrem espaço a perguntas e enigmas no decorrer da pesquisa.

1.2. Identidade

Para Castells (2006:23) as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação”. Segundo o autor

a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais (CASTELLS, 2006:23)

Ricoeur agrega a essa definição que a identidade se refere a aqueles rasgos que permanecem sem quase modificação alguma no decorrer do tempo, “*se trata de un polo de estabilidad conformado por propiedades del carácter que asume una cierta permanencia y que permite identificar al individuo como tal transcurrido un tiempo*” (apud OBERTI E PITTALUGA, 2006:234). Portanto, a memória é um dos eixos ao redor do quais se constrói a identidade, pois ela é uma das bases sob as quais reivindica-se esta (RICOEUR, 2000). A memória tem um rol de grande significação como mecanismo cultural para construir e reforçar o sentimento de pertença a determinados grupos, especialmente nos casos de grupos oprimidos, marginados ou silenciados, pois a referência a um passado comum, compartilhado favorece a auto-valorização positiva deles mesmos e do grupo (JELIN, 2002:9 e 10). A este tipo de identidades Castells (2006:23) chama de identidades de resistência, pois foram

Criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

Segundo ele, então, desde o princípio este tipo de identidades defensivas servem de refúgio e são fontes de solidariedade entre os indivíduos, pois são um jeito de proteção deles contra um mundo externo percebido como hostil. Portanto, elas são construídas e organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação do grupo (CASTELLS, 2006:84). È por isso que, para Jelin (2002:24), o núcleo da identidade grupal ou individual se encontra intimamente vinculado ao sentimento de permanência no decorrer do tempo e do espaço, já que o fato de poder

recordar e re-lembrar algumas coisas do próprio passado é um elemento importante para a identidade. Jelin (2002:25) afirma que

la relación es de mutua constitución en la subjetividad, ya que ni las memorias ni la identidad son cosas u objetos que se encuentran o pierden (...) esta relación de mutua constitución implica un vaivén: para fijar ciertos parámetros de identidad (nacional, de género, política o de otro tipo) el sujeto selecciona ciertos hitos, ciertas memorias que lo ponen en relación con 'otros'. Estos parámetros, implican al mismo tiempo resaltar algunos rasgos de identificación grupal con algunos y de diferenciación con 'otros' para definir los límites de la identidad, se convierten en marcos sociales para encuadrar las memorias. Algunos de esos hitos se tornan para el sujeto individual o colectivo, en elementos 'invariantes' o fijos, alrededor de los cuales se organizan las memorias que permiten mantener un mínimo de coherencia y continuidad, necesarios para el mantenimiento del sentimiento de identidad

Ao longo da história houve um contínuo processo de construção e mediação humana na configuração de identidades coletivas, e estas mesmas mudaram constantemente sob impacto de transformações contextuais e pela mediação de atores sociais, coletivos e individuais, razão pela qual Roniger e Sznajder (2004: 270) estabelecem que

Os padrões e critérios que se desenvolvem em diferentes sociedades, e como criam e recriam tais domínios, estão em geral relacionados com orientações básicas de valor da cultura hegemônica, os componentes de sua unidade, percepções do(s) outro(s), a dinâmica da relação de indivíduos com o Estado e a sociedade, os padrões de inclusão e exclusão do enquadramento político. Todas essas dimensões reúnem-se na configuração das esferas públicas, nas quais atores individuais e institucionais encontram-se mutuamente no centro político, quando definem suas identidades setoriais e mais abrangentes.

Portanto, as identidades coletivas não podem ser nem monolíticas nem uniformes, pois em toda sociedade por mais homogênea que os indivíduos que a compõem queiram imaginá-la diversos grupos de valores co-existem “diferentes identidades coletivas são projetadas e representadas, às vezes convergindo, outras divergindo” (RONIGER E SZNAJDER, 2004: 271). No caso dos países do Cone Sul, diversos setores da sociedade mantiveram relações tensas no concernente às definições, dimensões e interpretações de sua afiliação identitária dado a ênfase que davam a alguns elementos e dimensões e o deprecio de outros (RONIGER E SZNAJDER, 2004: 271).

Para os autores mencionados,

A construção de identidades coletivas é crucial para toda sociedade, pois afeta: os limites de inclusão e exclusão e as imagens do outro; como os sistemas políticos e sociais (...) os processos de constituição

e seleção de identidades coletivas cristalizam-se por intermédio do debate, da interpretação, da confrontação, imposição e luta, guiados por portadores sociais e culturais específicos que modelam e condicionam as várias tendências de configuração.(RONIGER E SZNAJDER, 2004: 272).

Os governos militares que tomaram o poder em diversos países de América Latina a partir da década de '70 reformularam os critérios de inclusão e exclusão segundo seus próprios princípios ideológicos. Fundamentando-se neles, estabeleceram que indivíduos ou instituições passariam a ser excluídos a partir desse momento da sociedade, pois agora eles seriam considerados alheios ao corpo nacional e um perigo para o bem estar do país (RONIGER E SZNAJDER, 2004: 297). Assim como Hall e du Gay (2003: 35) enunciaram, segundo Butler, todas as identidades agem através da exclusão, por meio da construção de um fora constitutivo e da produção de sujeitos depreciáveis e marginados. Como diz Hall (1991:21 *apud* GROSSBERG, 2003: 152) “*la identidad es una representación estructurada que solo alcanza su carácter positivo a través del estrecho ojo de lo negativo. Antes de poder constituirse, debe atravesar el ojo de la aguja del otro*”. Por isto para Grossberg (2003: 152) a identidade é sempre um efeito temporário e instável de relações que definem identidades por meio da marcação de diferenças. As identidades são relacionais e incompletas, pelo que estão em constante processo de produção, dependendo da sua diferenciação e da negação de algum outro término. Conseqüência disto foram as crises de identidade que se suscitaram no Cone Sul depois da revelação pública dos atos cometidos pelos regimes militares (RONIGER E SZNAJDER, 2004:281).

Mas como enunciaram Hall e du Gay (2003:18)

precisamente porque las identidades se construyen dentro del discurso y no fuera de él, debemos considerarlas producidas en ámbitos históricos e institucionales específicos en el interior de formaciones y prácticas discursivas específicas, mediante estrategias enunciativas específicas. Por otra parte, emergen en el juego de modalidades específicas de poder e, por ello, son más un producto de la marcación de la diferencia y la exclusión que signos de una unidad idéntica y naturalmente constituida: una ‘identidad’ en su significado tradicional (es decir, una mismidad omniabarcativa, inconsútil y sin diferenciación interna).

Neste sentido La Capra (2004) se pergunta, até que ponto a identidade tem a ver com as experiências passadas? Seu livro tenta dar, baseado em um exemplo, as respostas a sua incógnita. Através do caso dos filhos dos nazistas, exemplifica como numa situação dessa natureza se pode perceber o jeito em que a gente esta

“inevitablemente implicada en un determinado pasado”. O autor admite que nestas circunstâncias mostra-se como as pessoas estão sujeitas a experiências que requerem um esforço especial para poder se situar historicamente e refletir sobre a sua situacionalidade. Além disso, ele afirma que para falar sobre identidade tem que ter consciência de que existem múltiplas identidades em cada indivíduo e grupo, as quais se expressam com maior o menor intensidade dependendo dos contextos. Também não tem que se compreender a identidade como uma fusão total do indivíduo com aqueles com quem compartilha a mesma identidade. Pois existem matizes: *“la identidad involucra modos de ser que van de lo que se ejecuta a lo que se imagina, lo virtual, lo deseado, lo que se ha conseguido normar y las aspiraciones utópicas”* (IBARRA, s/d).

Por sua vez, Pollak (1992) enfatiza no seu trabalho que o sentimento de identidade esta profundamente ligado à memória

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A memória é quem permite que o indivíduo construa a imagem que tem de si, tanto em relação a si mesmo como aos outros. Ela é quem favorece que o indivíduo tenha esse sentimento de pertencimento ao grupo, de continuidade no tempo e que se desenvolva dentro de um sentimento de coerência. Esta relação entre memória e identidade será um ponto chave para a compreensão de como as Mães e Avós se percebem. Como será mostrado, as identidades assumidas no presente estão profundamente marcadas pelas memórias comuns do passado, mas isso deve ser feito sem perder de foco que essas memórias estão também, em grande medida, marcadas por seus interesses no presente e pela forma em que querem ser reconhecidas. Procurar-se-ia compreender o jogo dialético ente presente e passado, entre identidade atual e memória.

Como ressalta Dos Santos (1998), a noção de identidade está intimamente associada à idéia de memória e vice-versa. Para a autora, o sentido de continuidade e permanência presentes num indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado (esquecido e silenciado), quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra

Consideremos agora o conteúdo dessas memórias coletivas múltiplas (...) cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos –mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para primeiro plano. No momento que examina seu passado, o grupo nota que continua o

mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (HALBWACHS, 2006:108)

Assim, a sensação de temporalidade nos sujeitos derivaria do fato de que diversos momentos fariam parte de um conjunto de pensamentos comuns a um determinado grupo, de um quadro social da memória. Tal sensação de continuidade da memória tendo como referência esses quadros sociais reais seriam fundamentais para a conformação de um sentimento de identidade nos sujeitos. Nesse contexto, é interessante perceber que as memórias trazidas pelas mulheres entrevistadas nos informam não só acerca de suas lembranças e grupos, como também apontam a processos de construções próprios baseados em interesses políticos, culturais e sociais existentes.

Mostrou-se até aqui que as identidades estão marcadas pelo presente e pelas memórias passadas, mas é também importante assinalar que também estão influenciadas pelos projetos futuros. Neste sentido é que Velho (1999) acredita que os projetos, ou seja, as condutas organizadas para se atingir finalidades específicas, dependem fundamentalmente da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente. Assim, o autor enfatiza que a memória e o projeto se articulam ao dar significado às identidades dos sujeitos, pois são visões prospectivas e retrospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de sua trajetória. No entanto, não se pode perder de vista que as identidades, as memórias e os projetos são construídos num processo de interação com outra realidade sócio-cultural.

Capítulo 2: Ditadura, Transição e Democracia na Argentina (1976-2008).

Como os repressores e os reprimidos podem viver no mesmo país, compartilhar a mesma mesa? Como curar um país que foi traumatizado pelo medo, se aquele mesmo medo continua a operar em silêncio? E como chegar à verdade quando nos acostumamos a mentir? Podemos manter o passado vivo sem que nos transformemos em seus prisioneiros? E podemos esquecer o passado sem arriscar sua futura repetição? É legítimo sacrificar a verdade para assegurar a paz? E quais são as consequências para a comunidade se as vozes daquele passado são suprimidas? (...) de que modo tais questões devem ser confrontadas sem destruir o consenso nacional, que constitui a base de qualquer estabilidade democrática? (DORFMAN, *apud* RONINGER E SZNAJDER, 2004:221).

A política do Terrorismo de Estado implementada pela ditadura militar Argentina, no período de 1976-1983, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, que visava defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro. Essa experiência teve paralelo nos regimes semelhantes que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980. Os regimes de Segurança Nacional (com as respectivas características que adquiriram em cada Estado nacional) foram o instrumento de re-enquadramento das sociedades latino-americanas fortemente mobilizadas. Como afirmam Roninger e Sznajder (2004:17),

O estado de prolongada desordem civil e polarização do fim da década de 1960 e início da década de 1970 era encarado pelos *establishments* militares do Cone Sul como uma ameaça aos respectivos 'seres racionais' e como tal, exigia uma intervenção na via pública e sua reorganização. A fim de conseguir isso, as forças de segurança tomaram o poder e, uma vez no governo, fizeram uso de seqüestros, encarceramentos prolongados, tortura, execuções sumárias, desaparecimentos e assassinatos. A violação dos direitos individuais foi facilmente enquadrada, reconhecendo-se a primazia dos interesses coletivos nacionais sobre os individuais.

Em termos econômicos as ditaduras militares consolidaram em geral a internacionalização da economia, aplicação das receitas do Fondo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, e o crescimento do endividamento externo. Entretanto, no foro político as metas foram destruir as organizações revolucionárias, desmobilizar e despolitizar os setores populares, aprofundar a associação com os Estados Unidos, enquadrar os espaços político-institucionais (partidos políticos, Congresso, sindicatos, etc), e esvaziar o pluralismo político (PADRÓS, 2005:7).

No Documento de Puebla de 1979, resultado da III Conferência do Episcopado Latino-americano, se estabeleceu que

En los últimos años se afianza en nuestro continente la llamada Doctrina de Seguridad Nacional, que es de hecho más una ideología que una doctrina. Está vinculada a un determinado modelo económico político, de características elitistas y verticalistas que suprime toda participación amplia del pueblo de las decisiones políticas (...) desarrolla un sistema represivo, en concordancia con su concepto de 'guerra permanente' (apud CONADEP:473)

Conseqüência da aplicação destas medidas foi a “cultura do medo” que se instaurou nestes estados nacionais e que, posteriormente, comprometeria o processo de redemocratização.

2.1. O marco ideológico: a Doutrina de Segurança Nacional.

O nascimento da Doutrina de Segurança Nacional, originada nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, ocorre com a doutrina Truman, em 1947, que enunciava:

No presente momento, praticamente todas as nações devem escolher entre formas de vida alternativas. Muito freqüentemente esta escolha de vida não é livre. Uma forma de vida é baseada na vontade da maioria e distingue-se por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantia da liberdade individual, liberdade de expressão e eleição e ausência de opressão política. Uma segunda forma de vida é baseada na vontade de uma minoria, imposta pela força à maioria. Recorre ao terror e à opressão, a um rádio e a uma imprensa controlada, a eleições decididas de antemão e a supressão das liberdades pessoais. Creio que os Estados Unidos devem apoiar os povos livres que resistem à tentativa de servidão por minorias armadas ou a pressões externas. Creio que devemos ajudar aos povos livres a forjar seus destinos com suas próprias mãos (...) (MAGNOLI, 1988:26, *apud* PASCUAL, 2004: 37 e 38).

Os Estados Unidos, seguindo esta linha argumentativa, se dedicaram à missão de ajudar as outras nações a, pretensamente, manter suas instituições políticas e sua integridade nacional. Com isto, defendiam a civilização ocidental e cristã do comunismo internacional, alçado à categoria de inimigo número um durante a Guerra Fria. Cardoso (2003:100) diz que “ameaçados em sua hegemonia geopolítica, os Estados Unidos responderam com ações anticomunistas pelo marketing do modelo e pelo apoio logístico a golpes de Estado militares pelas forças conservadoras locais”. Entretanto, para Norberto Rey (*apud*.VAZQUEZ, 1985:52),

La materialización de la doctrina de seguridad nacional consiste en el fortalecimiento político, económico y operativo de las fuerzas armadas de cada país dependiente. Estas fuerzas armadas van siendo

preparadas progresivamente para combatir contra un enemigo interior, lo que significa que adquieren su papel dominante de represoras de sus propios pueblos. El discurso justificatorio es hacerlas más aptas para la defensa de la soberanía nacional y la integridad (territorial y moral) de cada país, genéricamente amenazado por un fermento subversivo y foráneo (...) La supresión de las garantías constitucionales, la dictadura militar y la imposición del terror son distintos grados de aplicación de la doctrina.

Segundo Padrós (2005:10), a Doutrina de Segurança Nacional, apontou a existência de um ‘estado de guerra permanente’ contra um ‘inimigo interno’. Este podia ser tanto uma pessoa como uma organização armada, que política ou socialmente se contrapusera aos interesses da ordem vigente. Cabe assinalar que, uns dos pressupostos, nos quais se baseava a doutrina, era que no existia uma divisão social de classe. Essa idéia entrava em claro conflito com a sua premissa de que “é a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação de suas demandas”(PADRÓS, 2005:37). Portanto, qualquer opinião que se aponta à existência de antagonismos sociais ou questiona o status quo da sociedade, neste marco ideológico, era entendida como contrária aos interesses da ‘nação’, sendo uma obrigação seu combate. Para ela, a guerra só poderia acabar quando se conseguisse a destruição total e permanente da diversidade. Pensando nisso é que se pode compreender frases como as do general Videla: ‘*Yo quiero significar que la ciudadanía Argentina no es víctima de la represión. La represión es contra una minoría a quién no consideramos argentina*’ (apud PADRÓS, 2005:39).

No entendimento dos Estados Unidos, América Latina estava muito vulnerável ao impacto desagregador produzido pelo comunismo internacional. Justificava-se, portanto, o uso ilimitado da força como mecanismo de controle e combate contra as mobilizações sociais produzidas pelas contradições internas dos diversos países da região. Com este objetivo deu-se o treinamento de corpos de elites de oficiais latino-americanos na escola norte-americana, Escola das Américas, localizada em Fort Benning, no Fort Leavenworth. Este foi uns dos mecanismos utilizados para o aparelhamento e modernização do fator militar (PADRÓS, 2005:12). No seu discurso, frente ao Congresso dos Estados Unidos, em 1963, Robert Mac Namara, secretário de Defesa do presidente Kennedy, disse

probablemente el mayor rendimiento de nuestras inversiones de ayuda militar proviene del adiestramiento de oficiales seleccionados y de especialistas clave en nuestras escuelas militares y sus centros de adiestramiento en los Estados Unidos y ultramar. Estos estudiantes son seleccionados cuidadosamente por sus países para

convertirse en instructores cuando regresen a ellos. Son los líderes del futuro, los hombres que dispondrán de la pericia y la impartirán a sus fuerzas armadas (...) para nosotros no tiene precio hacernos amigos de estos hombres (apud CONADEP: 475)

Além disso, no chamado “Informe Rockefeller”, do secretário de Estado dos Estados Unidos, que visitou a região em 1969, se defendeu esta instrução e preparação de militares afirmando que *“un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión ‘legal’ (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a ‘métodos no convencionales’, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada.”* (apud. BONASSO, 1990:9, PADRÓS, 2005:12-13).

Neste sentido, a indefinição do conceito de segurança nacional, favoreceu a luta ilegal e clandestina (PADRÓS, 2005:14), pois, para acabar com o comunismo era preciso um conceito flexível, que permitisse a intervenção do Estado onde se descobrisse uma aparente manifestação deste (PASCUAL, 2004). Na política interna, por sua vez, as barreiras criadas pelas garantias constitucionais deveriam desaparecer, pois não podiam ser limites para a proteção da segurança nacional, afirma Comblin (1980).

Assim foi que as Forças Armadas acharam na Doutrina de Segurança Nacional a fundamentação para desempenhar o papel de ordenadores do sistema social. Apresentaram-se como garantia suprema da unidade nacional, ameaçada pelos efeitos desagregadores do “perigo comunista”,

A DSN admitiu o protagonismo político das Forças Armadas e submissão do poder civil aos objetivos daquelas, os quais se organizaram em torno da centralidade da ‘segurança para o desenvolvimento’. Dentro desta perspectiva, a segurança foi condição fundamental para qualquer possibilidade de desenvolvimento e sua imposição implicou na implantação da ‘ordem’ e da eliminação do conflito mediante o emprego da força. Por sua vez, a ocupação do Estado pelas Forças Armadas instrumentalizou-o como irradiador de valores castrenses (disciplina, verticalidade, hierarquia e ordem) sobre o conjunto da sociedade civil. O resultado desta orientação significou a percepção de um alcance ilimitado de ação profissional militar, onde as Forças Armadas se viram como fator fundamental da ‘construção nacional’ e com a conseqüente tendência a intervir em todos os âmbitos da vida social.”(PADRÓS,2005: 391-392)

No caso argentino, o 24 de março de 1976, a Junta de Comandantes em Chefes², integrada pelo general Jorge Rafael Videla, pelo almirante Emilio Eduardo Massera e

² “La Junta Militar, compuesta por los Comandantes en Jefe de las tres armas, era la máxima autoridad del Estado y tenía atribuciones para fijar las directivas generales del gobierno, para designar y

pelo brigadeiro Orlando Ramón Agostini, tomou o poder político do país (ROMERO, 2000). O argumento que deram para esta interrupção do regime democrático, foi a necessidade de defender o país do desgoverno, da corrupção e do comunismo. Baseados na ideologia da Doutrina da Segurança Nacional, e acreditando que o inimigo atuava dentro das fronteiras do próprio país, instauraram “uma ditadura militar cruenta, que institucionalizou o terrorismo a partir do próprio Estado juntamente com uma prática comum e generalizada de seqüestros, prisões sem processos em centros clandestinos de detenção, torturas e liquidação física de seres humanos com a ocultação de seus cadáveres.” (PASCUAL, 2004:20)

Assim, para defender a unidade nacional e fundamentando-se na Doutrina da Segurança Nacional o Estado, que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, extrapolou seus limites coercitivos constitucionais, levando adiante práticas e ações que configuraram o chamado ‘Terrorismo de Estado’ (PADRÓS, 2005:43).

2.1.2. A implantação do Terrorismo de Estado.

A utilização da violência, por parte do Estado na democracia, é um recurso que encontra-se fundamentado na crença da eficácia das sanções físicas uma vez que se acham esgotados o fechados os canais de diálogo. Para Padrós (2005:53), “ é indispensável que o Estado possa agir através de mecanismos coercitivos e que tenha capacidade de enquadrar e punir comportamentos que possam infringir a lei”. O uso deste recurso estatal deve-se fazer uma vez que fracassarem todos os esforços possíveis para manter a paz e a convivência pacífica, entre os indivíduos e os distintos grupos da sociedade. No entanto, o monopólio legítimo do uso da força está limitado, existindo uma legislação que demarca os casos e os graus nos quais o Estado pode utilizar sua força para impor o ordenamento da sociedade ou para enfrentar a instabilidade social e política. Entre outros instrumentos de contenção (jurídicos, administrativos, tributários, etc) ele conta com o aparato repressivo legal. Este último é responsável pelo controle, a vigilância e a manutenção da ordem interna. Se estes elementos não foram suficientes, pode ainda fazer uso de mecanismos repressivos especiais (decretação do Estado de

reemplazar al presidente(...), así como a los otros funcionarios del gobierno. Sus decisiones eran por mayoría excepto en el caso de la designación o revocación del presidente, decisión para la cual se exigía unanimidad. Una de las manifestaciones de este ejercicio conjunto del poder (...) fue la asignación, sobre la base de un criterio aritmético, del control de las distintas jurisdicciones del aparato estatal (ministerios, gobernaciones, etc.) a cada una de las armas 33% para cada una. ” (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:27 e 28).

Sítio, leis de exceção, etc) para enfrentar a ameaça percebida como de alto risco para a sobrevivência do status quo existente (PADRÓS, 2005:56).

No caso argentino, o Estado de Sítio foi decretado ainda durante o governo de Isabel Perón, no início do mês de novembro de 1974. Segundo declaração à imprensa de Benito Llambí, ministro do interior, isto era necessário pois,

o Governo precisa erradicar, com toda a energia, expressões de uma selvageria patológica que se desencadeou sob a forma de um plano terrorista criminoso contra toda a Nação (...) a ameaça entrou agora nas casas de família, em todos os lares, que se acham expostos à ação dos terroristas, e tal fato esgotou a paciência e a prudência do governo. Foram ultrapassadas as simples contingências ideológicas e, por este motivo, o Poder Executivo está disposto a lutar até as últimas conseqüências para obter a paz e a tranqüilidade de toda a população.³

Esta medida de exceção implicou a suspensão dos direitos e garantias individuais, e permitiu ao Estado prender qualquer cidadão sem ordem judicial. Segundo a definição elaborada por Baldi (1998), o Estado de Sítio geralmente implica um regime jurídico excepcional ao qual uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de circunstâncias perturbadoras que colocam em perigo a ordem pública. Dessa forma se re-configuram as relações entre os cidadãos e a autoridade estatal, fragilizando a sociedade ao restringir seus direitos. Neste sentido Rossiter diz,

em tempos de crise, o governo constitucional deve ser alterado por meio de qualquer medida necessária para neutralizar o perigo e restaurar a situação normal. Essa alteração implica, inevitavelmente, um governo mais forte, ou seja, o governo terá mais poder e os cidadãos menos direitos. (ROSSITER, 1948:5, *apud* AGAMBEN, 2007:21).

Porém, mesmo com a possibilidade de recorrer a esta ferramenta constitucional, o Terrorismo de Estado é sempre uma possibilidade atrativa. Então, opondo-se aos governos democráticos, onde o uso da violência tem como principal função a criação e preservação da ordem através das leis, o Terrorismo de Estado implementado pelos governos militares criou violência e transgrediu a lei.

O termo terrorismo implica o emprego do terror, de violência e da intimidação para a consecução de determinados objetivos. E foi, através deste foi que os governos militares procuraram inibir a solidariedade social. Mediante o uso da violência se buscou-se gerar sensações de medo e insegurança na população civil

É da natureza do terrorismo produzir um efeito que impacta psicologicamente o indivíduo. Produzir um pavor incontrolável. Por

³ http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_07nov1974.htm

isso seu objetivo nem sempre é a denominada vítima direta, imediata (a que morre ou é ferida no atentado). Embora, em determinadas conjunturas, existam ‘grupos de risco’ integrados por vítimas específicas (religiosos, militares, políticos, homossexuais, etc), na maior parte das ações o alvo principal pode ser o conjunto das denominadas vítimas indiretas, ou seja, aquelas pessoas que, estando ausentes no local do atentado, podem identificar-se de alguma forma com as vítimas diretas. São aquelas que, diante a ausência de características específicas das vítimas diretas, sentem-se expostas e vulneráveis diante de um hipotético (mas provável) próximo atentado. Em realidade, quanto mais gerais ou indefinidas forem as características de identidades das vítimas diretas, maior será a parcela da sociedade que se perceberá indefesa diante dessas ações (PADRÓS, 2005:46)

O Terrorismo de Estado implica no uso da violência com altas doses de brutalidade, e atinge indiscriminadamente comportamentos não prefixados dentro dos que se percebe uma crítica ou oposição. Esta indefinição gera um medo irracional na população, que favorece a assunção de uma postura passiva como um mecanismo protetor para evitar ser atingido. Conseqüentemente, os cidadãos se abstêm de demonstrar qualquer tipo de desconformidade (PADRÓS, 2005:59). Como enuncia Vázquez (1985:65),

El miedo genera dos conductas básicas: la negación y la parálisis. La primera atacó a la conciencia tratando de borrar de la memoria la situación vivida, de modo que lo mejor durante los años del ‘proceso’ era ‘no saber de cierta gente’ o de hechos que pudieran crear ‘compromisos’. La parálisis es un mecanismo que lleva a la inacción, que produce quietismo, falta de iniciativa y que en los años que analizamos contribuyo al sometimiento.

Na Argentina justificou-se o Terrorismo de Estado como uma resposta lógica dada as ações dos opositores, “os subversivos”. O ataque militar contra a sociedade civil converteu-se em algo cotidiano e qualquer conduta considerada subversiva justificava a repressão estatal. Conseguiu-se assim a paralisação dos cidadãos, quem se converteram todos em possíveis vítimas (PASCUAL, 2004:20). Como afirma Padrós (2005:19),

o TDE não se restringiu às práticas de repressão física ou psicológica, mas perpassou toda a sociedade e, simultaneamente, instrumentalizou as instituições estatais, subordinou o Poder Judiciário, anulou o Poder Legislativo, controlou os meios de comunicação, interveio na rede de ensino e calou fundo nas relações cotidianas.

O medo se reforçou mediante a promulgação de leis cujo objetivo principal era destruir os vínculos sociais, proibindo a associação de indivíduos em grupos ou organizações que reivindicaram os direitos dos cidadãos. Nesse sentido Przeworski (1989:23-24) diz,

o que ameaça os regimes autoritários não é a quebra da legitimidade, mas a organização da contra-hegemonia: projetos coletivos para um futuro alternativo. Só quando se organizam alternativas coletivas é que indivíduos isolados têm acesso à escolha política. Essa é a razão por que os regimes autoritários detestam organizações independentes: ou as incorporam sob controle centralizado ou as reprimem pela força.

Encabeçado pelo general Videla, o regime ditatorial, com o objetivo de combater a subversão cometeu um verdadeiro genocídio, que implicou o desaparecimento de milhares de pessoas. Os desaparecidos não foram só guerrilheiros, ativistas sindicais e estudantes (universitários e de segundo grau), políticos, intelectuais, jornalistas, religiosos, artistas; senão até mesmo os seus familiares passaram a formar parte da lista de nomes perseguidos (CONADEP, 1984),

el régimen implantado por ese golpe fue, sencilla y plenamente terrorista. Reprimió severa y cruelmente a muchos individuos y lo hizo de un modo aparentemente descentralizado, por lo general impredecible y clandestino (...) los riesgos eran tan altos como difíciles de estimar: casi cualquier persona (ya sea porque había sido políticamente activa en el pasado o bien sólo porque conocía a alguien sospechado de 'subversión' por alguna agencia represiva) podía ser secuestrada, torturada y asesinada sin siquiera conocer las 'razones'. Más aún, puesto que al mantener su naturaleza terrorista el régimen se negaba a transmitir alguna regla clara acerca de lo que era y lo que no era punible, se hacia prácticamente imposible sentirse seguro. (O'DONELL, 2004:152).

O medo gerado pelas práticas do Terrorismo de Estado viu-se favorecido pela clandestinização que caracterizou as ações repressivas, o que permitiu ao Estado negar sua autoria e conhecimento das mesmas. A ditadura podia negar seus crimes. Ao mesmo tempo, isto o ajudou naquelas situações em que se transgrediu normas jurídicas internacionais. Padrós (2005:619) afirma que

a prática do desaparecimento alicerçou-se na impunidade que partia de uma ficção idealizada tornada premissa básica: se não havia corpo, não havia vítima; e se não havia vítima, não havia crime. Com esta fórmula, o TDE procurou insentir-se das suas responsabilidades diante dos familiares e do conjunto da sociedade e, simultaneamente, visou evitar remorsos e arrependimentos nos executores da ação. Não havendo corpo, não se via o resultado dos 'interrogatórios' ou as macas da execução. Sem o corpo, também não se via a tristeza e a indignação do entorno das vitimas em velórios e sepultamentos que não podiam acontecer.

O mecanismo de desaparecimento serviu para criar maior incerteza na sociedade a respeito do que acontecia com as pessoas que sumiam. Não se tinha certeza de onde estavam nem a causa pela qual tinham desaparecido. Só se tinha certeza de que as

peças desapareciam e “esse era o medo inculcado como ferramenta repressiva de desmobilização geral”(PADRÓS,2005:619). Particularmente, no caso argentino, a aplicação de este mecanismo se baseava na crença, por parte das Forças Armadas, da necessidade da eliminação dos inimigos e nas vantagens deste método. Entre estas se achavam: evitar a reação externa que poderiam produzir os fuzilamentos massivos e a reação interna de uma sociedade despreparada para aplicação massiva ou seletiva da pena de morte⁴; além de favorecer desse jeito a diluição de responsabilidades futuras (PADRÓS, 2005:625). Ao “desaparecer” as pessoas não existiam provas concretas dos fatos denunciados: nenhum corpo, nenhuma detenção, nenhuma denúncia formal, nenhum processo, nenhum encarceramento. Como enunciou Videla (1979) *apud* Raffin (2006:152 e 153) num discurso oficial:

qué es un desaparecido? Le diré que frente al desaparecido en tanto este como tal, es una incógnita. Si reapareciera tendría un tratamiento equis. Pero si la desaparición se convierte en certeza, su fallecimiento tiene otro tratamiento. Mientras que sea desaparecido no puede tener un tratamiento especial, porque no tiene entidad, no esta muerto ni vivo.

Em posteriores declarações, já dentro de um regime democrático, Videla diz “*Se pensó, em su momento, dar a conocer las listas. Pero luego se planteó: si se dan por muertos, enseguida vienen las preguntas que no se pueden responder: quién mato, donde, cómo*”⁵. Segundo dados oficiais quase 9 mil pessoas foram desaparecidas na Argentina. Entanto os organismos de direitos humanos estimam um número aproximado de 30 mil⁶, dos quais mais de 500 deles eram crianças no momento de sumir (PADRÓS, 2005:625).

2.1.3. A cultura do medo.

O desaparecimento de pessoas se configurou como mecanismo de extorsão tanto para o detido-desaparecido quanto para seus familiares e suas amizades. Segundo Padrós (2005:15) ambos se achavam nesta situação “bloqueados e paralisados diante de

⁴ Cabe destacar que a pena de morte se introduz no Código Penal argentino o 25 de junho de 1976 (Lei 21.338), paradoxalmente, esta figura legal nunca foi utilizada durante este regime militar.

⁵ *apud* Videla In SEOANE, M. “ El Dictador. La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla”(PADRÓS, 2005:625)

⁶ “Así la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) a la vez que documentó en 1984 la desaparición de 8.960 personas, aclaró que estimaba que el número excedía significativamente los 9.000 casos. Por otra parte, Amnesty Interntional estimó que el número de víctimas superaba las 15.000 y otros organismos defensores de los derechos humanos como Madres de Plaza de Mayo y el Servicio de Paz y Justicia han sostenido que las víctimas alcanzan las 30.0000 personas.”(ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:27)

uma situação que impedia a aplicação dos dispositivos legais de proteção da integridade física da vítima”. Como afirma o autor,

“o desaparecido possui um estatuto específico: sua existência foi suspensa, não está vivo nem morto; não está preso nem em liberdade. O Estado diz desconhecer seu destino. Logo, parece não existir, está em um limbo indefinido. Contudo, concretamente, existe, mesmo que não passe de um nome perdido em alguma lista.” (PADRÓS, 2005:97)

Um dos principais objetivos desta política do desaparecimento foi a geração da “cultura do medo” que contribuiu, geralmente, para dois tipos de condutas sociais. Uma delas, a quebra dos laços sociais de solidariedade, o que isolava as vítimas diretas e pacificava, alienava ou tornava indiferentes as demais pessoas. Por outro lado, seja pela insegurança resultante ou pelo medo das punições violentas e sem limites, se obteve um comportamento padrão por parte dos cidadãos. Fico claro que o preço a pagar por não ficar na linha demarcada pelo Estado era, provavelmente, ser acusado de ‘subversivo’ e ter o tratamento consabido para quem obtinha esse rótulo (PADRÓS, 2005:20). Padrós (2005:59) reflete nesse sentido e afirma que

A generalização dessa resposta comportamental poupa, em tese, os cidadãos de sofrerem represálias diretas e pode diminuir a intensidade da ação repressiva sobre o conjunto da sociedade. Entretanto, paradoxalmente, é quando se demonstra maior eficiência do TDE, pois consegue paralisar imediatamente a oposição real e, preventivamente, a oposição potencial. Como resultado dessa ação, o regime repressivo pode recolher, por cooptação, medo ou oportunismo, a adesão de pequena parcela de população.

Assim, o desaparecimento, tortura e morte de cidadãos serviu ao objetivo de favorecer o consenso passivo da população. A apatia resultante do medo gerado por este mecanismo foi um dos fatores que favoreceu a continuidade dos regimes militares. A sociedade se viu desprotegida ante a agressão de quem devia resguardá-la, gerando-se a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente (PADRÓS, 2005:78). Tornou-se assim a sociedade uma observadora incapaz de fazer algo para deter o Estado, pois ela era uma das vítimas potenciais. Percebeu-se ao Estado como um ser onisciente, onipresente e onipotente.

Conseqüentemente, o indivíduo voltou-se para si mesmo, diminuindo-se cada vez mais os espaços públicos de interação. Destruíram-se os laços sociais existentes de solidariedade e dificultou-se seu ressurgimento. Segundo a definição de Raffin (2006:158),

La “cultura del miedo” implica un achicamiento del espacio público al tiempo que un repliegue del individuo sobre el mismo, lo que acarrea la ruptura de los lazos de solidaridad social horizontal; actualiza antiguos miedos, alienta la desconfianza y tiene a la delación. Ante la imposibilidad de poner en práctica aquello que se imagina, el acto de pensar, reflexionar e imaginarse una alternativa, ya es en sí mismo, subversivo en el contexto de una cultura del miedo.

Neste contexto produziu-se uma autocensura do pensamento e de análises críticas, pois essa era uma característica do subversivo e, portanto, a própria vida se achava em perigo (RAFFIN, 2006). Como afirma Pascual (2004:96),

durante o regime militar, existia um tipo de habitante dominado pelo terror, porque sabia que a qualquer momento podia ser levado para aquele rumo incerto dos que estavam desaparecendo e de cujo destino ninguém sabia, mas sobre o que se escutavam terríveis comentários. Era alguém que estava só, indefeso, que sabia que não podia contar seus sentimentos para ninguém, nem sequer expressar a dor de ser testemunha involuntária de tanta dor. Ninguém podia saber de seus temores, de suas dúvidas. Acabava se fechando em um cinturão de ferro dentro de si e construindo seu próprio exílio dentro de sua epiderme.

Frente esse cenário social e de desconfiança, reforçou-se o reduto familiar dadas as ameaças de violência e caos situados na esfera pública. O recolhimento e o isolamento foram efeitos dessa busca de refúgios,

*diversos testimonios revelan los aspectos más mezquinos de la conformidad de familiares directos que tendían a culpar a las víctimas y en verdad no querían saber de la experiencia de quienes volvían del infierno de los campos. En ese funcionamiento paradójico de la familia, **‘que con tal de cuidarte y protegerte casi no te dejaba vivir’** se puede mostrar la dinámica de un funcionamiento que reúne en el miedo, la coerción admitida y ejercida, como un medio de protección. (VEZZETI, 2002:52).*

Para Arendt (1989:526) esse isolamento, entanto comportamento procurado e estimulado pelo sistema repressivo, pulveriza o coletivo gerando-se só repostas individuais e introspectivas, pois “o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra outros”. Até os espaços mais íntimos da vida privada inclusive foram atingidos pela introjeção da coerção e da censura, inibindo-se a capacidade de pensar e ousar agir ante os fatos que aconteciam. O indivíduo procurou camaleonizar-se para desta forma dar a imagem permitida e salvar-se das represarias estatais. Conseqüentemente se pode dizer que a cultura do medo foi tanto uma condição como um efeito do regime.

2.2.1 Transição para a democracia: Forças Armadas, Partidos Políticos e Organismos de Direitos Humanos.

Em 1982, depois da derrota na guerra de Malvinas, com uma economia destruída e num contexto de lutas internas dentro das Forças Armadas se iniciou-se a transição democrática. Essa, não entanto, não foi uma transição lograda pelas lutas e mobilizações populares, explicam Roninger e Sznajder (2004:59),

depois do fracasso de suas políticas econômicas e a derrota na guerra de Malvinas-Falkland em 1982 (que gerara um ‘sonho de grandeza’ nacionalista e altas expectativas), a auto-imagem das Forças Armadas enquanto principais defensores da nação, quer em dimensões materiais quer morais, foi totalmente solapada e o regime militar desintegrou-se. As Forças Armadas perderam poder e legitimidade profissional e ideológica (...) o governo militar desintegrou-se como resultado de seus próprios erros e não devido a pressões da sociedade civil, embora tivesse ocorrido alguma mobilização.

Inclusive as forças políticas reunidas debaixo de uma Multipartidária não pressionaram fortemente as Forças Armadas para que entregaram o poder,

el poder civil no podía forzar las cosas porque no contaba con los recursos para hacerlo (consenso y liderazgo compartido, respaldos sociales sólidos y probados en una previa experiencia opositora, vías confiables para acordar con un sector militar amplio y, a la vez, con posibilidad de cohesionarse en el acuerdo) y primo en él, en cambio, el temor a agudizar el desorden. (PALERMO e NAVARRO, 2005:472)

Segundo Palermo e Navarro (205:472) a Multipartidária já nos últimos anos do governo militar procurou resgatar a representatividade da sociedade para os partidos políticos, coisa que tinha-lhes sido tirada e negada pelos militares desde sua chegada ao poder. Com este objetivo em mente, em 1981, se auto-proclamaram transmissores, orientadores e executores da opinião pública obtendo como resultado uma repercussão importante dentro da sociedade.

No concernente à questão dos desaparecidos durante a ditadura diversos partidos políticos tinham reconhecido que a situação era resultado da luta contra a subversão, embora manifestaram-lhe ao governo militar que deveria-se dar uma explicação aos familiares. Posteriormente, no contexto de transição, muitos deles mudaram a sua declaração, e as ações do Estado deixaram de ser o resultado de uma guerra contra a subversão para transformar-se em repressão ilegal e fruto do Terrorismo de Estado (PALERMO e NAVARRO, 2005:474).

Duas posições diferentes se enfrentaram, no decorrer dos últimos meses antes da retirada dos militares do poder, no que diz respeito a como resolver a situação das

violações aos direitos humanos levada adiante pelo governo militar e seus agentes. Uma delas, a predominante, achava que a resolução do tema deveria-se deixar nas mãos dos militares, quem deveriam dar as informações requeridas aos organismos de direitos humanos para assim finalizar as reclamações. Entretanto, a outra posição ao redor da qual se agruparam minorias progressistas, tanto do peronismo como do radicalismo, junto com a Democracia Cristã e o Partido de Esquerda “*partia de reconocer que el colapso modificaba de um modo profundo e irreversible las condiciones en que se relacionaban el poder militar y el civil, y que la cuestión de los derechos humanos era el problema central a resolver en la transición*” (PALERMO e NAVARRO, 2005:475 e 476). Nas campanhas eleitorais para a presidência os dois principais candidatos representaram claramente estas duas idéias

o candidato peronista, Ítalo Argentino Luder, optou por uma atitude pragmática que respeitava os argumentos centrais das Forças Armadas. Seu adversário, o candidato do Partido Radical, Raúl Ricardo Alfonsín, adotou uma abordagem baseada em princípios, opondo-se a qualquer contemporização que deixasse impune as violações dos direitos humanos. (RONINGER e SZNAJDER, 2004:61)

Os militares tentaram negociar uma série de questões antes de deixar o poder, entre elas: a luta contra o terrorismo, os desaparecidos, o conflito Malvinas, a investigação de ilícitos e a presença constitucional das Forças Armadas no próximo governo. Porém, as suas demandas não foram atendidas pelos partidos políticos. Conseqüentemente, o dia 28 de abril de 1983, a Junta de governo num Ato institucional, explicitamente, anunciou que considerava todas as operações feitas contra o terrorismo, por parte de agentes das Forças Armadas, atos de serviço e por tanto ações não puníveis. A esta declaração somou-se (duas semanas antes da entrega do poder) a sanção da “Ley de Pacificación Nacional”⁷ que outorgava imunidade aos suspeitos de atividades terroristas e a todos os integrantes das Forças Armadas que tivessem agido neste sentido entre o 25 de maio do ano 1973 e o 17 de junho de 1982. Junto com isto, para eliminar qualquer possibilidade de julgamento posterior, anunciou-se o decreto 2726/83, onde se dispôs a destruição dos documentos que faziam referencia à repressão militar (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:46 -47).

Porém, para as vítimas que sobreviveram à repressão e para os familiares e amigos dos que foram ‘desaparecidos’ era imprescindível uma condenação moral, geral

⁷ Lei 22.924, lei de Pacificação Nacional, 24 de setembro de 1983.

e justa dos crimes cometidos. As reivindicações de justiça, de prestação de contas e responsabilidades foram entre outras as demandadas feitas pelos grupos de direitos humanos (RONINGER e SZNAJDER, 2004:55). Como assinala Arendt (2005) não se pode perdoar aquilo que não fora castigado, portanto, para conseguir uma reconciliação nacional, segundo essa lógica, se fazia necessário um castigo aos responsáveis das violações. Nas palavras de Duhalde (1999:497) “*la reconciliación requiere, al menos que se esclarezca la situación de las víctimas, se reconozcan públicamente los ‘errores y excesos’ y se establezca un compromiso de no reincidencia en los ‘métodos ilegales’*”. Durante o governo de Alfonsín, primeiro presidente democrático, atendendo a estas demandas procurou-se castigar aos responsáveis, embora de forma limitada e focalizada (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:78).

Em meados dos anos setenta, dada a violação massiva e sistemática dos direitos humanos por parte do Estado, nasceu um novo ator coletivo: os movimentos de direitos humanos. E, dentro desse grupo

ante la intensidad de la represión y desde el interior del horror, emergen los organismos de ‘afectados’. Estas organizaciones fueron surgiendo a partir del encuentro cotidiano de los directamente afectados y sus familias: Las Madres de Plaza de Mayo, luego las Abuelas, los Familiares de desaparecidos y presos por razones políticas (JELIN, 1995:107)

Os movimentos que lutavam pelos direitos humanos durante a ditadura se abocaram à tarefa de denunciar, conter as vítimas e familiares, organizar protestos e difundir informação respeito às violações aos direitos humanos que estavam acontecendo. Mas, desde o ano 1983, com o começo do período democrático e até meados dessa década, o eixo de suas ações foi a luta pelo esclarecimento do acontecido com os desaparecidos e a demanda de castigo aos culpáveis (JELIN, 1995:104). Nesse sentido, se iniciou uma reivindicação de justiça

En un sentido muy general, toda demanda de justicia consiste en la exigencia de la restitución de un equilibrio dañado (...) requiere que se tenga conciencia de la dimensión de un daño para saber cual es la medida del esfuerzo a realizar para repararlo. La desaparición es efectivamente un daño (...) La desaparición, concebida como daño, implica tanto el secuestro del cuerpo como la sustracción de un saber. (JELIN, 1995:119)

Padrós (2005:97) agrega que,

o desconhecimento dos fatos e a não informação sobre o lugar onde se encontram os corpos são um dos problemas mais difíceis de resolver no cenário de recuperação e consolidação democrática, pois persiste a sensação de injustiça e de impunidade nas comunidades

afetadas. O desconhecimento do destino final das vítimas, a ausência de informações e de esclarecimentos e a impossibilidade da elaboração do luto de despedida fazem com que os familiares das vítimas (também vítimas da lógica repressiva) vivam uma situação indefinida e atemporal, uma ‘dor congelada’.

As ações do movimento, no decorrer do ano de 1983, se encaminharam à consecução do julgamento e castigo de quem consideravam culpáveis: os integrantes das Forças Armadas, os integrantes das Juntas militares, junto com os civis que colaboraram com estes. Tentou-se evitar, portanto, a negociação por parte dos partidos políticos com os militares de uma entrega do poder em troca da impunidade. Se multiplicaram as passeatas, organizaram atos e mobilizações onde se demandou a aparição com vida dos desaparecidos e se rejeitou a lei de auto-anistia sancionada pelos militares (JELIN, 1995:120). Deixando de lado seus diversos interesses e objetivos mediatos, os distintos organismos de direitos humanos concordaram, através de várias atividades que cada um deles organizaria, mostrar a necessidade ética e moral de castigar os crimes, o que evidenciaria a imprescindibilidade do julgamento e castigo aos responsáveis pelos fatos ocorridos. Segundo Jelin (1995:137 e 138)

El movimiento de derechos humanos actúa como ‘empresario’ de la memoria, frente a dos corrientes políticas con proyectos ideológicos alternativos: los que pretenden glorificar la actuación de las fuerzas armadas como héroes en una guerra que tuvo algunos ‘excesos’, y los que pretenden cerrar las heridas y conflictos de la sociedad a través de la ‘reconciliación’ y el olvido (...)

(...) frente a estas interpretaciones contrapuestas, el movimiento de derechos humanos se dedica militantemente a activar la memoria, promover el recuerdo, a señalar qué acontecimientos (afrentas y violaciones) es preciso retener y transmitir (...) la labor central, ideológica y política, se desarrolla a partir de identificar el recuerdo y la memoria con la construcción de una cultura y una identidad.

Embora estes grupos, no período de transição, não tivessem conseguido ver concretizados vários de seus objetivos, lograram a casação da lei de auto-anistia, o que permitiu não só que o assunto do desrespeito aos direitos humanos não fosse fechado, senão que também deixou aberta a possibilidade do julgamentos dos crimes feitos por agentes do Estado. Como enunciaram Acuña e Smulovitz (1995:56) *sin embargo, el tratamiento judicial que terminó recibiendo la cuestión se alejaba de las pretensiones del movimiento: la jurisdicción en primera instancia fue militar, no hubo comisión bicameral y los niveles de responsabilidad establecidos libraron del tratamiento judicial a numerosos oficiales jóvenes.*

2.2.2. Conadep e Julgamento às Juntas.

Durante o processo de democratização a sociedade teve que definir de que modo e por quais canais averiguar e confrontar-se com o conhecimento do acontecido no passado. Ao mesmo tempo tentou-se resolver a questão de como chegar a uma versão consensual da ‘verdade’, e como fazer para que os agentes que tinham violado os direitos humanos foram considerados legalmente responsáveis pelas suas ações. Logo, chegara a hora de pensar nos mecanismos de expiação e compensação que poderiam favorecer o terreno para a reconciliação (RONINGER e SZNAJDER, 2004:33)

A percepção díspar dos atores sociais e políticos quanto ao que deveria ser feito revelou-se quando, depois da redemocratização, os governos civis tiveram que defrontar com o legado da repressão nos termos definidos pelos direitos humanos, da prestação de conta e responsabilidade pública e da justiça. (RONINGER e SZNAJDER, 2004:52)

Em junho do ano 1982, se inicia finalmente a transição na Argentina. É nesta época que Alfonsín, membro da União Cívica Radical, lança a sua campanha eleitoral para a presidência. Ele foi um dos políticos que apoiaram os objetivos dos grupos de direitos humanos durante o governo militar. Nesta campanha endureceu seu discurso, não só contra os militares mas também com os dirigentes civis dos diversos partidos políticos, pelo que deixaram fazer e pelo que não fizeram para evitar os crimes acontecidos (PALERMO e NAVARRO, 2005:518). Enquanto a questão dos direitos humanos durante a luta pela presidência Alfonsín estabeleceu a sua posição de concordância com as reivindicações pedidas por estes. Assim, sua idéia era levar a juízo só aos altos mandos,

Acuña la distinción entre tres niveles de responsabilidad: el de quienes dieron ordenes que suponían usar métodos ilegales en la represión, el de quienes obedecieron (y que serían exceptuados de los procesos judiciales), y el de quienes se habían excedido en el cumplimiento. (PALERMO e NAVARRO, 2005:533).

Alfonsín, após três dias de assumida a presidência, assinou os decretos 158/83 e o 157/83. Seguindo a sua idéia o primeiro ordenava o arresto e perseguição dos integrantes das três primeiras juntas militares por privação ilegítima da liberdade e por torturas, entre mais outras violações. O segundo ordenava a perseguição penal por associação ilícita, atentados contra a ordem pública e a paz dos líderes guerrilheiros, como Firmenich, Vaca Narvaja, Gorriaran Merlo, entre outros, tendo como objetivo favorecer a aceitação pela opinião pública da Teoria dos Dois Demônios,

La llamada teoría de los dos demonios explicaba el reciente autoritarismo en la Argentina como producto de las acciones de dos actores con igual responsabilidad criminal: la guerrilla de izquierda, que había optado por la violencia para alcanzar cambios sociales, y aquellos miembros de las Fuerzas Armadas, que habían diseñado una metodología represiva basada en la toma del poder político y la sistemática aplicación del terrorismo de Estado. (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:51)

Por meio da perseguição aos guerrilheiros, pretendia-se também que as Forças Armadas não vissem a política de julgamento dos ex-comandantes como uma campanha anti-militar. Segundo Roniger e Sznajder (2004:280),

A linha de interpretação que endossou a ‘teoria dos dois demônios’ enfatizou a necessidade de controlar e marginalizar forças sociais que eram capazes de violência, como a esquerda radical e os militares. Para líderes de movimentos guerrilheiros, como Firmenich, foi atribuída a mesma responsabilidade pública, pela espiral de violência, que a líderes militares, como Videla e Massera. Ao conduzir seus julgamentos paralelamente, a administração democrática tentava ir além a mera punição de crimes comprovados. Os julgamentos paralelos deveriam ajustar-se à visão de uma Argentina livre dos demônios do passado, um país que voltava à “vida normal”.

Fez necessária, antes de tudo, a casação da Lei de Pacificação Nacional, que o Congresso aprovo quase por unanimidade. Porém, o governo não teve a mesma facilidade para a aprovação da lei de Reforma do Código Militar⁸. Nela que se especificavam os locais onde se levariam os julgamentos, junto com a extensão e o alcance da responsabilidade penal (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:52). Esta lei conferia ao Conselho Supremo das Forças Armadas à jurisdição inicial para o processamento do pessoal militar, embora estabelecesse uma instância de apelação automática em tribunais civis. Ela também continha um artigo que determinava que a obediência devida se presumiria em todos os casos, exceto naqueles que se conseguisse provar os excessos no cumprimento da ordem.

Depois da discussão no Congresso, e dada a pressão exercida pelos organismos de direitos humanos, se efetuaram mudanças no interior da lei antes de sua aprovação. Por exemplo, no caso do inciso referente à obediência de vida

El artículo 11, finalmente aprobado, interpretativo del concepto de ‘obediencia debida’ estableció que ‘se podrá presumir, salvo evidencia en contrario, que se obró con error insalvable sobre la legitimidad de la orden recibida, excepto cuando consistiera en la

⁸ Lei 23.049

comisión de hechos atroces o aberrantes'(ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:53).

O governo desta forma viu-se impedido de limitar o número dos possíveis imputados, tal qual tinha pensado Alfonsín.

2.2.2.1. A Conadep e seu significado.

Durante a transição democrática, os organismos de Direitos Humanos fizeram numerosas demandas para que se formasse uma comissão parlamentar que tivesse como função a investigação da repressão e resultasse em algum tipo de punição aos responsáveis

Todos los organismos del movimiento convergen en la demanda de formación de una Comisión Bicameral que investigue los acontecimientos asociados con la represión. A este reclamo se suman diversos legisladores, aun del oficialismo (...) el argumento con el cual se defiende la conveniencia de dicha estrategia es que si la investigación estuviera a cargo de legisladores, su condición de representantes del pueblo les facilitaría el acceso a información en manos de los militares. (JELIN, 1995:128)

Mas, atendendo aos pedidos, e ainda continuando com sua estratégia inicial o presidente Raúl Alfonsín criou uma comissão independente para se encarregar do assunto, a Conadep⁹. A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* criada em fins de 1983

“Tendría como objetivo intervenir activamente en el esclarecimiento de los hechos relacionados con al desaparición de personas ocurridos en el país, averiguando su destino o paradero como así también toda otra circunstancia relacionado con su localización. Recibiría denuncias y pruebas sobre estos hechos para remitirlos a la justicia cuando de ellas surgiera la comisión de delitos.” (Nunca más, CONADEP, 1984:443)

Na verdade, com a conformação dessa Comissão, pretendia-se evitar a formação da comissão investigadora bicameral, pois essa, ao ter faculdade para tomar declaração indagatória aos supostos responsáveis, poderia pôr em perigo o objetivo do governo,

⁹ *“Finalmente la Comisión fue presidida por el escritor Ernesto Sábato, y la integraron Gregorio Klimovsky (filósofo), Jaime de Nevares (obispo católico), Magdalena Ruiz Guiñazú (periodista), Marshal Meyer (rabino), Carlos Gattiononi (obispo metodista), Ricardo Columbres (jurista), René Favalaro (cardiólogo, quien renunció al poco tiempo), Hilario Fernandez Long (exvicerector de la Universidad de Buenos Aires), y Eduardo Rabossi (jurista). Se crearon cinco secretarías, a cargo de Graciela Fernandez Mejide, Daniel Salvador, Raúl Aragón, Alberto Mansur y Leopoldo Siguiera. Hubo representación de diputados (tres radicales) pero el Senado no aceptó enviar a tres de sus integrantes al organismo.”(CIANCAGLINI e GRANOVSKY, 1995:20)*

que pretendia limitar os julgamentos e condenações a uns poucos militares (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:53).

A Associação de Madres de Plaza de Mayo, motivada pela decisão do governo de formar a comissão e não uma comissão bicameral, e se opôs, a partir desse momento, ao governo, ainda que a maioria de suas integrantes tenha sido testemunha na Comissão e fornecido os materiais necessários para a comprovação dos desaparecimentos. Prova de sua rejeição foi que “*en septiembre de 1984, las Madres de Plaza de Mayo no participaron de la marcha que acompañó la entrega del informe puesto que desconocían su contenido y reclamaban (segúan reclamando) una comisión bicameral*” (JELIN, 1995:130 e 131).

O relatório, resultante das investigações da Comissão, superou amplamente o esperado no momento de sua criação e apresentou provas do destino dos desaparecidos, e se revelando a magnitude do crime perpetrado pelas Forças Armadas

Con tristeza, con dolor hemos cumplido la misión que nos encomendó en su momento el Presidente Constitucional de la Republica. Esa labor fue muy ardua, porque debimos recomponer un tenebroso rompecabezas, después de muchos años de producidos los hechos, cuando se han borrado deliberadamente todos los rastros, se ha quemado toda la documentación y hasta se han demolido edificios. Hemos tenido que basarnos, pues, en las denuncias de familiares, en las declaraciones de aquellos que pudieron salir del infierno y aun en los testimonios de represores que por oscuras motivaciones se acercaron a nosotros para decir lo que sabían. (CONADEP,1984:10)

Cabe assinalar que, na mesma Conadep, foi discutido o envio de seu relatório para os tribunais castrenses ou para os tribunais civis (opção pela qual advogavam os organismos de direitos humanos). Finalmente, resultado de uma votação muito equilibrada, decidiu-se entregá-lo ao poder Executivo.

Este documento não só abriu o caminho à justiça, mas também foi um trabalho de memória. Constatou uma experiência histórica de desestruturação social e tentou em alguma medida criar as bases para uma reparação. O *Nunca Mais*, nome com que o relatório ficou conhecido, transformou-se no centro de referência das operações de construção da memória coletiva, atuando sobre uma lembrança que se encontrava imersa num contexto de luta por definir o sentido do acontecido

As Mães e Avós de Praça de Maio recusaram-se a aceitar o trabalho da comissão e seu relatório como conclusivo (...) o Conselho Supremo das Forças Armadas enviou um documento ao Tribunal Federal de Justiça, declarando que não poderia continuar os processos militares contra os antigos líderes das juntas, porque as ordens dadas

aos subordinados eram legítimas, sem nenhuma possibilidade de objeção (*inobjetablemente legítimas*). (RONINGER e SZNAJDER, 2004:70)

Ainda depois da publicação do informe algumas pessoas argumentavam que as mortes eram uma decorrência da luta entre o Estado e os subversivos, e não de sujeitos inocentes, como enunciava Ramón Camp “*personalmente no eliminé a ningún niño (..) lo que ocurre es que Occidente no tiene vocación de triunfo. Nos avergonzamos de nuestras ideas y acciones. Así acabamos pidiendo disculpas por haber triunfado*” (apud PALERMO e NAVARRO, 2005:484). Entretanto, do outro lado, participantes da Conadep, como Ernesto Sábato, defendiam que a maioria dos atingidos pelo Terrorismo de Estado não eram ativistas políticos, assim “*la inmensa mayoría de los desaparecidos fueron inocentes cuyo único crimen fue haber sido amigos o compañeros de aulas de presuntos inocentes*” (apud PALERMO e NAVARRO, 2005:487).

Palermo e Navarro (2005) se contrapõem a essa última tese e afirmam que os desaparecidos, em sua maioria, eram integrantes de organizações de esquerda revolucionária, armados ou desarmados, e não jovens cujos nomes desgraçadamente apareceram em alguma agenda. Para eles, a condição de inocência dos seqüestrados não tinha a ver com a vinculação dos mesmos a organizações identificadas como ‘subversivas’ e ‘terroristas’ pelo regime militar. Nenhum deles tinha sido julgado e “era más fácil reivindicar a los desaparecidos como mártires de la revolución que una revisión crítica a la luz de la cuestión democrática” (PALERMO e NAVARRO, 2005: 490).

Nesse sentido, Vezzeti (2002) mostra que a defesa da memória dos desaparecidos como vítimas do terrorismo de Estado e da impunidade estatal, e a procura de respostas sobre o que ocorreu com elas, separou-se de qualquer reivindicação das posições políticas reprimidas pela ditadura

Adriana Calvo, una sobreviviente que dio a luz en un centro clandestino, cuenta que en la época del Juicio todos querían escuchar el relato terrible de su parto pero nadie se interesaba en las ‘definiciones políticas’ que la habían llevado a sufrir esa suerte. Más ampliamente, da cuenta de la situación imposible de los sobrevivientes que enfrentaban primero el silencio de una sociedad que, comenzando por los propios familiares y allegados, no querían saber sobre los campos; y después, cuando el periodismo y el nunca Más implantaba y extendía el conocimiento de los crímenes, construía una figura purificada de víctima (VEZZETI, 2002: 119)

Para o autor, essa proposta sobre o conceito de *desaparecido* acentua o caráter puro da vítima lesionada em sua condição humana, assim como a transgressão do Estado dos limites éticos. No trabalho autorreferencial de Caparrós e Anguita, citado por Vezzetti, os autores mostram, por meio de um trabalho baseado no depoimento de testemunhas, a não inocência de muitos dos atingidos pelo Terrorismo de Estado

[...] En ese sentido, puede ser considerada como la más ambiciosa tentativa de rescribir y rectificar el relato del Nunca Más. Historia de sobrevivientes de esas luchas, deja oír voces que ya no se enuncian desde el lugar de los crímenes ni tienen como referencia originaria la figura trágica del desaparecido (...) separada de sus condiciones, de sus ideales y sus combates, emerge un personaje que retorna desde el pasado: el militante [...] (VEZZETI, 2004:218).

Encabeçada por Hebe de Bonafini o grupo das Madres de Plaza de Mayo entende que lutar pela memória das vítimas significa combater “igualmente contra o confinamento da memória a lieux de mémoire rituais” (RONINGER e SZNAJDER, 2004:237). Para Bonafini “a luta de nossos filios continua: a ideologia e a luta pela redistribuição, igualdade e socialização não morrerá” (apud In RONINGER e SZNAJDER, 2004:240).

2.2.3. O Julgamento das Juntas e seu significado.

Segundo Vezzetti (2004), a memória da ditadura durante a transição democrática esteve marcada pela intervenção da justiça. Em um primeiro momento, as autoridades democráticas propunham que as próprias Forças Armadas se encarregassem de julgar seus integrantes, através do Conselho Supremo. Fracassada essa tentativa, e dados os questionamentos de diversos organismos de Direitos Humanos, o governo teve que elaborar uma outra saída, e no início de 1985 a Câmara de Apelações Criminal Federal da Capital Federal começou a trabalhar no caso (RAFFIN, 2006: 210). Neste momento se produziu-se o ingresso do poder judicial como ator autônomo na disputa, e a partir daqui a lógica jurídica ficou sobre a lógica política que até então tinha dirigido a resolução da questão (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:57).

Nesse contexto, o julgamento dos oficiais militares superiores se constituiu num ponto chave da transição para a democracia Argentina. Segundo Przeworki (1995:14) para o mundo, como para a Argentina particularmente, isto mostraria se o império da lei era mais forte que a força. Para o autor uma das maiores dificuldades que se enfrentava com este julgamento era ter que utilizar para o juízo uma legislação que tinha sido criada para perseguir assassinos, e não para pessoas que embora não tivessem ordenado

o homicídio de um sujeito em especial, tinham planejado e estimulado o seqüestro massivo, a tortura e assassinato de indivíduos anônimos.

Esta ação do julgamento pode ser vista como a intenção de restabelecer o império da lei por meio da aplicação de um castigo aos maiores responsáveis pelo ocorrido. O risco de não realizar o julgamento era o estabelecimento implícito, por abstenção, de que não havia existido crime, senão uma guerra interna que justificava o assassinato como uma prática legítima

“Guerra sucia? ¡Qué pavada! Si las guerras son todas sucias. Y entre las guerras, la antisubversiva es la más limpia, la que produce menos víctimas inocentes [...] Acá los fueron a buscar a domicilio [...] Pero fueron ellos los que se alzaron contra la ley y la Constitución. ¿Querían que para juzgarlos se les diesen los beneficios de la ley y la Constitución?!Vamos! [...] Acá hay poca memoria, viejo. Esto era una guerra civil. De alguna forma el país tenía que sobrevivir a la guerra fría, el mundo estaba partido en dos.” (testemunha de Rubén, motorista, apud PALERMO e NAVARRO, 2005:485).

A ditadura, num sentido profundo, colocou à prova a sociedade argentina, suas instituições e seus dirigentes. Durante o Julgamento das Juntas revelou-se o abuso do poder dos agressores por meio dos testemunhos das vítimas sobreviventes

A Fiscalía presentó 70 casos para fundamentar su acusación. Fueron seleccionados de entre las 1086 causas judiciales hincadas hasta el momento del juicio, las casi 9000 denuncias registradas por la CONADEP y las 700 producidas ante la Secretaria de Derechos Humanos del gobierno radical.(CIANCAGLINI e GRANOVSKY, 1995:23)

A sociedade argentina, neste contexto, comportou-se como uma espectadora horrorizada, reproduzindo argumentos como os da Igreja, que se dizia surpresa com as revelações

¿Como iba a saber que estaba tratando con monstruos capaces de arrojar personas desde los aviones y otras atrocidades semejantes? Se me acusa de delitos espantosos por omisión de ayuda y de denuncia cuando mi único pecado era la ignorancia de lo que realmente sucedía” (Pio Laghi de abril de 1995, apud PALERMO e NAVARRO, 2005)

Portanto, durante a transição enfatizou-se o ritual jurídico e isso acabou tirando da sociedade a responsabilidade por suas ações e omissões. Segundo Vezzetti (2002:41), *“una sociedad debería hacerse responsable no solo por lo que activamente promovió y apoyo sino incluso por aquello que fue incapaz de evitar”*. Essa responsabilidade não pode ser excluída do exame das relações entre a ditadura e a sociedade. De outra

maneira, acreditar na memória coletiva que estabelece o desconhecimento do que acontecia não permite compreender como com tão poucos apoios foi possível instalar e manter no poder os governos militares. O Julgamento das Juntas favoreceu que toda a responsabilidade caísse sobre as cúpulas da corporação militar, deixando à sociedade um papel de inocente: “*si la etapa de terrorismo de Estado había enfrentado a la Nación a un abismo de violencia y alienación, el mal quedaba de esta manera perfectamente recortado y localizado*” (VEZZETI, 2002:110).

2.3. *Leis de Ponto Final e Obediência Devida, e Indultos.*

O julgamento segundo a estratégia do governo deveria ter favorecido o fechamento da questão dos direitos humanos, e facilitado o início do processo de reconciliação da sociedade. Porém, dada a grande quantidade de provas apresentadas, esta meta não pôde ser alcançada. A partir desse fato, os argumentos para fechar o tema já não puderam ser a ética da democracia, portanto, se passou ao uso da razão de estado para a consecução disto (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:58).

A Lei de Ponto Final¹⁰ foi a segunda tentativa do governo de fechar a questão. Esta vez em lugar de tratar os responsáveis pelas violações aos direitos humanos como inimputáveis, procurou-se colocar um limite para a apresentação de denúncias. Neste sentido, fixou-se uma data limite de sessenta dias desde que fora publicada a lei para iniciarem-se os processos jurídicos a esses supostos participantes. Para Acuña e Smulovitz (1995:61), *la imputabilidad, en este caso, derivaba no de la inocencia por la comisión de actos ‘com error insalvable’, sino de la prescripción de una acción penal.* Mas, novamente esta ação do governo teve resultados inesperados,

Las Cámaras Federales de Córdoba, Bahía Blanca, Tucumán, Rosario, Mendoza, Comodoro Rivadavia y La Plata, suspendieron la feria judicial de enero y se abocaron en esos sesenta días a las causas pendientes. El 23 de febrero, fecha en que se vencía el plazo previsto por la ley, habían quedado procesados más de 300 oficiales de alta graduación. (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:61)

O legado das violações aos direitos humanos permaneceu como fonte de conflitos e confrontos com as Forças Armadas. A classe política se encontra na difícil situação de ter que equilibrar as demandas de justiça por parte dos organismos de direitos

¹⁰ “*La Ley de Punto Final fue aprobada por el Congreso Nacional, el 22 de diciembre en el Senado y el 23 en Diputados. Casi no tuvo oposición ya que el peronismo renovador no se presento al recinto y tampoco concurrieron al recinto los legisladores radicales que se oponían.*” (Acuña e Smulovitz, 1995:61)

humanos, as vítimas, seus familiares e amigos; e as demandas de impunidade advogadas pelos militares (RONINGER e SZNAJDER, 2004:128). Como estabelecem Roninger e Sznajder (2004:220),

Por intermédio da política de esquecimento e memória, as varias concepções do passado foram transportadas para uma luta simbolicamente impregnada, na qual cada setor tenta tornar sua visão hegemônica na esfera pública. Os setores mais envolvidos, isto é, as vítimas e os militares, relacionaram-se com a questão dos direitos humanos de formas opostas. As vítimas tentaram centralizá-la na esfera pública, os militares procuraram relativizá-la e marginalizá-la.(p.220)

E, embora o anúncio das sentenças do Julgamentos as Juntas, parecesse ter conseguido um novo equilíbrio entre essas forças, isto duro muito pouco. O levantamento ‘carapintada’ foi um ponto de inflexão que desencadeiou a promulgação de uma nova lei que atendeu as reivindicações dos militares. Esta rebelião se deu dentro da Escola de Infanteria de Campo de Mayo, em 17 de abril de 1987, e foi dirigida por o Tenente Coronel Aldo Rico. Dentre as demandas da insurreição achava-se o pedido por uma solução política para o problema dos julgamentos aos agentes das Forças Armadas.

A maioria dos diversos partidos políticos, depois desta Semana Santa, concordou que deveria dar rapidamente uma solução extrajudicial ao problema da “situación militar”. A opinião geral era que o Poder Executivo tinha que indultar aos acusados. Dentre as possibilidades pesadas estava a sanção de uma lei de anistia ou de obediência devida que determinara os graus de responsabilidade dos integrantes das forças, o que desde a campanha eleitoral, fazia parte dos planos de Alfonsín.

Em 13 de maio de 1987 o presidente enviou ao Congresso um Projeto de lei, que mais tarde se conheceria como lei de ‘Obediencia Debida’, e desta forma “*se puso en evidencia que la solución elegida pretendia repartir reponsablidades entre los distintos organos de gobierno*” (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:64). Estabelecia-se mediante ela que “*aquellos individuos que a la fecha de la comisión del hecho revistaban como oficiales jefes, oficiales subalternos, suboficiales y personal de tropa de las FF.AA., de seguridad, policiales y penitenciarias no son punibles (...)en tanto se presume que obraron en virtud de la obediencia debida.*” (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:64). Mas embora a tortura, assassinato e detenção arbitrária tenham ficado protegidas por esta lei, ela não ‘purificava’ os suspeitos de estupro, roubo e seqüestro de crianças. De acordo com a nova lei puderam ser julgados apenas 40 dos 370 oficiais denunciados (RONINGER e SZNAJDER, 2004:82). Ainda que,

en las etapas sucesivas el proceso político derivó en la limitación de los alcances de la política de sanciones hasta desembocar en el indulto y la liberación de los condenados, la distribución de costos y beneficios políticos que resultó de los juicios no pudo ser totalmente revertida (...) una vez que la lógica jurídica transformó los datos históricos en pruebas, ni el indulto ni la amnistía pudieron retrotraer la cuestión (...) (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:22)

Em fins de 1988, a questão de se ia ou não dar uma anistia novamente foi o centro das campanhas eleitorais. O candidato da UCR declarou-se contra esta, entanto o candidato peronista afirmou a necessidade de uma lei de pacificação (ACUÑA e SMULOVITZ, 1995:77). Nas eleições triunfou o peronismo, finalmente, e Alfonsín foi sucedido por Carlos Saul Menem. O ministro da Defesa do novo governo, Ítalo Luder, no mês de agosto de 1989 suspendeu os processos que estavam-se tramitando contra dezenas de oficiais. E os rumores de que se ia conceder indultos totais aos oficiais condenados mobilizo novamente aos organismos de direitos humanos. Estes organizaram manifestações, petições, publicações que provaram no final ser ineficazes (RONINGER e SZNAJDER, 2004:85).

Em setembro de 1989, realizou-se uma enquete nacional referente à questão dos indultos, cujos resultados mostraram a ampla rejeição que tinham os indultos, particularmente os referentes a liberação dos acusados de subversão:

Opinião sobre os indultos	Ex comandantes		Firmenich	
	Total	Votante de Menem	Total	Votante de Menem
Deveria liberá-los	18%	20%	8%	11%
Não deveria liberá-los	72%	72%	83%	79%
Outras respostas	1%	1%	1%	1%
NS/NC	9%	8%	8%	9%

Estudo de Heriberto MURARO (1989), apud In LANDI e BOMBAL, 1995:174.

Embora o 83% e 72% da população, segundo as diversas pesquisas da época, estivessem contra este perdão presidencial, o primeiro deles anunciou-se em 7 de outubro de 1989. E,

abarcó a treinta y nueve militares procesados por secuestros, torturas y homicidios, a sesenta y cuatro ex guerrilleros y militantes

políticos, a los máximos responsables de la guerra de Malvinas (Galtieri, Anaya y Gami Dozo) y a los 164 integrantes de los distintos alzamientos carapintadas. Entre los liberados figuraban los ex montoneros Roberto Perdía, Fernando Vaca Narvaja y Rodolfo Galimberti. (CIANCAGLINI e GRANOVSKY, 1995:319)

Os indultos de 1989 e 1990 dos integrantes das Forças Armadas (incluindo os que atingiram aos comandantes das Juntas militares) e os poucos líderes guerrilheiros condenados foram justificados com a desculpa de alcançar com isto a ‘reconciliação nacional’. Embora, segundo Jelin (1995:137), a maioria da população concordasse que *‘es difícil concebir una reconciliación sin arrepentimiento’* o presidente Menem defendeu sua política. Ele afirmou que a considerava um mecanismo para assegurar a paz social (RONINGER e SZNAJDER, 2004:130).

Tanto como o Julgamento das Juntas, assim as posteriores leis de Ponto Final (publicada no 29 de dezembro de 1986), Obediência Devida (publicada no 9 de junho de 1987) e os distintos indultos outorgados aos militares (entre os que se destacaram o decreto 2741 do ano 1990 a favor de Jorge Rafael Videla, Eduardo Emilio Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Eduardo Viola), tiveram como objetivo fechar a questão e resolver o problema militar. Ao mesmo tempo, que colocaram em evidência o propósito do Estado de conciliar as reivindicações conflitantes dos organismos de Direitos Humanos com as Forças Armadas

Las leyes de Obediencia Debida y Punto Final y los decretos de indulto constituyen un complejo andamiaje jurídico, que la Corte Suprema declaró constitucional, y que permitió que todos los responsables del terrorismo de Estado en la Argentina, quedaran en libertad, su inmensa mayoría eludiendo el juzgamiento, y los poquísimos condenados, extinguiéndose las penas. Se adujeron razones de Estado, y se puso por finalidad la ‘reconciliación nacional’ para impulsar esta sombra proyectada desde lo político sobre la memoria (DUHALDE, 1999: 188).

Desta forma embora o julgamento tivesse deslocado do centro da atenção ao Poder Executivo, isto só durou enquanto transcorreu o mesmo. Uma vez que foram promulgadas as sentenças os movimentos de direitos humanos voltaram o seu olhar para o governo e suas ações. Como resultado das atuações conciliatórias do mesmo as relações dos dois deterioram-se (JELIN, 1995:134). Neste sentido é exemplar a declaração feita pelas Madres de Plaza de Mayo,

O esquecimento e o perdão não podem ser alcançados por leis o decretos. Não podem ser impostos, não podem ser exigidos. As pessoas não esquecem, nem perdoam. E uma forma de memória é o

desprezo, o desprezo que recairá sobre seus próprios filhos (os filhos dos repressores militares), mesmo quando forem adultos e tiverem que suportar o estigma de ter um pai genocida.(RONINGER e SZNAJDER, 2004:236).

Como enunciam Roninger e Sznajder (2004:52), a díspare percepção dos diversos atores sociais e políticos a respeito ao que tinha de ser feito se revelou na transição democrática, e as suas diferenças se acentuaram no decorrer da consolidação democrática. No começo, os governos civis deveriam se defrontar com o legado dos governos militares, nos termos definidos pelos organismos de direitos humanos, a demanda de prestação de contas, de responsabilidade pública e o reivindicação de justiça. Mas, os governos civis e as sociedade mostraram não ser tão fortes nesses primeiros anos para fazer frente e lutar ainda contra os embates das Forças Armadas.

2.4. Revogação das leis e indultos, os juízos pela verdade e uma nova política.

Na Argentina as convulsões sociais e políticas das últimas décadas criaram as condições para reformar a constituição nacional em 1994. E o novo artigo 75 deu status constitucional aos tratados internacionais de direitos humanos assinados, o que posteriormente permitiu que voltasse à esfera pública a questão da violação aos direitos humanos durante a ditadura. O pontapé inicial para que isto acontecesse foram as declarações de Scilingo, em 1995. Estas favoreceram a apresentação, por parte do Cels, de duas demandas judiciais punitivas. Através delas se exigiu à Câmara Penal Federal de Buenos Aires que requisitasse à Marinha e ao Exército as listas de detidos e desaparecidos.

Esta exigência se baseava no Direito a Verdade e do Direito de Luto dos familiares reconhecido na nova constituição. Isto permitia aos familiares dos desaparecidos a apresentação de recursos legais fundamentados na necessidade e direito a ter detalhes verificáveis acerca do destino destes e a localização de seus restos mortais. Como estabelecem Roninger e Sznajder (2004:170),

A impossibilidade de punir os autores dos desaparecimentos (sancionada pelas lei dos governos civis) no infringe o direito de obter um relato abrangente o verídico de seu destino, conforme reconhecido pelos princípios e obrigações da lei Internacional, explicitamente aceita pelo Estado argentino e amplamente endossada pela reforma constitucional de 1994.

Assim as exigências de verdade e justiça encontraram novos canais. O direito a verdade que até esse momento só tinha tido um escasso desenvolvimento conceitual, e

nenhuma aplicação abriu a possibilidade de reiniciar os júzos aos militares. Exigiram-se respostas do Estado pois *“todo individuo puede exigirle al Estado que lo informe acerca de aquello que le corresponde saber. El derecho a la verdad, es por ello, un elemento del derecho a la justicia”* (RAFFIN, 2005:250). Além disso uma outra consequência destacável deste fato foi a assunção da responsabilidade por parte dos diferentes chefes das Forças Armadas nos fatos acontecidos (RAFFIN, 2005:248 e 249).

Novamente, no ano de 1999, os líderes das juntas militares foram detidos e colocados na cadeia. Desta vez acusados como responsáveis pelo seqüestro sistemático de recém nascidos e pela entrega e adoção ilegal dos mesmos. Os juízes Adolfo Bagnasco, Cristina Garzón de Lascano, Roberto Marquevitch e Maria Servini de Cubria investigaram os fatos e ordenaram a detenção dos diversos integrantes das Forças Armadas. Entre eles se acharam Massera, Videla, Acosta e Bignone (RONINGER e SZNAJDER, 2004:329). No decorrer desse ano

o tratamento legal e processual do seqüestro de bebes e crianças reafirmou o caráter permanente desses crimes, quando ex repressores apelaram a Corte Federal. Até então, a suprema Corte havia reafirmado também o caráter permanente do crime de desaparecimento de pessoas, ao pronunciar o veredicto no caso Tarnopolsky, declarando que seria assim ‘enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima desaparecida’. Isso levou a novos processos contra Massera e Videla. (RONINGER e SZNAJDER, 2004:330)

Outro fato relevante para a questão dos direitos humanos foi que no começo de 1998 a agrupação Frepaso apresentou ao Congresso uma proposta para derrogar as leis de Ponto Final e Obediencia Debida (RONINGER e SZNAJDER, 2004:328). Justificava-se isso na natureza imprescritível dos crimes cometidos e no fato de que os desaparecimentos tinham caráter contínuo. No começo do mês de abril, depois de vários debates e procrastinações, as duas câmaras do Parlamento argentino derrogaram ambas leis. Mas a decisão não acarretou quaisquer efeitos práticos, pois os crimes cometidos ainda estavam cobertos pelos indultos (RONINGER e SZNAJDER, 2004:167).

Já no governo do presidente Nestor Kirchner abriu-se uma nova etapa no tratamento do passado. Em agosto de 2003 finalmente se anularam as Leis de Punto Final e Obediência Debida, pelo que se abriram novas causas e se re-iniciam algumas velhas que tinham tido interrompido seu processo judicial (RAFFIN, 2005:172). Também no decorrer deste governo se produziram mudanças na cúpula das Forças Armadas, assinando-se vários tratados internacionais como o da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e os Crimes de Lesa Humanidade. E, em 24

de março de 2004, as instalações da Escola de Mecânica da Armada (Esma) foram oficialmente transformadas num espaço para a memória das violações acontecidas na última ditadura militar (RAFFIN, 2005:172).

Em sínteses, como enunciam Roniger e Sznadjer (2004: 218, 219 e 220), durante a ditadura militar implemento-se uma construção seletiva da memória, que tentou ocultar o *modus operandi* dos militares. Mas, depois com a redemocratização se deu o descobrimento da dimensão e magnitude dos crimes perpetrados. Contudo, durante vários anos os militares lograram com sua oposição evitar qualquer abertura da questão dos direitos humanos, ameaçando desestabilizar o Estado democrático. Só anos depois, na década dos noventa, alguns integrantes das Forças Armadas começaram a confessar ou reconhecer os atos do passado. O que provocou que em vez de desaparecer, com o passar do tempo, esta questão tivesse implicações na re-configuração da memória e a identidades coletivas de cada um dos atores individuais e institucionais até o presente.

Capítulo 3: Memória e identidade nos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo

“Nós, as mães, somos uma memória permanente, ninguém pode nos enganar, e ninguém será capaz de impedir nossa marcha dolorosa em direção a obtenção de justiça.” (apud do editorial Madres de Plaza de Mayo, 1986, in RONIGER e SZNAJDER, 2004:236)

Como fora estabelecido, no capítulo precedente, em meados de década de setenta a Argentina passou por uma onda de terror e repressão brutal, na qual o aparelho repressor conseguiu paralisar as estruturas legais que poderiam ter diminuído o impacto da política ostensiva de violações dos direitos humanos (RONIGER e SZNAJDER, 2004: 19). Porém, como resposta a este ataque à vida dos cidadãos, formaram-se distintos movimentos de direitos humanos que procuraram frear essas violações aos direitos do homem.

Nas suas primeiras atividades os líderes destes organismos, participaram e colaboraram indistintamente com diversos organismos ao mesmo tempo. Existia, portanto, uma forte solidariedade entre os movimentos, que se ajudavam e se organizavam conjuntamente em distintas atividades. Porém, os grupos que se formaram foram sempre heterogêneos, embora *“dentro de esa heterogeneidad de participantes y organismos los ejes de la acción del movimiento durante la dictadura fueron dos: por un lado la difusión y denuncia pública de las violaciones incluyendo la acción en el plano internacional para conseguir solidaridad y apoyo en la lucha contra el régimen dictatorial [...]”*(JELIN, 1995:107).

Entretanto, as diferenças existentes entre os movimentos não se limitavam à sua orientação política ou apolítica; também quanto às tarefas específicas assumidas¹¹. Além disso, *“la diferencia entre organismos se manifestaba en la elección de la estrategia a seguir: ¿cuánta prudencia en la denuncia y la difusión?, ¿qué demandar o reclamar?, ¿con quiénes hablar?”*(JELIN, 1995:108). Neste sentido, destacou-se um grupo pelas suas manifestações públicas, o movimento de Madres de Plaza de Mayo. Elas *“nacidas como respuesta inmediata a la desaparición forzada de personas se constituirán rápidamente en un nuevo sujeto político”* (GORINI, 2006:22). Deste grupo posteriormente surgiram os movimentos de Abuelas de Plaza de Mayo e Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora.

¹¹ Como no caso de Abuelas de Plaza de Mayo, que buscavam localizar e recuperar os filhos dos desaparecidos.

Portanto, no decorrer deste capítulo se enunciará como surgiram os movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, ao mesmo tempo, em que se mostrará como o contexto marcou suas características identitárias e trajetórias.

3.1. Origem e consolidação dos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo.

O que explica o surgimento do movimento de Madres de Plaza de Mayo é uma espécie de vazio político, que deixou sem resposta as demandas por informações a respeito das desapareições ocorridas. Assim, este grupo de mulheres se uniram na tentativa de saber o que tinha acontecido com seus filhos. Esse vazio, portanto, pode-se ver como a justificativa e o estímulo que deu origem ao movimento (GORINI, 2006:28).

Frente às desapareições, e desafiando o regime com suas próprias vidas, as madres dos desaparecidos começaram espontaneamente a se manifestar e reclamar por saber aonde estavam seus filhos. Como enuncia Duhalde (1991:391),

en esas circunstancias, poco después de que la dictadura festejara su primer macabro aniversario, un día jueves como tantos jueves, ocurrió algo insólito. Era el 28 de abril de 1977. Un conjunto de mujeres, no más de veinte, que ya habían pasado los años de su juventud y que mostraban en sus rostros señales de un intenso sufrimiento, aparecieron en la Plaza de Mayo frente a la Casa de Gobierno (sede y guarida de la Junta Militar) y comenzaron una insólita ronda alrededor de la Pirámide. Eran las cinco de la tarde de ese jueves 28 de abril. Los transeúntes miraban con curiosidad ese conjunto de mujeres, puesto que en las calles sólo se expresaban los que lucían uniformes o armas.

Era una protesta silenciosa en los propios umbrales del poder dictatorial. Apareció la policía y trató inútilmente de dispersarlas. ‘Venimos a reclamar por nuestros hijos’ fue la lacónica respuesta.

No começo, cada uma dessas mulheres só faziam parte da grande quantidade de pessoas que buscavam seus hentes queridos, sem achar as respostas nos organismos oficiais. Cada uma já tinha feito a tradicional peregrinação pelos despachos governamentais, delegacias, quartéis, tribunais e os diversos organismos de direitos humanos antes de unir-se e fundar o movimento¹². Como lembra Raquel Marizcurrena, membro de Abuelas de Plaza de Mayo

¹² Cabe assinalar aqui que na Argentina durante os anos do processo não houve um só tribunal que ditara a pena de morte. Porém nesses anos se apresentaram milhares de hábeas corpus para determinar a localização das pessoas seqüestradas. A Conadep, posteriormente, determinou que sem contabilizar nenhuma reiteração de pedido, a quantidade de apresentações entre 1976 e 1979 (só na Capital Federal)

R: A partir de la desaparición de nuestros hijos cada una de nosotras nos fuimos dirigiendo individualmente en primer lugar al Ministerio del Interior. Ahí es donde nos dieron una tarjeta para que fuéramos nuevamente cada quince días. Y así en esos días en que íbamos hasta allá nos fuimos conociendo y saliendo a la plaza. Porque la plaza queda enfrente a la casa de gobierno donde estaban los militares todavía. Y de ahí nos corrían, nos tiraban los caballos encima.

As reuniões dos familiares de desaparecidos começaram pouco antes do Golpe de Estado, em fevereiro do 1976, mas a sua concorrência foi aumentando com o decorrer da repressão. Assim, antes de fazerem parte do movimento de Madres de Plaza de Mayo algumas dessas mulheres também participaram dos encontros de familiares de desaparecidos que aconteciam em um quarto da *Liga Argentina por los Derechos del Hombre*, e inclusive em alguns casos, continuaram integrando ambos organismos. Porém, algumas mães não sentiam-se cômodas dentro deste grupo. Pois, embora nas reuniões discutiam-se as atividades e tarefas a se levar adiante, de forma coletiva ou individual, as questões mais importantes ficavam só nas mãos de um grupo da comissão. Isto gerava incômodo, sentiam-se na necessidade de fazer mais ou fazer alguma outra coisa diferente (GORINI, 2006:60). As Madres, portanto, criaram um novo movimento diferente de *Familiares de Desaparecidos e Detenidos por Razones Políticas*. Como diz Elia Espen, atual membro do grupo de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora ao perguntar-lhe por sua participação no grupo de *Familiares de Desaparecidos e Detenidos por Razones Políticas*

M: ¿Usted continua militando en los dos organismos?

E: No, después ya no. Me quede con Madres porque me parecía que teníamos más lucha. Como que luchábamos más, aunque familiares siempre hizo cosas fabulosas. Pero me daba la impresión que acá eran más aguerridas como yo me sentía en ese momento, éramos más de ir al frente sin medir las consecuencias. A veces lo charlábamos a eso y decimos cuanta cosa hicimos sin pensar. Mas alguien tenía que contestarnos, que decirnos algo de nuestros hijos. Y íbamos juntas a los cuarteles, a las iglesias y adonde se nos ocurría.

Outro testemunho referente à necessidade destas mulheres de criar um outro grupo, onde se identificassem mais é o de María del Rosário, atual membro das Madres de Plaza de Mayo (apud, GORINI, 2006:79),

estaba cansada de que se burlasen de nosotras. Yo quería algo más directo, quería ir y gritarles directamente. En la Asamblea y en la Liga y en Familiares nos llenaban de papelitos; un habeas corpus por aquí, una solicitud por allá, y todo muy en orden y muy quietito.

foi de aproximadamente 5.487, entanto entre os anos de 1980 e 1983 o numero aproximado desce até 2.848 pedidos de hábeas corpus (VÁZQUEZ, 1985:64).

Era una cosa tan extraña. La Asamblea era una cosa tan formal; uno llegaba, le daban una planilla, preguntaban datos, todo era formal, no había un contacto humano como el de los familiares que nos encontrábamos en la calle. En la liga había un poco más de movimiento, pero también era una cosa muy formal, parecía un colegio. Nosotras teníamos que ir y quedarnos sentadas escuchando al que hablaba (...) nosotras estábamos desesperadas y con una bronca enorme y no podíamos estarnos ahí quietitas. Queríamos hacer cosas, enfrentar a los milicos, insultarlos.

Neste sentido, de organizar a suas próprias atividades, foram surgindo manifestações que as distinguiriam dos outros movimentos de direitos humanos e as identificariam aos olhos da sociedade (GORINI, 2006:61). A primeira iniciativa do grupo foi a que posteriormente, e até o dia de hoje, marca a sua identidade e seu nome: a marcha ao redor da Pirâmide da Plaza de Mayo. Como assinalara Gorini (2006:61), se encontrar na Plaza foi uma decisão exclusivamente deste grupo de mulheres que com o decorrer do tempo transformo-se numa das características que as diferencia dos outros organismos de familiares de detidos desaparecidos.

Cabe assinalar que no começo estas mulheres usaram essa praça como lugar de encontro para intercambiar as informações obtidas e organizar suas atividades. Neste sentido, Martin enuncia que às Madres foram-se conhecendo,

primero en los pasillos del Ministerio del Interior, luego en la vecina Plaza de Mayo, con el fin de intercambiar informaciones y apoyarse mutuamente (aprender cómo preparar una acción de habeas corpus, dónde presentarla, etcétera). Los militares irritados por la presencia de estas mujeres, prevén una pequeña oficina- fuera de la vista de los turistas- en el Ministerio del Interior, cerca del palacio de gobierno (la Casa Rosada). (apud in RAFFIN, 2006:153)

E só, posteriormente, como consequência do Estado de Sítio que impossibilitava reuniões de mais de tres pessoas em áreas publicas, elas deixaram de ficar sentadas nos bancos da praça e marcharam. Embora esta marcha não tinha no começo o significado de protesto que adquirirá depois. Começaram a fazer a ronda para assim poder continuar se reunindo na Plaza de Mayo. Como lembra Elia Espen no seu testemunho,

E: Al principio no marchábamos sino que nos sentábamos en los bancos. Hasta que un día vinieron y nos dijeron que no se podía estar sentados en los bancos que teníamos que circular. Y nosotras dijimos ‘ ¡ah! ¿Tenemos que circular? Bueno, vamos.’. Y ahí empezamos a dar la vueltitita. Antes de eso íbamos y nos sentábamos en los bancos y cada una daba su opinión y decía sus cosas. Azucena repartía sus famosos papelitos para ver que hacíamos. Cada una ya tenía su rol. Y desde ese momento empezamos a dar la vuelta y cada vez se fueron sumando más madres. Porque el asunto es ese

como te dije, nos detectábamos, cómo exactamente no sé. Pero había algo que nos vendía.

O fato de se reunir na Plaza de Mayo foi uma das atividades que o movimento fez para chamar a atenção do governo e da sociedade sob o problema dos desaparecidos. Elas esperavam que fazendo-se evidentes o governo ouvira as suas demandas e daria alguma resposta. A original idéia de se encontrar na Plaza, segundo as entrevistadas falaram, foi de Azucena Villaflor de De Vicenti

Azucena les había dicho: ‘Madres, así no conseguimos nada. Nos mienten en todas partes, nos cierran todas las puertas. Tenemos que salir de este laberinto infernal que nos lleva a recorrer inútilmente despachos oficiales, cuarteles, iglesias y juzgados. Tenemos que ir directamente a la Plaza de Mayo y quedarnos allí hasta que nos den una respuesta. Tenemos que llegar a cien, doscientas, mil madres, hasta que nos vean, hasta que todos se enteren y el propio Videla se vea obligado a recibirnos y a darnos una respuesta.’ (Gorini, 2006:62)

Posteriormente, segundo Gorini (2006) elas mesmas reconheceram esse primeiro dia na Plaza de Mayo como data de início do movimento. Cabe destacar-se que, antes de ser denominadas Madres de Plaza de Mayo, estas mulheres assinavam as cartas apresentadas a Videla e outras pessoas e organismos como “las madres que todos los jueves a las 15:30 nos reunimos em la Plaza de Mayo”(GORINI, 2006:65). Porém, a sua presença na Plaza de Mayo caracterizo-as tanto que logo depois esta passou a fazer parte do seu nome (GORINI, 2006:65). Como enuncia Hall (2003:18)

Precisamente porque las identidades se producen dentro del discurso y no fuera de él, debemos considerarlas producidas en ámbitos históricos e institucionales específicos en el interior de formaciones y practicas discursivas específicas, mediante estrategias enunciativas específicas (...) son más un producto de la marcación de la diferencia y la exclusión que signos de una única identidad.

Na Plaza de Mayo as Madres começaram a se encontrar e contar sua historia. Varias delas sentiram que acharam o seu lugar, ai podiam conversar e não sentiam-se rejeitadas. Como assinalará Gorini (2006:83) “*allí empieza un fenómeno de interacción grupal que será decisiva en la gestación del movimiento: comienza a tejerse la solidaridad de las que saben de qué dolor se trata*”. Como o autor destaca é importante enunciar as afirmações feitas por Kordon e Edelman (1982, apud GORINI, 2006:84) no que diz respeito ao fenômeno de transformação dessas mulheres que foram se integrando no movimento e as características das mesmas

posición activa frente al trauma, buscando en general relacionarse con otros que atravesaran la misma situación y desarrollando

diferentes grados de participación social. La situación de compartir posibilitó el desarrollo de mecanismos de identificación y empatía recíproca (...) ampliación de las capacidades (...) la modificación del tipo de actividad de mujeres que hasta ese momento cumplían el rol de amas de casa, que pasan a ocupar un rol activo en los planos jurídicos, social, político, determinó la relación de procesos de aprendizaje que refuerzan las capacidades vinculadas a la simbolización.

É desta maneira como

El jueves 30 de mayo de 1977, un grupo de 14 mujeres comienza a deambular silenciosamente alrededor de la Pirámide de Mayo, monumento que se encuentra en el centro de la plaza. Durante media hora, darán vueltas, lentamente. La policía está allí y ordena al grupo que se disperse: las mujeres reaccionan, gritan sus dolores. El desfile prosigue pese a las amenazas y la llegada de nuevos efectivos policiales. Durante media hora, desfilarán bajo las narices de los tres dictadores.”(MARTIN, apud in RAFFIN, 2006:153)

Neste sentido, Ainda Sarti, membro de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, lembrando o seu ingresso ao grupo diz:

Yo entre en Madres, ahora te cuento, cuando desapareció mi hija. En ese momento yo fui a La Plata junto con mi consuegra para hacer un habeas corpus, y me encontré con otra señora que se llamaba Adelina Alaye. Ella es ahora secretaria de derechos humanos de la provincia. Y al vernos las dos nos pusimos a llorar en la vereda, mira vos que sin decirnos nada ahí nomás nos pusimos a llorar. Vernos la desesperación del hecho que solamente te anotaran. Era desesperante.

Y a los dos días de eso la encontré después en la Asamblea Permanente de derechos Humanos. Porque en esos momentos de derechos humanos había nada más que dos movimientos: Derechos Humanos la Asamblea Permanente y La Liga por los Derechos del Hombre que pertenecía al Partido Comunista. Me la encontré en La Plata y acá en La Capital en menos de tres días, mira lo que son las cosas. Y me dijo muy apurada ‘me voy, me voy a la plaza de las Madres’. Yo en ese momento le pregunté ‘qué plaza de madres, de qué hablas’. Y ella apurada ya saliendo me dijo ‘me voy, me voy’. Yo insistí, ‘pero en qué plaza’. Ahí ella respondió ‘en la de la avenida de mayo’, y se fue. Y a mí me atendieron enseguida, y después bien rapidito me fui corriendo todas esas cuadras. Imaginate que desde la calle Paraguay y Callao, que era donde en ese entonces estaba ese organismo, me fui unas veinte y tantas cuadras para ver si ella había doblado. Si ella iba por esas calles. Y la vi a lo lejos que se une a otra persona que era Juanita de Pargament. Después de verlas fui caminando más lento, porque tenía ya 49 años y llegué muerta prácticamente.

Neste sentido, para os militares a aparição das Madres não só os surpreendeu, senão também colocou em dúvida as suas representações. Pois, segundo eles a única explicação possível era que o surgimento deste grupo fosse uma tática ou nova

estratégia política do grupo ‘subversivo’. Portanto, demoraram em compreender o erro de acreditar que donas de casa não podiam formar este tipo de movimento (GORINI, 2006:23).

Nascidas como resposta imediata à desapareição forçada de pessoas, as Madres se constituíram rapidamente num novo sujeito¹³, num movimento político e social (GORINI, 2006:22). A construção da sua identidade se deu, assim, dentro de um marco de opressão; portanto, sua identidade se enquadra na denominada identidade de resistência de Castell (2006). Segundo o autor, este tipo de identidade dá origem a formas de resistências coletivas diante de um poder que oprime, fazendo essa situação suportável, ao mesmo tempo, que definem claramente os limites da sua resistência, pelo que “são todas manifestações do que denomino exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das intuições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores” (CASTELL, 2006:25).

Assim, o atraso em perceber ao grupo de Madres de Plaza de Mayo como uma força política não só foi uma questão das Forças Armadas; senão que elas mesmas não conceberam-se a si próprias como um movimento político (GORINI, 2006:26). Como enunciara Carmen Rodino de Cobos, membro das Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, “*sin darnos cuenta íbamos constituyendo una resistencia a la política de exterminio, una resistencia no violenta que se basaba en el reclamo, en la petición y en la denuncia.*”. Deveram estas mulheres, portanto, transformar suas próprias representações e práticas sociais no transcurso das sua luta. Na opinião de Bousquet (apud in GORINI, 2006:87)

mi primera impresión fue que se trataba de mujeres muy comunes, sin nada en particular, que solamente trataban de luchar para recuperar a sus familiares, o saber qué pasaba con ellos. En su gran mayoría no estaban preparadas para enfrentarse con un sistema tan sofisticado de represión ni tenían clara conciencia de todos los alcances de la lucha que emprendían en contra de la Junta. Salvo unas pocas excepciones, como la Guagnini por ejemplo, eran sobre todo buenas amas de casa y madres de familia sin mayor formación política.

¹³ Este termo é utilizado no sentido que Castell (2006:26) outorga-lhe “Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso a construção da identidade consiste num projeto de vida diferente, talvez com base numa identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade.”

Assim, na quinta-feira, no 18 de agosto de 1977, as Madres começaram a sua primeira marcha de protesto ao redor da Pirâmide da Plaza de Mayo; e o que num começo era só um lugar de encontro onde intercambiar informação e organizar-se, viro logo um espaço simbólico. Um lugar da memória, onde elas recordavam e manifestavam a ausência dos seus filhos. Como lembra Cata Guagnini,

en aquellos primeros tiempos (...) ellas se reunían en la Plaza de Mayo como si fueran a una misa, era algo así como mítico, hasta decían que allí se encontraban con sus hijos, no era para nada lo que es hoy ni en lo que se fue transformando con el tiempo: una manifestación política (apud GORINI, 2006:135)

Neste sentido, as integrantes destes movimentos de Madres e Abuelas lembram o caráter apolítico com que iniciou a sua organização; a defesa deste início espontâneo e ingênuo é a base para sua reafirmação como sujeitos comuns que saíram na defesa de seus filhos e saber o acontecido com eles. Em palavras de Jellin e Kaufman (2001:30) *“las rememoraciones colectivas cobran entonces importancia política, como instrumentos para legitimar discursos, como herramientas para establecer comunidades de pertenencia e identidades colectivas como puentes hacia futuros deseados”*

Alem disso, segundo o pensamento de Grossberg (2003:176), poder-se-ia dizer que as pessoas que se congregaram na Plaza de Mayo, intencionalmente ou não, tinham uma identidade comum; pois, chegaram a definir e encarnar a uma comunidade de oposição ao estado ditatorial como também a própria maquinaria estatal. Assim, o fato de estarem reunidas na Plaza de Mayo com o objetivo comum de obter respostas às suas demandas fez que se originara uma identidade comum antes inexistente. Essa busca dos filhos constituiu-se, assim, na sua pertença comum. Como enuncia Elia Espen, elas iram se reconhecendo aos poucos como Madres de detidos-desaparecidos

E: Porque yo pienso que teníamos algo en la cara, porque nos detectábamos entre nosotras con mirarnos nomás. Por ejemplo a mi me pregunto una Madre que encontré en una de esas veces que iba a tribunales quien era, y después me pregunta ‘¿a vos quién te falta?’. Cómo sabes que me falta alguien le dije. Porque se te nota me respondió. Y yo le dije que me faltaba mi hijo. Por eso te digo que algo nos identificaba. Y de esa forma nos fuimos conociendo al principio.

E aos poucos foram compreendendo e percebendo que o fato de serem vistas ajudava a em suas reivindicações, pelo que, a partir desta nova consciência, então, procuraram se fazer mais visíveis. Conseqüência disto foi o surgimento de um outro

símbolo identitario: “los pañuelos”. Assim, enquanto se organizavam para assistir como grupo à peregrinação anual à Basílica de Guadalupe surgiu a idéia dos lenços. Novamente da sua necessidade de se encontrar, de se diferenciar dos outros assistentes para se achar criaram um novo elemento que marcaria a sua identidade.

Para o grupo, à questão religiosa, assinala Gorini (2006) não era um tema polemico, pois a maioria das mães professava a religião católica (p.18). E inclusive muitas das suas reuniões, além de ser na Plaza, tinham-se feito dentro das igrejas ou paróquias. Segundo Carmen Rodino de Cobos,

M: ¿Se reunían en algún lugar además de en la plaza?

CC: No, al principio no nos reuníamos en ningún lugar. Todas las comunicaciones nos la dábamos en la ronda hasta volvernos a encontrar. Y eso te diría que fue a principios de marzo del '77. Pero recién a fines de ese año empezamos a encontrarnos en otros lugares públicos también. Pero disimulando que nos conocíamos. Inclusive íbamos a diversas Iglesias al grupo de oración y allí María Adela nos pasaba papelitos o las informaciones entre oración y oración. Inventábamos infinidad de cosas para poder comunicarnos.

Ademais, desde os seus primeiros encontros na Plaza até o surgimento dos lenços dada a sua fé cristã, tinham usado um prego de carpinteiro para se identificar; símbolo escolhido pela sua referência no imaginário religioso dos pregos de Cristo. Segundo Carmen Rodino de Cobos, atual membro de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora,

M: ¿Y los pañuelos blancos como surgieron?

CC: Los pañuelos blancos surgieron después de haber inventado infinidad de identificaciones. Primero fueron unos clavos que nos poníamos en la solapa, en el vestido, y que simbolizaban los clavos de la cruz de Cristo. Y ellos simbolizaban el gran dolor, el dolor máximo. Pero no servían para identificarnos a la distancia, porque uno no podía llegar a ver quien tenía o no clavos. Entonces en una marcha a Luján en la que nos teníamos que encontrar para agruparnos para ir todas juntas dentro de una muchedumbre donde iba a ser difícil desde ya encontrarnos surgió lo de los pañuelos. A una mamá se le ocurrió que nos pusiéramos algo en la cabeza, porque las cabezas se veían, algo puesto en la ropa no se iba a ver tanto. Y ahí una mamá digo que para hacerlo más simbólico porque no usábamos el pañal de nuestros hijos. Y como en esa época no había pañales descartables, sino que eran todos de tela había mamás que conservaban los pañales. Otras para esa ocasión compraron la tela para hacer el triangulo del pañal. Ahí fue cuando se institucionalizó el pañuelo, porque nos fuimos viendo y nos fuimos acercando para agruparnos. Ese día se adopto el pañuelo blanco. Pero como te dije a nada se le daba carácter oficial, sino que todo lo se hacia se hacia sin pensar que iba a llegar a ser un símbolo, que iba a llegar a ser un llamamiento mundial a la conciencia de la gente. Lo usábamos como una cuestión practica para encontrarnos. Y después todo lo que íbamos haciendo se iba transformando en

situaciones simbólicas. Pero siempre nos sentíamos como el primer día, era muy difícil, muy duro. Porque era un gran dolor que se sumaba al miedo de perder la vida.

Outra testemunha, María del Rosario, membro do grupo de Madres de Plaza de Mayo da linha de Hebe de Bonafini, também lembra o surgimento dos lenços. Segundo ela foi Eva Castillo de Obarrio quem propôs usar uma fralda como se fosse um lençol, pois “¿quién no tiene un pañal del hijo o del nietecito guardado en su casa?” (apud Gorini, 2006:118). Neste sentido Nora Cortinas enuncia,

no sé que habrán pensado quienes nos vieron por primera vez con ese pañal en la cabeza. Pero estoy segura de que llamamos la atención. Éramos un grupo que se distinguía claramente del resto, y muy pronto entre los otros peregrinos se corrió la voz de que éramos madres de desaparecidos (GORINI, 2006:118)

Com posterioridade essa fralda transformou-se em um lenço, pois “era poco práctico usar esos pañales que se rompían enseguida y que no se podían doblar con facilidad para meter en la cartera. Al pañuelo en cambio lo podías lavar, planchar, meter en un bolsillo del tapado o en cualquier lado y volver a usarlo cuantas veces querías”(Hebe de Bonafini, apud GORINI, 2006:119). Mas essa metamorfose da fralda ao lenço seria só uma das primeiras mudanças que sofrera esse elemento identitário; logo colocariam nele os nomes dos seus filhos com a sua data de detenção.

3.1.2. Consolidação do Movimento de Madres de Plaza de Mayo e surgimento de Abuelas de Plaza de Mayo.

Para as líderes do grupo de Madres logo da peregrinação a Luján se fez evidente que o movimento tinha crescido muito, portanto, devia-se adotar uma forma de organização diferente. Na terça do 4 de outubro de 1977, assim, efetuou-se a primeira assembléia das Madres no Parque Pereyra Iraola para conformar a nova estrutura do movimento (GORINI, 2006:124-125). Mas também neste mês, não só se deu uma mudança na estrutura organizativa no movimento, além disso surgiu dentro dele o movimento de Abuelas de Plaza de Mayo. Segundo Gorini (2006:138),

En octubre empezó a diferenciarse del resto de las Madres un grupo que comenzó a buscar a sus nietos. La propia Kitty y once mujeres más (...) ellas confeccionaron la primera lista de nietos y nietas desaparecidos y los primeros documentos destinados a denunciar específicamente la situación de los hijos de desaparecidos apropiados, en el marco del siniestro plan de aniquilamiento.

Segundo Raquel Marizcurrera, que foi uma das primeiras 14 Madres em se reunir na Plaza de Mayo, o movimento de Abuelas surgiu também espontaneamente, como tinha acontecido com Madres,:

R: Y Abuelas también se fundó en la Plaza. Estábamos un día dando vueltas a la plaza como madres cuando una madre que estaba dando la vuelta junto con nosotras salió de la marcha y empezó a preguntarnos si había alguna madre o suegra que supiera que se habían llevado a la hija o nuera embarazada. En ese momento salimos de la ronda 11, y contándole a ella que ya estaba afuera sumábamos 12. Fue así que se fundó Abuelas.

Nos empezamos a juntar, a hacer una carpeta con los poquísimos casos que teníamos. Porque pensábamos en ese momento que éramos las únicas, poquísimas. Pero en realidad éramos una barbaridad, tanto que ya encontramos 95 chicos aunque nos faltan aun 450.

Nuestra preocupación al principio era donde iban a nacer las criaturas, cómo. Por eso empezamos a visitar casa cuna, orfanatos. O sea todos los lugares donde vos te podías imaginar que podían dejar a una criatura.

O sábado 22 de outubro de 1977 se reuniram, então, pela primeira vez as Abuelas e começaram a se organizar para buscar os filhos de seus filhos seqüestrados pela ditadura. Mas, embora essas mulheres, num primeiro momento, se automearam “Abuelas Argentinas con nietitos Desaparecidos”, mais tarde trocaram o seu nome por “Abuelas de Plaza de Mayo”; pois era o nome que a imprensa internacional colocou-lhes (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2007:21).

Este novo grupo se foi consolidando dentro de Madres e, portanto, suas primeiras reuniões foram feitas no apartamento das Madres, embora suas integrantes reconheçam

estuvimos ahí un tiempo, pero como era muy chico cuando pudimos alquilamos un departamento en Montevideo al 700. Además nos reuníamos en casa de otras Abuelas: en lo de Julia Grandi, cuando ya se había incorporado, en lo de Maria Eugenia Cassinelli, en lo de Vilma Gutiérrez. (apud Raquel Marizcurrera, in ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2007:25).

Contudo, o número de madres que buscavam os seus filhos e netos crescia cada vez mais; e ambos movimentos foram crescendo até chegado o momento de separar-se um do outro pela quantidade de integrantes que continham cada um dos grupos que nesse momento integravam Madres. Assim, decidiu-se que as Abuelas dedicar-se-iam prioritariamente a procurar pelos netos; entanto, as Madres continuariam com o objetivo inicial de buscar seus filhos. Foi uma divisão de tarefas pratica na qual coincidiram todas as integrantes, pois

las Abuelas tenían tanto trabajo por delante que no sabían por donde empezar. Comenzaron con sus primeras labores 'detectivescas': una abuela se internó en un sanatorio psiquiátrico para seguir una pista, otra se disfrazó de enfermera, otra llegó incluso a trabajar como empleada doméstica en una casa para estar cerca de una niña. Mientras tanto se pusieron a compilar un listado de nombres con la foto de cada niño y cada mujer embarazada secuestrada. (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2007:27).

Porém, o vínculo que unia as Madres e Abuelas era intenso, pois a sua luta tinha-se iniciado no grupo de Madres: as Abuelas tinham sido e eram Madres de detidos desaparecidos. Assim, em muitos casos ainda com o passar do tempo algumas integrantes de Abuelas continuaram se sentindo mais ligadas a Madres; embora também se dera o caso oposto. Um exemplo disto último é Irmã Rojas:

I: Bueno, yo soy Irma Rojas Abuela de la Plaza de Mayo. Yo empecé primero a ir a Madres de Plaza de Mayo cuando me desaparecen mi hijo y mi nuera. Los busque mucho a los dos y después de tantas búsquedas me incorpore en Madres de Plaza de Mayo. Y estuve con ellas hasta el '82 más o menos. Pero antes de eso me había integrado también a Abuelas. Me integre a ese otro grupo cuando una madre me pregunto si yo tenía a mi hija o alguna nuera embarazada, porque si era así yo tenía que estar con las Abuelas. Porque las Abuelas son las que están buscando los nietos. Y yo le dije que mi nuera estaba embarazada de tres meses y medio. Y desde ahí ya hace 25 años que yo estoy acá con las Abuelas buscando a mi nieto o nieta. Y esa fue mi lucha desde el '77 hasta hoy.

M: O sea que en el año '77 usted ingreso en Madres.

I: Sí, pero ya a fines del '78 yo ingrese en Abuelas (...) Pero me hacia el tiempo para ir a Abuelas e ir a Madres. Eso paso mientras trabajaba, pero paso el tiempo y ya deje de trabajar. Y ahí empecé en Abuelas directamente (...) Porque viste que acá en Abuelas estábamos como más contenidas, con más confianza y fuerza sabiendo que acá uno iba a encontrar el nieto. Porque estamos para eso las Abuelas, allá en Madres no.

Pode-se perceber que as integrantes dos grupos escolheram integrar um ou outro movimento, então, não só pelos objetivos compartilhados, como pelos vínculos estabelecidos com as outras integrantes. Mas embora as Abuelas se dedicaram prioritariamente à busca dos seus netos não significa abandonar a procura dos seus filhos. Neste sentido, a Abuela Raquel Marizcurrena enuncia,

M: ¿Los objetivos del movimiento desde el inicio hasta ahora se han modificado de alguna manera?

R: No, siguen siendo los mismos encontrar nuestros nietos. Y también queremos encontrar los restos de nuestros hijos e hijas, nueras, yernos.

Cabe assinalar um caso excepcional dentro do grupo de Abuelas: Alba Lanzillotto. Ela não é mãe nem avô, embora pertence ao grupo de Abuelas; pois, desde que voltou do exílio, esta buscando a um/a filho/a da sua irmã desaparecida. Segundo enunciara na entrevista procuro ter contato com Abuelas pelo seu interesse de achar a seu/sua sobrinho/a

A: No, no participe nunca de Madres. Porque yo no soy madre, ni abuela, yo soy tía. Tengo dos hermanas desaparecidas y una de ellas estaba embarazada de ocho meses. Por eso estoy buscando un sobrino o sobrina. Y el único lugar donde se busca los chicos es acá.

M: ¿Pero por qué entonces no fue a familiares?

A: Porque nadie busca los nietos, solo las Abuelas. Por eso a mi también me dicen Abuela, yo soy la Abuela Alba. Y yo estoy acá porque busco a los chicos.

Padrós (2005) enuncia, portanto, que no caso das crianças, geralmente, foram seqüestradas durante o momento do rapto ou da morte de seus pais ou já nasceram durante o tempo em que seus progenitores tinham sido encarcerados. Assim, o autor afirma que “mais de 500 casos são reconhecidos na Argentina (onde aconteceu a grande maioria dos seqüestros registrados no Cone Sul), pela organização das Abuelas de Plaza de Mayo, que, até hoje, denominam tais seqüestros como roubo ou ‘botín de guerra’” (PADRÓS, 2005:634). Segundo ele, o trabalho de Abuelas e outras organizações de direitos humanos que se ocuparam de pesquisar a questão “permitiu estabelecer um padrão metodológico para entender o roubo de crianças e a transformação das mesmas em prisioneiras e apropriadas, com o objetivo de aumentar o efeito repressivo e aterrorizador contra a sociedade” (PADRÓS, 2005:638). Porém, neste contexto, o grupo de Abuelas começou a receber a solidariedade de parte da sociedade e a criar formas de obter informações como o exemplifica a Abuela Raquel Marizcurrena,

Nos empezaron a llegar denuncias anónimas de por ejemplo un vecino que veía una pareja ya mayor que de repente tenía un bebe chiquitito que era imposible que fuera de ellos. Ahí nos llamaban, y nos decían en tal lugar, tal persona. Y nosotras ahí empezábamos a investigar. Además por ejemplo cuando íbamos a la marcha de los jueves nos buscaban y nos pasaban los datos disimuladamente. Porque en ese momento estábamos en estado de sitio. Y así empezamos nuestra tarea. Nos organizábamos algunas abuelas para pasar por ese lugar que nos habían dicho a distintas horas para ver si veíamos alguna criatura, algún bebé. Así empezamos a tener pequeños contactos de donde podía haber niños que fueran nuestros.

Ademais de ter objetivos diferentes, com o decorrer do tempo, ambos movimentos, Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, começaram se distinguir pelos

símbolos identitarios elaborados por umas e outras. Assim, segundo Raquel Marizcurrena,

M: Y cuénteme cómo surgió lo de los pañuelos blancos.

R: Eso no es de Abuelas, es de Madres. Eso es solamente de Madres.

M: Entonces usted tenía pañuelo blanco cuando participaba en Madres y se lo saco cuando paso a Abuelas.

R: Si, fue así. Nosotros en Abuelas tenemos un pañuelo blanco con el logotipo de Abuelas pero no lo usamos. Usamos el botón distintivo en el pecho, eso es lo que nos distingue.

Neste sentido, as integrantes de Abuelas só se colocam o lenço no caso de se apresentar num ato oficial na representação do movimento de Abuelas ou em atos comemorativos ou quando dão conferencias sobre o assunto de detidos desaparecidos nas escolas.

Um caso diferente dos enunciados de Irma Rojas e Alba Lanzilloto, é Carmen Rodino de Cobos. Ela, depois de oito anos, descobriu que a sua filha estava grávida quando foi seqüestrada e desaparecida; e, ao contrario de Irma Rojas, decidiu continuar no movimento das Madres e não formar parte ativa do movimento de Abuelas por sentir-se identificada com o seu primeiro grupo.

M: ¿Por qué sigue yendo a Madres y no a Abuelas?

CC: [...] yo me siento más cercana a Madres, porque yo no me entere que mi hija estaba embarazada hasta ocho años después de su desaparición. No obstante guardaba una afectuosa relación con mis compañeras de Abuelas, que habían sido mis compañeras también como Madres y trabajamos juntas mientras estuvimos en el mismo lugar gestionando. Porque primero fueron mamás y a posteriori buscaron a sus nietos. [...] y porque ya son treinta tanto años juntas, ya casi somos de la familia.

Neste sentido, pode-se perceber o enunciado por Velho (1999), pois, memórias, trajetórias e projetos comuns articulam às identidades dos sujeitos ao lhes dar significado como fica evidenciado no ultimo caso exposto.

3.1.3. Memórias do seqüestro.

Um fato que ainda depois da separação física de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo impacto os dois grupos com força foi o seqüestro de alguns integrantes do movimento de Madres de Plaza de Mayo. Como enunciara Halbwachs (2006:51),

no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que se dizem respeito à maioria de seus integrantes e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais freqüentemente em contato com ele.

Assim, Raquel Marizcurrena lembra como um acontecimento muito marcante o seqüestro das líderes do movimento de Madres de Plaza de Mayo a fins do ano '77,

*M: ¿Qué sintió usted cuando desaparecieron las primeras madres?
¿Aun estaba en Madres?*

R: No, yo ya estaba en Abuelas. Pero me impacto mucho, fue terrible. Más con Azucena Villaflor que fue muy amiga y muy compañera nuestra. Porque con Azucena íbamos a todos lados, cada 15 días recorríamos la Plata de par en par para ver si encontrábamos algún dato de adonde estaban los chicos. Comisarías, ejércitos, todo cada 15 días.

Entanto, dentro do mesmo grupo de Madres de Plaza de Mayo o impacto do fato foi maior, pois as novas vítimas do Terrorismo de Estado desta vez foram as suas lideres. Neste sentido, Maria del Rosário, membro do movimento de Madres de Plaza de Mayo, lembra

[em esse momento] senti desesperación, fue un momento espantoso. Hasta ese día yo había juntado los diarios para mi hijo cuando volviera. Desde ese día no junte más diarios porque supe que él no iba a volver. Ese día fue como descubrir que todo eso no iba a tener un final feliz. Porque hasta ese momento tuve esperanzas. Porque cuando secuestran al grupo de Santa Cruz, yo todavía pensaba que iban a aparecer. Pero cuando se la llevan a Azucena ya no. Azucena era la clave, era la Madre que nos nucleaba, que nos llevaba, que nos empujaba; y cuando se llevan a una madre así, que solo buscaba a su hijo, entonces me dije que los hijos no iban a aparecer.(apud in GORINI, 2006:173)

Distinta opinião tem Carmen Rodino de Cobos, membro de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, pois analisa o fato já desde o presente,

Yo creo que la desaparición de Azucena fue el punto de inflexión más importante que tuvo la formación de Madres, porque ellos pensaron que con eso nos dispersaban y terminaban con nosotras. Pero cuando vieron que al jueves siguiente otra vez aparecía esa ronda se dieron cuenta de que no era fácil porque se había constituido una situación que no habían pensado dentro de su plan estratégico [...] ese fenómeno de mujeres grandes dando vueltas media hora los jueves no lo pensaron. Y si uno se pone a pensar eso era una actitud simbólica. Porque nosotras fuimos echadas de la plaza varias veces, pero seguíamos volviendo a dar vueltas calladas, sin actitudes agresivas, en silencio. Y después de esa media hora nos retirábamos.

Assim, nesta testemunha pode-se perceber como a lembrança é uma reconstrução do passado com ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente (HALBWACHS, 2006:91); os fatos são recontados, então, pelas integrantes do grupo lhes conferindo um sentido antes alheio.

Contudo, como enuncia Gorini (2006:188) “sin que haya existido una decisión formal desde que desapareció Azucena surgió un colectivo de Madres (...) que aferrándose a las ideas básicas que habían llevado a la practica hasta ese momento asumió la responsabilidad de la conducción del grupo”. Segundo o autor,

las Madres ya no eran un pequeño grupo de familiares que querían saber que había pasado con sus hijos. Si ése, ciertamente, había sido su origen, el enfrentamiento con el poder les había hecho entrever causas y metodologías de la represión que, en esa etapa, estaban también en el foco de sus críticas y reclamos. Se habían transformado en un nuevo sujeto social y político que a la par de pretender recuperar vivos a sus hijos, ahora reclamaba justicia. Aunque en el pasado las consignas de las Madres y del grupo nucleado en torno de Familiares centraba su reclamo en el esclarecimiento (...) el grado de desarrollo de la conciencia de estos nuevos agentes sociales ahora exigía más.(GORINI, 2006:296)

Por tanto, conseqüência de esta nova consciência as Madres decidiram se institucionalizar, e se constituíram numa entidade civil o 14 de maio de 1979,

Las madres firmantes hemos resuelto constituir la asociación Civil ‘Madres de Plaza de Mayo’. Esta determinación de fundarla es consecuencia de los encuentros que realizamos, durante más de dos años, en la Plaza de Mayo de la Capital Federal y en otros lugares de esta ciudad y del interior del país. Dichas reuniones comenzaron espontáneamente con motivo de las gestiones que centenares y luego miles de madres argentinas efectuamos en la Casa de Gobierno de Buenos Aires en procura de conocer el paradero de nuestros hijos, detenidos por representantes de las Fuerzas Armadas y de Seguridad a partir de 1976 y cuyo destino desconocemos. Somos madres de detenidos desaparecidos y representamos a muchos millares de mujeres argentinas en igual situación. No nos mueve ningún objetivo político. Nadie nos ha convocado ni nos impulsa o instrumenta. Estamos contra la violencia y contra cualquier tipo de terrorismo, privado o estatal. Queremos la paz, la fraternidad y la justicia. Anhelamos para la Argentina la vigencia de un sistema democrático, respetuoso de los derechos fundamentales de la persona humana. Creyentes o no, adherimos a los principios de la moral judeo-cristiana. Rechazamos la injusticia, la opresión, la tortura, el asesinato, los secuestros, los arrestos sin proceso, las detenciones seguidas de desapariciones, la persecución por motivos religiosos, raciales, ideológicos o políticos. No juzgamos a nuestros hijos detenidos o desaparecidos. Ni siquiera pedimos su libertad. Solo pretendemos que se nos diga donde se encuentran, de qué se los acusa y que se los juzgue de acuerdo con las normas legales y con el legítimo derecho de defensa, si se considera que han cometido algún delito. Que no se les torture, que se les mantenga en condiciones decorosas. Que podamos verlos y asistirlos. ¿Puede haber una suplica más elemental, más correcta, más humana, más cristiana? Sabemos que existen muchos miles de hogares argentinos en la misma situación. Por esta razón hemos decidido unirnos y formar una asociación civil que llevará el nombre ‘Madres de Plaza de

Mayo', en recuerdo del hecho y del lugar que nos reunió por primera vez. (GORINI, 2006:315 e 316)

Neste sentido, no mesmo documento fundacional as Madres reafirmaram o seu caráter de organização espontânea originada só com o intuito de saber a verdade do acontecido com seus familiares detidos desaparecidos pelo Estado. Mesmo assim os seus objetivos como grupo foram-se modificando no decorrer das diversas lutas, e como consequência das mudanças do contexto no qual estavam submersas.

3.2. A democracia e os Movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo.

Durante a passagem da ditadura para a democracia a questão dos detidos desaparecidos apresentou-se como um problema para a consecução dos objetivos das Forças Armadas. Elas tentaram garantir a não revisão judicial das ações levadas adiante durante a denominada “guerra contra la subversión”, portanto, procuraram o estabelecimento de acordos com os diversos partidos políticos que se tinham agrupado na Multipartidaria. Mas,

desde el punto de vista del bloque político que aspiraba a suceder al poder militar, el gobierno debería dar algún tipo de información que pusiera fin al problemas. Así se reflató la idea de que el gobierno publicara una lista de los desaparecidos que surtiera el efecto de una suerte de rendición de cuentas. (GORINI, 2006:539)

Nesta situação, como enunciara Vezzetti (2004:27)

La ausencia de la clase política en la definición de algún intento de solución al problema de los desaparecidos, fue reemplazada por el activismo político de los organismos de derechos humanos, que había marcado uno de los rasgos claves de la transición en el fin de la dictadura.

Contudo, uma outra a questão que começava-se questionar era “o que iam fazer o grupo de Madres e Abuelas no contexto democrático?” (GORINI, 2006:616). Neste sentido as Madres decidiram fazer publica a sua posição no que diz respeito à continuação da sua luta na democracia

si los gobernantes democráticos y los representantes del pueblo en el Congreso Nacional no hicieran lugar a la Justicia, creemos que nuestro pueblo continuará sin el sustento indispensable de garantía moral en defensa del prioritario derecho a la vida, derecho violado por quienes debían dar precisamente las garantías legales y totales que nuestro pueblo merece [...] queremos pruebas y juicio a los responsables, como corresponde a un país civilizado que fue duramente golpeado por crímenes contra la humanidad (...) Por eso seguiremos en la Plaza de Mayo hasta que se haga justicia. (apud do

Boletín de las Madres de octubre de 1983, in GORINI, 2006:616 e 617)

Dessa maneira também ficou clara a sua demanda ao futuro governo democrático, portanto, o discurso da *'la guerra terminó y los desaparecidos ya no están'* que tentara-se impor achou seu contradiscurso invalidante. Segundo Duhalde (1999:142) *"los desaparecidos de pronto se corporizaron biológicamente en sus madres, recuperaron su dimensión física y su presencia, con su re-presentación cada jueves alrededor de la Plaza de Mayo"*.

Mas, estas mulheres, além de enfrentar-se com as opiniões de alguns personagens públicos importantes, tiveram também suas diferenças com o grupo de Abuelas, pois *"¿Acaso el hecho de recluirse en el reclamo por los nietos (...) no había implicado un abandono de la lucha por sus hijos, una aceptación incluso de la muerte de una parte de los desaparecidos?, reflexionaban las Madres"* (GORINI, 2006:553). Assim, ficou claro que ainda que as duas, Madres e Abuelas tivessem uma origem comum a divisão de tarefas estabelecida com o decorrer do tempo as tinha afastado. Como menciona Irma Rojas, *"nosotras seguimos siendo Madres pero nos interesa más encontrar a los chicos. Eso nos diferencia"*. Contudo, Raquel Marizcurrena enuncia,

M: ¿Los objetivos del movimiento desde el inicio hasta ahora se han modificado de alguna manera?

R: No, siguen siendo los mismos encontrar nuestros nietos. Y también queremos encontrar los restos de nuestros hijos e hijas, nueras, yernos. Eso es lo principal.

Desta maneira a demanda por parte das Madres da "Aparição com vida" dos detidos desaparecidos cristalizou a diferença de objetivos e opiniões destes grupos.

3.2.1. Os Movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo e a Conadep, Juízo as Juntas, Leis e Indultos.

Com a chegada de Alfonsín ao governo a situação no país mudou, mas mesmo assim as Madres concordaram em continuar na Plaza de Mayo (GORINI, 2008:27). Hebe de Bonafini, presidente do movimento, fez explícita esta decisão na última quinta-feira antes da assunção do novo presidente; pois, segundo enunciara só deixariam de se manifestar quando soubessem o acontecido com os seus filhos, quando obtivessem justiça (GORINI, 2008:73). Neste sentido Jelin (1995) estabelece que *"toda demanda de justicia consiste en la exigencia de la restitución de un equilibrio dañado. En este sentido general, el ejercicio de justicia requiere que se tenga conciencia de la*

dimensión de un daño para saber cuál es la medida del esfuerzo a realizar para repararlo”(p119). Ou seja, a demanda de informação no que diz respeito ao destino dos detidos desaparecidos estava intimamente ligada às sanções posteriores que esperavam-se obter para os criminosos, e somente se atendendo ambas demandas as Madres consideravam que o seu objetivo estaria atingido.

Porém, as Madres e Abuelas não concordaram com a decisão governamental de deixar à justiça militar encarregada do julgamento aos militares, e demandaram ao governo a conformação de uma Comissão Bicameral para investigar os acontecimentos. Mas o seu pedido não foi atendido. Mesmo que a justiça militar não desse a resposta esperada por Alfonsín, este decidiu conformar a CONADEP no lugar da Bicameral.

Mas, embora as Madres de opuseram fortemente a esta comissão

la labor de la Comisión despertó enormes expectativas entre vastos núcleos de los familiares de las víctimas del terrorismo de Estado, que acudieron masivamente a aportar sus testimonios. Y pese a que había sido concebida como una oficina receptora de denuncias, adquirió un carácter más dinámico y activo, desfasándose del libreto original: no solo recibió los testimonios de las víctimas y de los familiares de las víctimas, sino que encaro de forma inquisitiva múltiples investigaciones (GORINI, 2008:151).

Alem disso, com o estabelecimento da Conadep se evidenciaram as diferenças internas dentro do movimento de Madres no referente a sua atitude frente ao governo. Segundo Gorini (2008: 140)

aquello que para Bonafini se presentaba como un sistema de impunidad en el que encajaban cada una de las medidas que el gobierno iba adoptando, para María Adela era en cambio la materialización de una política contradictoria, resultado de una medición de fuerzas que, todavía, no estaba enteramente definida.

Contudo, essa polêmica interna não era perceptível ainda para a maioria dos argentinos, que acreditavam que o movimento era uma massa homogênea (GORINI, 2008:160). Mas, esta discrepância de opiniões e formas de se manifestar aprofundar-se-ia com o transcurso do tempo. Tanto assim que ao avaliar o trabalho da Conadep nas entrevistas as integrantes das agrupações de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora e Madres de Plaza de Mayo lideradas por Hebe de Bonafini apresentaram opiniões divergentes. No caso de Mercedes Miroño, vice presidenta da Associação de Madres de Plaza de Mayo respondeu:

Me: Nosotras no queríamos la Conadep de ninguna forma. Magdalena Ruiz Guinazú estuvo siempre en contra de nuestros hijos y estaba en la Conadep. Sábado por ejemplo era un tipo que estuvo

con la dictadura y que incluso decía que hablar con Videla era un placer.

M: Entonces bajo ningún punto de vista usted ve a la Conadep como algo positivo o algo que las favoreció aunque sea un poco.

Me: No, en la Conadep figuran los nombres de nuestros hijos [...] En ese informe no está el nombre de ningún asesino. Por eso nos oponemos.

Entanto Carmen Lapaco, membro da Línea Fundadora, ela diz

CL: Con la formación de la Conadep yo estuve de acuerdo[...] porque aunque nosotros pedíamos la bicameral yo creo que no hubiera tenido ella la repercusión que tuvo el informe de la Comisión. Porque la Bicameral a veces es muy cerrada y a veces no pasa tanta información. Acá como decía María Adela, una de nuestras Madres fundadoras, “acá la vaca se les convirtió en toro”, porque el gobierno creyó que la Conadep iba a hacer el informe y nada más. Pero su informe a servido muchísimo para los juicios, para todo.

Assim, junto com a discordância a respeito da colaboração com a Conadep e a sua avaliação, surgiu a questão da militância dos detidos desaparecidos. E esse era um tema que as Madres reusavam falar, pois acreditavam que “ninguna filiación política ni su relación con la violencia justificaban los métodos empleados por la dictadura” (GORINI, 2008:470). Porém, como afirmar Vezzetti (2004:116), nos julgamentos às juntas de governo

La defensa de la memoria de los desaparecidos como víctimas del terrorismo y la impunidad estatal, del derecho a conocer la verdad sobre su destino y la demanda de justicia y castigo a los responsables, se separaba claramente de cualquier reivindicación de las posiciones políticas y metodológicas desplegadas por las organizaciones revolucionarias reprimidas por la dictadura. La categoría misma del desaparecido acentuaba el carácter puro de la víctima lesionada en su condición humana, afectada por una impunidad estatal que había transgredido todos los límites éticos, incluso los que la cultura humana ha establecido para regular las acciones de guerra, las penalidades y las ejecuciones, y el respeto debido a los restos mortales del enemigo. En la memoria pública y en las honras a la figura del desaparecido, se lo representaba como un vacío (plasmado eficazmente por el recorte de esas imágenes todas iguales), una trasgresión moral básica, una afrenta universal de derechos fundamentales.

Portanto, com as informações coletadas foi construindo-se um cenário de reconstrução da memória coletiva do passado recente, onde a materialidade do ato de desaparecimento foi o eixo central tal como pretendiam as Madres (GORINI, 2008:176). Mas, paradoxalmente depois de enunciado o veredito, as diferenças internas do movimento de Madres se aprofundaram, “las contradicciones y tensiones internas habían

alcanzado un punto en el que el grupo hegemónico, liderado por Bonafini, consideraba prácticamente un estorbo a la fracción disidente; y la fracción disidente ya no toleraba la conducción de la presidenta de la Asociación” (GORINI, 2008:351).

Neste sentido, as versões dos diferentes movimentos de Madres de Plaza de Mayo à respeito da ruptura divergem. Entanto, Carmen Lapaco, membro do movimento de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, lembra que se separaram por pensar e agir diferentes do grupo liderado por Hebe de Bonafini; Mercedes Miroño, membro de as Madres de Plaza de Mayo diz,

nosotras no nos separamos. Sino que cuando vino lo que nosotras llamamos democracia y empezaron a pagar dinero la asociación por mayoría con las madres también del interior del país decidieron no cobrar dinero por las vidas. Las que quisieron cobrar se fueron de la asociación. Por eso no hubo una separación, las que quisieron cobrar se fueron mientras nosotras nos seguimos quedando.

Assim, pode-se perceber como as lembranças de um mesmo fato por integrantes de um ou outro grupo são diferentes. Segundo Oberti e Pittaluga (2006:29 e 30) “*las interpretaciones del pasado, lo qué se recuerda y cómo se lo recuerda, constituyen dimensiones capitales de los procesos sociopolíticos: no hay memorias al margen de las relaciones sociales y de los conflictos inscriptos en estas relaciones*”.

Por outro lado também uma questão que apresenta conflito entre os dois grupos de Madres é o nome de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora com que se começaram a autodenominar as integrantes do grupo dissidente. Segundo Hebe de Bonafini não podia existir um grupo de fundadoras quando no começo não foi um dos objetivos dessas primeiras 14 mães que se agruparam na Plaza de Mayo formar um movimento. Contrapondo-se a isto e defendendo a sua posição Carmen Rodino de Cobos, membro do grupo de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, diz

como había que darle un nombre al organismo le pusimos Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Porque si le poníamos Asociación Madres de Plaza de Mayo la gente no iba a entender porque una misma entidad estaba en distintos lugares. Así que buscamos una denominación que indicara que éramos mamás pero que funcionábamos aparte. Y como la mayoría de las mamás que fueron expulsadas de la sede eran de las que habían dado la primer vuelta se le puso ese nombre. Porque en realidad se expulso al grupo fundacional y detrás de ellas estábamos todas las que comulgábamos con la forma y el estilo de petición, de trabajo y de actuación de ellas.

Contudo, como enuncia Gorini (2008:565)

el debate sobre los orígenes del movimiento en procura de la propia legitimidad histórica no era un tema menor. Pero más allá de las diferentes lecturas y reivindicaciones del pasado, ninguno de los dos sectores era ya lo que habían sido las Madres en su origen. La identidad de la Asociación, así como la de la Línea Fundadora, establecía en el momento de la ruptura más vínculos con el presente que con los orígenes del movimiento.

É obvio, porém, que as diferenças de critérios de julgamentos, e as formas de agir definiram as identidades das duas organizações e suas integrantes; estabelecendo-se assim segundo as manifestações externas de seus reclamos a pertinência a um ou outro grupo.

Contudo, as três organizações tentam através de seus diversos atos manter viva a lembrança do acontecido, transformando a história em memória a fim de ganhar legitimidade. Assim, existem diferentes projetos dos grupos nos novos museos que se criaram nos antigos centros clandestinos de detenção. Como estabelecem Jelin e Langland (2003:15)

“este eje de negociación y conflicto (entre víctimas ‘directas’ y sociedades más amplias, entre espacios y lugares concretos y ‘literales’ y sentidos ‘ejemplares’) está en el corazón de la relación entre memoria e identidad de grupos y actores sociales, estableciendo cuán amplio o limitado va a ser definido el ‘nosotros’ que rememora y conmemora (...) no hay ninguna garantía de que el sentido del lugar se mantenga inalterado en el tiempo para diferentes actores. Siempre queda abierto, sujeto a nuevas interpretaciones y resignificaciones, a otras apropiaciones, a olvidos y silencios, a una incorporación rutinaria o aun indiferente en el espacio cotidiano, a un futuro abierto para nuevas enunciaciones y nuevos sentidos.”

A memória junto com a história oficial organizada pelo Estado é, assim, aprendida e comemorada publicamente; portanto, estes grupos conseguiram impor a sua visão dos fatos e obter, então, os benefícios da rememoração dos fatos históricos no plano institucional o que marca as identidades que compartilham com toda a sociedade. Desta maneira a problemática da memória é atravessada pela identidade, confundindo-se as vezes com esta. Assim, o exercício da memória tem uma incidência subjetiva, tanto nos indivíduos como nos coletivos aos que pertencem e aos que contribuem a manter.

Considerações finais

Esta dissertação é o produto inicial de um esforço de compreensão, por meio da memória, de como os integrantes dos movimentos de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo constroem suas identidades. A identidade, nesse contexto, foi tomada no sentido que Pollak (1992) deu ao termo, ou seja, como a imagem que o sujeito assume em relação assim mesmo e aos outros, tendo em vista a sua memória passada e a posição que se quer assumir no presente. Além disso, para melhorar o entendimento do processo de formação da identidade destes sujeitos, foi considerado também o conceito de identidade de resistência construído por Castells (2006).

Assim, para a consecução dos objetivos de compreender e evidenciar como, através da memória, se organizam as distintas identidades, o trabalho se dividiu em três capítulos. No primeiro se enunciaram as diversas idéias dos conceitos e elementos dos mesmos, sustentadas por distintos autores que enriqueceram e possibilitaram com seus aportes o trabalho. Entanto, no segundo capítulo se efetuou uma contextualização histórica do marco onde surgiram e posteriormente trabalharam os distintos grupos analisados. Finalmente, no terceiro capítulo, além de brevemente se narrar o início das três organizações e suas trajetórias posteriores, se mostrou as diversas memórias que suas integrantes têm de um mesmo fato; e como suas atitudes e lembranças do passado marcam as sua escolha por um ou outro grupo. Além disso, neste último capítulo, portanto, deu-se ênfases nas marcas simbólicas e distintivas que cada organização criou para se diferenciar dos outros e se destacar. Consequentemente, com estas ações foram-se reforçando as características identitárias de cada grupo, por meio de um intenso trabalho do enquadramento da memória coletiva.

Ademais, percebeu-se no trabalho que os diferentes objetivos principais existentes entre Madres e Abuelas de Plaza de Mayo influenciaram não só as suas distintas trajetórias como também as formas de lembrar os mesmos fatos que as atingiram. Entanto, respeito aos dois grupos formados pelas Madres de Plaza de Mayo, o movimento da Línea Fundadora e o liderado por Hebe de Bonafini, não só se diferenciam como elas acreditam pelas suas distintas formas de agir publicamente; a sua diferença mais marcante é sua forma de se relacionar com o seu passado. O grupo da Línea Fundadora se auto percebe como continuador legítimo desse primeiro grupo de Madres. Enquanto o grupo de Madres liderado por Hebe de Bonafini estabelece que

embora fosse essa a sua origem elas foram evoluindo, mudando, portanto não poder-se-ia falar de um grupo fundante como sim de um origem comum “a desapareção dos filhos”.

A partir desta pesquisa se abrem alguns novos caminhos de análise. Um deles ao redor da imagem ou representação social que se tinha da mulher nesse contexto histórico e de como o isso mudou a partir da atuação da Madres. Uma vez que a identidade destas mulheres, a raiz da detenção desapareção de seus filhos deixou de estar pautada pelos modelos sociais de mulheres mães e esposas que se dedicavam ao cuidado do lar. Assim, embora elas mesmas concete ou inconcentemente valeram-se desta imagem da mulher-mãe num começo e procuraram através dela atingir através o seu objetivo e se proteger das reações violentas dos militares transformaram essa concepção de mulher-mãe-esposa.

Uma segunda linha de pesquisa que se abre é a busca de compreender o processo através do qual o grupo de Madres se transformaram num movimento pelos Direitos Humanos e posterior ou conjuntamente se converteram num sujeito político com um importante grau de politização interna.

No caso desta dissertação o intuito era perceber como memórias comuns reforçavam as identidades individuais e grupais destes movimentos definindo também assim o que são e o que fazem. Porém, para entender as diferenças e semelhanças nas identidades assumidas foi necessário perceber as distintas trajetórias que seguiram a cada um destes grupos. Pois, embora os três no começo tivessem o mesmo objetivo, no transcurso dos anos as suas diferentes ações e formas de se manifestar as afastaram umas das outras. Além disso, comprovou-se como simples ações que eram feitas com o objetivo de fazer público sua queixa viraram símbolos que as diferenciam até hoje do resto da sociedade. Conseqüência disto engajaram-se num questionamento mais profundo dos padrões de exclusão de sua sociedade: controle da violência, desigualdade econômica, da corrupção, entre outras.

Referências Bibliográficas.

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. La historia de Abuelas: 30 años de búsqueda (1977-2007). Bs As: 2007.

ARENDT, H. Orígenes do Totalitarismo. SP: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. La condición humana. Bs As.: Paidós, 2005.

ACUÑA, C. e SMULOVITZ, C. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación internacional. In: ACUÑA, S., BOMBAL, I., JELIN, E., LANDI, O., QUEVEDO, L., SMULOVITZ, C. E VACCHIERI, A. Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina. Bs As: Nueva Visión, 1995.

ACHUGAR, H. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos (motivos y paréntesis). In: JELIN, E e LANGLAND, V. (comp.) Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Madrid: SIGLO XXI, 2003.

AGAMBEN, J “*Estado de exceção.*” SP: Boitempo, 2007.

BALDI, C. Estado de Sítio In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G., Dicionário de política. Vol. I. Brasília: UnB, 1998.

BOUSQUET, J. P. Las locas de la Plaza de Mayo. Bs As: El Cid, 1983.

CANAU, J. Antropología de la memoria. Bs As: Nueva Visión, 2002.

CARDOSO, C. M. “*Tolerância e seus limites. Um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade.*” SP: Unesp, 2003.

CASTELLS, M. O poder da indetidade. Vol. 2. SP: Paz e Terra, 2006.

CHAGAS, M. Memória política e política de memória. In: ABREU, R e CHAGAS, M. (orgs) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos, RJ: DP & A, 2003.

CIANCAGLINI, S. e GRANOVSKY, M. Nada más que la verdad: el juicio a las juntas. La guerra sucia desde el golpe hasta las autocríticas militares. Bs As: Planeta, 1995.

COMBLIN, J. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

CONADEP, Nunca Más, Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, Buenos Aires: Eudeba, 1984.

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R (org) Aventura antropológica: Teoria e Pesquisa. SP: Paz e Terra, 2004.

DOESWIJK, A. Algunas reflexiones sobre la construcción y el uso de las fuentes orales en historia. Disponible em:

http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_atg3.html Acesso em: 09 out, 2004.

DOS SANTOS, M. S. Memoria coletiva e teoria social. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2008.

DUHALDE, E. El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica. *Bs As*: Eudeba, 1999.

FENTRESS, J. e WICKMAN, C. Memoria social. Madrid: Cátedra, 2003.

GIRON, L. S. Da memória nasce a História. In: *LENSKIJ, T. & HELFER, N.E. (Org.) A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

GORINI, U. La otra lucha: Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo II (1983-1986). *Bs As*: Norma, 2008.

GORINI, U. La rebelión de las Madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1976-1983). *Bs As*: Norma, 2006.

GROSSBERG, L. Identidad y estudios culturales: ¿no hay nada más que eso? In: HALL, S e DU GAY, P. (comps.) Cuestiones de identidad cultural. *Bs As*: Amorrortu, 2003.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo : Centauro, 2006.

HALL, S. ¿Quién necesita identidad? In: HALL, S e DU GAY, P. Cuestiones de identidad cultural. *Bs As*: Amorrortu, 2003.

HAMID, S. C. Entre a guerra e o gênero: memoria e identidade de mulheres palestinas em Brasília. Dissertação mestrado: UnB, 2007.

IBARRA, A. C. Entre la historia y la memoria. memoria colectiva, identidad y experiencia. discusiones recientes. Disponível em: <http://ignorantisimo.free.fr/CELA/docs/Ana%20Carolina%20Ibarra%20-%20ENTRE%20LA%20HISTORIA%20Y%20LA%20MEMORIA.pdf> Acesso: 1 Dez. 2008.

JELIN, E. La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina. In: ACUÑA, S., BOMBAL, I., JELIN, E., LANDI, O., QUEVEDO, L., SMULOVITZ, C. E VACCHIERI, A. Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina. *Bs As*: Nueva Visión, 1995.

JELIN, E. Los trabajos de la memoria. Madrid: SIGLO XXI, 2002.

JELIN, E e LANGRAND, V. Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. In: JELIN, E e LANGLAND, V. (comp.) Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Madrid: SIGLO XXI, 2003.

JELIN, E. e KAUFMAN, S. Los niveles de la memoria: reconstrucciones del pasado. dictatorial argentino. Bs As: Revista Entrepasados, año X, N° 20 – 21, 2001.

LA CAPRA, D. Historia en tránsito experiencia, identidad, teoría crítica. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 2004.

LANDI, O. e BOMBAL, I. Los derechos en la cultura política. In: ACUÑA, S., BOMBAL, I., JELIN, E., LANDI, O., QUEVEDO, L., SMULOVITZ, C. E VACCHIERI, A. Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina. Bs As: Nueva Visión, 1995.

LECHNER, N e GUELL, P. Memorias colectivas de la represión en el Cono Sur. Trabajo preparado para el seminario de Montevideo, noviembre de 1998.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Unicamp, 1996.

MAGNOLI, M. Da guerra fría à detente: política internacional contemporânea. Campinas: Papyrus, 1998.

MOREIRA, A. Un pasado sin historia: Terrorismo de Estado y desaparecidos en la argentina contemporânea. In: Espacio, memoria e identidad. Perspectivas y análisis de casos. Rosario: UNR, 2002.

OBERTI, A. e PITTALUGA, R. Memórias em montaje: Escrituras de la militância y pensamientos sobre la memória. Bs As:El cielo por asalto, 2006.

PADRÓS, E. **Usos da memória e do esquecimento na História**, Rev. Electrónica N 4 Literatura e Autoritarismo. O esquecimento da violência, 2002.

PADRÓS, E. Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. Tese Doutorado UFRGS, 2005.

PALERMO, V. e NAVARRO, M. La dictadura militar (1976-1983): del golpe de Estado a la restauración democrática. Bs As: Paidós, 2005.

PASCUAL, A., Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004.

PIAZZA, E e BERTIN, F. Acto, nombre, don: transmisión y herencia em la militância Argentina de los 70. In: Espacio, memoria e identidad. Perspectivas y análisis de casos. Rosario: UNR, 2002.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In:**Estudos Históricos**,vol.10,Rio de Janeiro, 1992.

PRZEWORSKI, A. Como e Onde se Bloqueiam as Transições para a Democracia? In MOISÉS, J. A. E ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.) Dilemas da consolidação da democracia. SP: Paz e Terra, 1989.

PRZEWORSKI, A. Presentació. In: ACUÑA, S., BOMBAL, I., JELIN, E., LANDI, O., QUEVEDO, L., SMULOVITZ, C. E VACCHIERI, A. Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina. Bs As: Nueva Visión, 1995.

RABOSI, E. Algunas reflexiones a modo de prólogo. In: YERUSHALMI, Y. Los usos del olvido. Bs As: Nueva Visión, 1989.

RAFFIN, M. La experiencia del horror. Subjetividad y derechos humanos en las dictaduras y posdictaduras del Cono Sur. Bs As: Del Puerto, 2006.

RICOEUR, P. La memoria, la historia y el olvido. Bs As: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RIOUX, J. P. Para una historia cultural México: Taurus, 1999.

ROMERO, L. A. Breve historia de la Argentina contemporánea, Bs As: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RONINGER, L. e SZNATDER, M. O legado de violações dos direitos humanos no Cone Sul. SP: Perspectiva, 2004.

RUIZ DIAZ, M., ADOBATO, M. A. e LEGUIZAMON, M. J. De la transmisión, la memoria y otras cosas así de complejas. Disponible em:

www.educacionsuperior.edu.ar/Congreso/Ponencias/Adobato_Ruiz_Diaz_Leguizamon.doc Acesso: 1 Dez. 2008.

SARLO, B. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. SP: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARZSTEIN, D. Historia y memoria: reflexiones acerca de la creación del museo de la memoria “Nunca Más”. In: Espacio, memoria e identidad. Perspectivas y análisis de casos. Rosario: UNR, 2002.

SMULOVITZ Organizaciones que Invocan Derechos: Sociedad Civil y Representación en la Argentina, In: *Sociedad Civil y Democracia en América Latina: crisis y reinención de la política*. RJ: Centro Edelstein, 2007.

SORGENTINI, H. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, July 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Out. 2004.

SONDERÉGUER, M. Los relatos sobre el pasado reciente en Argentina: una política de la memoria. Congreso LASA 2000. Disponible em:

<http://www.prodiversitas.bioetica.org/nota55.htm> Acceso em: 10 Out. 2004.

TODOROV, T. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós, 2000

VAZQUEZ, E. La última PRN: Origen, apogeo y caída de la dictadura militar. Bs. As: Eudeba, 1985.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VEZZETTI, H. Pasado y presente Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Bs As: Siglo XXI, 2004.

YERUSHALMI, Y. Los usos del olvido. Bs As: Nueva Visión, 1989.

ANEXO

Entrevista con Mercedes Miroño.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

Me: Yo soy Mercedes Miroño vicepresidenta de la Asociación de Madres de Plaza de Mayo. E ingrese en el movimiento cuando desapareció mi hija el 5 de enero del '78. Yo me entere de Madres por mi marido. Él llevo a casa un día y me dijo 'Porota las madres están caminando en Plaza de Mayo'. Porque él venia al centro a hacer diligencias y las veía a las madres caminando con los pañuelos blancos alrededor de la plaza. Y el siguiente jueves yo fui a la plaza ya con el pañuelo.

Fui a un negocio cerca de mi casa y compre uno de esos pañuelos que se usaban para bailar zamba que eran blancos. Y el jueves cuando fui me senté en un banco de la plaza y me puse a llorar. Hasta que vino una madre, que después nunca más la pude ver porque en ese momento éramos muchas. Y ella me dijo acá no se viene a llorar acá se viene a pelear, a luchar.

M: ¿Tuvo además de sus marido alguien más que la apoyo fuera y dentro de su familia?

Me: Algunos me apoyaron y otros se alejaron. Y los que se fueron para mi se fueron para siempre. Lo mismo que los amigos, los que me apoyaron siguen siendo mis amigos los otros no eran nada.

Yo hable siempre con mi marido y con los amigos que venían a casa siempre. Se hablaba de las cosas.

M: ¿Qué pensó que sucedería cuando volviera la democracia?

Me: Mira, creo que a la democracia recién la empezamos a conocer ahora. Porque antes hubo gobiernos constitucionales pero no hubo gobiernos democráticos. Tanto es así que los gobiernos que vinieron después de la dictadura hicieron la leyes para salvar a los asesinos. Primero hicieron una ley de auto amnistía, después en el tiempo de Alfonsín se hicieron la ley de Punto Final y la de Obediencia Debida. Que pese a que muchos radicales dijeron que antes de firmarla se cortaban las manos, yo no veo a ninguno manco. Y la ley sin embargo existió.

Yo en ese momento me sentí mal. Aunque yo ya no le tenía mucha confianza a los radicales porque sabíamos que eran los que habían ido a golpear a los cuarteles pidiendo el golpe. Y Alfonsín como hizo la ley de Obediencia Debida no tuvo más remedio que hacerle juicio a los comandantes. Que fue un juicio mentiroso, donde a ellos es decían señor comandante, señor general, y cuando hablaban de nuestros hijos

decían ‘los terroristas’ o los ‘subversivos’. Quiere decir que los que realmente eran juzgados eran nuestros hijos. Además de que no fueron 30 mil desaparecidos, sino que son más de 45 mil. Y se hizo un juicio por 700 nada más.

Y no hubo ninguna multinacional como la Ford o la Mercedes Benz, o como el ingeniero Ledesma o como ninguno de los que estuvieron prestando sus galpones para torturar a nuestro hijos que fueran puestos en juicios. Y fíjate vos la ironía que de la primera junta militar a Agosti le dieron cuatro años nomás. Y esos nunca estuvieron en la cárcel porque se hicieron un chalet fuera de la cárcel. Así que fue todo una mentira.

M: ¿Y que significa entonces para usted el informe de la Conadep?

Me: Nosotras no queríamos la Conadep de ninguna forma. Magdalena Ruiz Guinazú estuvo siempre en contra de nuestros hijos y estaba en la Conadep. Sábado por ejemplo era un tipo que estuvo con la dictadura y que incluso decía que hablar con Videla era un placer. Una persona tan culta y reconocida. E incluso tuvo un debate con Osvaldo Bayer por eso.

M: Entonces bajo ningún punto de vista usted ve a la Conadep como algo positivo o algo que las favoreció aunque sea un poco.

Me: No, en la Conadep figuran los nombres de nuestros hijos que los agarraron de todos los organismos de donde tenemos hechas las denuncias. En ese informe no está el nombre de ningún asesino. Y para empeorar las cosas ahí fue que hicieron la Teoría de los dos demonios que ahora la sacaron en el nuevo libro que salió. Pero no porque quisieran sino porque no les quedó más remedio. Porque había gente que quería que el país estuviera mejor y a esos los llamaban subversivos. Cuando en realidad los subversivos fueron ellos que se levantaron contra un gobierno constitucional.

M: ¿Y se acuerda de que le paso o cómo fue la cuestión de los indultos?

Me: Bueno, después de las leyes de Punto final y de Obediencia Debida eso era esperable. Mira lo que te voy a decir, si primero hubiera asumido Menem hubiera hecho lo que hizo Alfonsín. Y Alfonsín lo que hizo Menem. Porque ellos fueron cómplices de la dictadura militar. Como también lo fue la iglesia Católica Apostólica y Romana como institución. Porque ellos no pidieron ni por Monseñor Angelini ni por monseñor Ponce de León, ni por los curas palotinos, ni por las monjas francesas, ni por tantos curitas que estaban trabajando en las villas como Jesucristo decía.

M: ¿Usted se sintió desilusionada, perdió la ganas de pelear a partir de estos reveses digámosle?

Me: Las Madres nunca bajamos nuestra consigna que es aparición con vida de los desaparecidos. Porque nadie se hizo cargo, por eso a nosotras no nos pueden dar dinero por la vida. Somos el único organismo que no ha aceptado dinero por vida. La vida no tiene precio, sino que vale única y exclusivamente vida. Además te hacían firmar que tu hijo había fallecido hipotéticamente en tal fecha. Quiere decir que lo estabas matando vos no ellos. Porque ellos no se han hecho cargo, y eso nos parece inmoral. Por esa razón eso nos dio más fuerza a nosotras. Y a mí personalmente me dio mucha más energía y fuerza para seguir.

M: ¿De que actitudes que tomo el movimiento a partir de eso usted participo?

Me: Bueno nosotras socializamos la maternidad. Es decir que nos hicimos madres de los 30 mil desaparecidos y sacamos de nuestros pañuelos el nombre de nuestros hijos. Eso lo hicimos hace bastante, cuando muchas madres no reivindicaban a sus hijos. Porque a nosotros nos parecía injusto que los únicos que se supieran quienes eran fueran los hijos de las que seguíamos luchando. Por eso somos madres de los 30 mil, porque todos luchaban por lo mismo. Por todos esos pedimos y seguimos luchando.

Y en este momento las madres creemos que los juicios aunque sea tarde se deben de hacer. Pero para eso están los abogados, nosotras tenemos que hacer lo que querían nuestros hijos. Por eso estamos haciendo escuelas. Estamos en la villa oculta que la gente le llamaba porque habían colocado una valla para que no se vea; y ahora la gente la llama de ciudad luz. Estamos entregando vivienda. Y yo de todas esas acciones de ahora y de las de antes participe.

M: ¿Y de las marchas de la Resistencia?

Me: Las marchas de la resistencia la iniciamos la Madres ningún otro organismo estuvo con nosotras. Estuvimos solas. Nos apagaron las luces en la plaza de Mayo y éramos setenta madres con algunos padres. Entre ello estaba mi marido en esos momentos. Y en ese momento había más policías que madres, y ello nos insultaban. Pero nosotras caminamos veinticuatro horas, y estábamos con las piernas lastimadas y demás. Solo al mediodía vinieron, cuando vieron que no había pasado nada, los otros organismos.

Y nosotras hicimos la ultima marcha de la resistencia, la numero veinticinco y paramos. Porque la marcha era para resistir contra el enemigo que estaba en la casa de gobierno, pero hoy el enemigo no esta ahí. Por lo tanto paramos las marchas de la resistencia hace dos años. Porque como te dije este es el primer gobierno democrático.

M: Pero aun se siguen haciendo las marchas de la Resistencia. Por lo menos es lo que me informaron en el grupo de Madres de Línea Fundadora. Que fue el que surgió cuando se separaron.

Me: No, nosotras no nos separamos. Sino que cuando vino lo que nosotras llamamos democracia y empezaron a pagar dinero la asociación por mayoría con las madres también del interior del país decidieron no cobrar dinero por las vidas. Las que quisieron cobrar se fueron de la asociación. Por eso no hubo una separación, las que quisieron cobrar se fueron mientras nosotras nos seguimos quedando.

Ellas se fueron porque cobraron y porque querían puestos políticos. Tanto es así que por ejemplo Graciela Fernández Mejide nunca fue a la plaza. Y tiene un hijo desaparecido pero nunca fue a la plaza. Por más que diga que tiene un pañuelo blanco guardado en un cajón, nunca fue a la plaza.

M: Leí en uno de sus folletos que ustedes están contra las exhumaciones. Me puede explicar por qué eso.

Me: Si nosotras estamos en contra porque a nuestros hijos se los llevaron vivos de nuestras casa, del trabajo, de la calle. No tenemos porque aceptar huesos. Ellos eran hermosos, luchadores, trabajadores, amaban, cantaban, eran solidarios. ¿Y yo los voy a dar por muertos si nadie se hizo cargo? Yo quiero saber quien lo mato, donde esta. Y después de eso hablamos.

Y te digo más, las madres no estamos de acuerdo con la pena de muerte. No queremos la pena de muerte para los asesinos. Porque ellos son los asesinos, nosotras no. Nosotras luchamos por la vida.

M: ¿Cuál es la relación, si existe, entre este grupo de Madres y otros grupos de afectados por la dictadura como Abuelas, HIJOS, familiares?

Me: Ninguna, nosotros no tenemos ninguna relación con ellos. Si hay muchos hijos trabajando con nosotras pero con al asociación no hay ninguna relación.

Y te voy a dar un ejemplo de porque eso. El caso de Balza que ahora van a probar que era un asesino con la cuestión de Río Cuarto. Porque el estaba en la triple frontera donde a nuestros hijos los agarraban y los mataban por el operativo Cóndor. Y los demás organismos salieron a decir que él era un caballero y democrático.

M: ¿Y cuál es la relación con el gobierno del Kischner de este movimiento?

Me: Nosotras no tenemos partido político, pero no cabe duda que hacemos política. Mas no hacemos política partidista. Apoyamos lo que hace bien el gobierno y criticamos lo que hace mal. La relación con este gobierno que fue el único que abolió las leyes

vergonzosas de lo que se llamo democracia es una mejor relación que con los otros. Porque este gobierno es una cosa distinta. Además fue este gobierno el que puso al frente del Ministerio de Defensa a una mujer que descabezo las Fuerzas Armadas. Ella saco a muchos generales asesinos y los mando afuera, e investigo las cosas que se denunciaban. Hizo cosas completamente distintas. ¡Fuera de que sabes lo que debe ser para un milico que una mujer lo mande!

M: ¿Cuál es su opinión de los juicios por la Verdad?

Me: De eso prefiero ni hablar, porque me parecen ridículos. Como un tipo va a decir yo mate, yo torture y después se va a su casa. Y que el juez le diga buenas tardes y lo deje libre, mientras vos escuchas eso. ¿De que verdad me están hablando? ¿Les digo donde están o que hicieron con sus hijos? ¿Les dijo en que lugar están? Nunca se escucho la verdad ahí. Esos fueron los juicios de la mentira.

M: ¿Qué significa para usted la declaración del 24 de marzo como feriado?

Me: Nos parece bien si se mantiene como lo pedimos. Que sea una fecha en la cual en las escuelas se tenga que hablar de eso. Porque si se habla dentro de 50 o 60 años se miente. En cambio en estos momentos aun estamos viva la gente que lo sufrimos. Por lo tanto vamos mucho a las escuelas a dar charlas y demás. Si son chicos se les explica como a chicos, pues tampoco es la cuestión de crearles una imagen terrorífica a las criaturas. Hay que saber como hablarles. Y también vamos a las escuelas secundarias y a las universidades.

M: Y el hecho de que la Esma se convierta en museo usted como lo ve.

Me: No nosotras no queremos museos. Nosotros tenemos en la Esma una escuela de arte todos los fines de semana, también hay un coro que va a cantar del cual Teresa Parodi esta al frente. Hoy a las ocho de la noche podes ver el programa que hace Hebe por la emisora de las madres que es la 530 la primera de la izquierda. Hebe ahí tiene un programa de ocho a diez y ahí va a ser todo un reportaje hoy de la vida de Teresa Parodi.

Nosotras estamos en desacuerdo con los museos porque los museos son muerte, lo ves una vez y no lo quieres ver más. Y nosotros no queremos eso. por eso nosotros allá en la Esma tenemos un espacio cultural, y el día que entramos fuimos poniendo flores por todo el camino. Porque nosotros ponemos vida y no muerte. Y hubo gente que pinto lo que quiso y todo eso se puso en un panel que quedo allá también.

M: ¿Ustedes ahora se sienten más apoyadas por la sociedad que antes?

Me: Hay de todo. Hay gente que no quiere que se sepa nada. Los medios de comunicación te dicen que eso ya paso. Y eso no paso, estamos sufriendo las consecuencias. Yo tengo bisnietos que no tienen abuela y preguntan por ella. Y ven una fotografía de ella joven. Y los chicos que no tienen abuelos sufren mucho. Porque los abuelos tienen la obligación de malcriarlos. Así que no paso esta latente.

M: ¿Qué es lo que cree entonces que debería recordarse de la dictadura?

Me: No hay que olvidarse de nada de eso. Porque si los pueblos se olvidan se vuelve a repetir el mismo error. Yo creo que al asesino hay que llamarlo asesino, y como asesino tiene que estar en una cárcel común. Y no en su casa porque es viejito. Porque ahora lloran cuando le hacen juicio.

Por eso nosotras creemos que tienen que estar presos como cualquier asesino, y no en su casa o en un cuartel que es como su casa. Como el caso de Videla que lo trasladaron al Campo de Mayo.

M: Una última pregunta, ¿el pañuelo lo siguen usando?

Me: Si, el pañuelo es la representación de nuestros hijos pero le sacamos el nombre cuando socializamos la maternidad. Cada una le saco el nombre de nuestros hijos y en su lugar le pusimos 'aparición con vida de los desaparecidos'. Y no porque seamos tontas y creamos que están vivos, sino porque queremos saber donde están y que hicieron con ellos. Nosotras queremos saber, porque ellos tienen todo, estamos seguras de que ellos saben todo. Pero los gobiernos constitucionales que vinieron después les permitieron tapar todo.

M: ¿Usted sabe como surgió la idea de los pañuelos?

Me: La idea surgió antes de la marcha a la virgen del Lujan que se organiza en octubre y todavía se sigue haciendo todos los años. Y a esa marcha va mucha gente, muchos jóvenes. Y como las madres queríamos que se supiera de los desaparecidos, porque no se hablaba nada de ellos decidimos ir para que nos conozcan. Pero como no nos conocíamos entre todas nosotras y nos teníamos que reunir en distintos lugares se barajaron distintas posibilidades. Y alguien dijo un pañuelo, pero ahí se pregunto de que color. Y en nuestra época la primera muda de nuestros hijos, cuando el pañal era de gasa lo lavábamos y se guardaba. El pañal, la batita, la faja todo eso se guardaba. Y entonces una dijo un pañal, y por eso el primer pañuelo de las madres fue el pañal de nuestros hijos. Y después cuando le pusimos el nombre o algunas le ponían las fotografías hicimos los pañuelos. Y ya ahí decían Asociación de Madres de Plaza de Mayo. Yo creo que eso fue aproximadamente para el año '80 ya.

M: ¿Y usted empezó con el pañuelo o con el pañal?

Me: Yo con el pañuelo, porque cuando empezaron con el pañal mi hija aun no estaba desaparecida. Incluso ella desapareció después que desaparecieron la madres.

Entrevista com Buscarita Roa

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

B: Bueno, mi nombre es Bucarita Roa y tengo desaparecidos a mi hijo y a mi nuera. Yo empecé a buscarlos el 28 de noviembre del '78.

M: ¿Y cómo fue que comenzó su búsqueda?

B: Bueno, yo empecé en madres como todas. En realidad la historia de todas es muy parecida, todas comenzamos al principio en Madres.

M: ¿Cómo conoció al grupo de Madres?

B: Yo llegue porque salí a buscar a mi hijo como todas. Sola, con mi familia. Buscando en muchos lugares. Y sin en ninguno de ellos obtener respuestas. Y así al no tener respuestas me di cuenta que en la Plaza de Mayo había un grupo de madres. Y hacia ahí fui. Me acerque, converse con ellas; y allí conocí a unas de las madres que fue quien me dijo 'quedate acá, que entre todas vamos a salir a buscar'. Desde ese momento todos los jueves empecé a ir a las rondas y algunas veces iba a las reuniones que organizaban.

Yo no podía ir a todas las reuniones porque yo trabajaba en esos momentos.

M: ¿Y, cómo fue que entro en Abuelas?

B: Bueno, Abuelas surgió cuando surgieron todas las abuelas. Una madre un día pregunto quien tenía nietos y yo tenía nieto. A partir de entonces por eso yo me junte con ella y formamos el grupo de Abuelas.

M: ¿Entonces usted fue una de las fundadoras de Abuelas?

B: No, no soy de las primeras porque yo llegue en el '78 y el grupo de Abuelas se había formado en el '77.

M: Usted ingreso entonces en el grupo de Madres después de la desaparición de algunas de ellas, como por ejemplo de Azucena. ¿No le dio miedo?

B: No, porque yo creo que cuando te pasa una cosa así. De tener un hijo desaparecido, una nieta, una nuera, no te medís.

M: ¿Qué esperaba que pasara cuando volviera la democracia? ¿Cuáles eran sus expectativas?

B: Yo creo que ya expectativas no había, creo que la única ilusión que había era que se pudieran hacer las cosas con un poco más de confianza, de estar un poco más libre para poder hacer las cosas. Porque en el tiempo de la dictadura uno estaba todo el tiempo haciendo las cosas casi a escondidas, no se podía hablar mucho, las conversaciones eran

en claves. Tratábamos de ver como podíamos hacer para hablar. Y como se tenía más hijos tenía que ocuparme de ellos. Además trabajaba. Y fue una cosa difícil, en ese momento las cosas eran difíciles, pero uno las hacía porque necesitaba. Ahora es más fácil hacer las cosas.

M: ¿Y cómo recuerda, o qué recuerda de la Conadep?

B: Bueno, la Conadep fue una de las cosas que realmente ayudó a que todo estuviera escrito. A que hubiera una carta de presentación en donde se mostraba, se decía esta persona y esta, y esta, están desaparecidas en tal año, en tal fecha. O sea fue lo que legalizó todo lo que tenía que ver con las desapariciones. Un poco fue lo que legitimó nuestros reclamos, porque hasta entonces desde el Estado no había nada.

M: ¿Usted ve que la conformación de la Conadep fue algo positivo entonces? Tal vez más que la conformación de una comisión Bicameral que se pedía en aquel momento.

B: No, bueno. Mira la Conadep fue algo que nos ayudó mucho a nosotros. Fue algo muy positivo e importante. El informe que la comisión entregó fue una cosa muy impactante. Vos imagínate que los que entregamos el informe necesitábamos entregar algo que realmente pudiera dar una veracidad de lo que estaba pasando, de lo que había pasado.

M: ¿Usted entonces participó de la Conadep? ¿Fue un miembro de ella?

B: No, yo solo di mi testimonio a la Conadep.

M: ¿Después de la entrega de este informe cómo sintió, cómo vivió las leyes de punto final y de obediencia debida que se enunciaron?

B: Y bueno en ese momento las leyes se vivieron con gran alegría, pero una alegría pasajera. Porque para nosotros en ese momento fueron de gran ayuda, pues tuvimos el juicio a los comandantes. Pero después de ese juicio todo quedó medio detenido, y nosotros queríamos que siguieran.

M: ¿Usted asistió a los juicios? ¿Qué recuerda de ellos?

B: Y mira aun eso a veces me sensibiliza. Porque nosotras estamos hablando de eso constantemente, y aun es doloroso. A veces mis hijos me dicen que pare, que descansa, qué para qué sigo hablando de eso. Porque es remover una cosa dolorosa. Pero yo soy una de las abuelas más jóvenes, y tengo que hacerlo porque hay muchas que ya están muy viejitas. Y por eso viajo toda vez que puedo a las invitaciones que nos hacen.

Para mi ir al juicio de los comandantes fue algo importante, algo que tenía que hacer. Yo en ese momento trabajaba, como lo hice durante la dictadura también. Y en mi trabajo nadie sabía hasta ese momento que a mi se me había desaparecido un hijo, un nuera y una nieta. Porque yo trabajaba en presidencia de la nación que era donde

estaban todos los militares. Así que trataba de que no se supiera. Trabajaba como de incógnita, sin decir nada de lo que pasaba en mi vida. Qué se yo en ese momento trataba de que no supieran de mi vida, después me di cuenta que ellos ya sabían todo de mi vida. Esa fue la diferencia entre lo que yo pensaba antes y lo que me entere después. Yo quería y me esforzaba para que no supieran nada, creyendo que así ellos no sabían. Pero en realidad ellos ya sabían todo.

Aunque la verdad que en el trabajo aunque no trataba de ocultarlo, tampoco buscaba de comentarlo. Porque yo dejaba mi mochilita en la puerta de calle y cuando salía la agarraba y salía a buscar. Así fue que mis compañeras de trabajo y la gente que me conocía la verdad es que no sabían lo que me pasaba. Se enteraron cuando fui al juicio de los comandantes y aparecí en la televisión, en los diarios. Fue ahí también donde se entero todo el mundo de que yo tenía personas desaparecidas.

M: ¿Y qué pensó en el momento en que supo del fallo, de las diferencias en las sentencias?

B: Por un lado el juicio fue positivo, pero uno no pudo verlo finalmente de muy buena forma porque el fallo no tuvo nada que ver con las expectativas que teníamos. Nosotros queremos, y queríamos juicio y castigo para los culpables. Y pretendíamos penas más duras, las máximas penas que se les pudieran aplicar eso queríamos. Por eso nos sentimos decepcionadas. Todo lo positivo como que se vio manchado. Esperábamos más, otra cosa.

M: ¿Qué actitud tomo el movimiento a partir de este hecho? ¿De cuáles de esas actividades usted participo?

B: Mira las Abuelas hace mucho que ya se habían movilizado, que estaban viajando al extranjero, que estaban haciendo muchas cosas. Acá nadie se quedo sentado en su casa, todo el mundo salio y peleo, y busco. Y algunas Madres tuvieron la posibilidad de viajar al extranjero para contarle al mundo lo que pasaba. Mientras tanto las Abuelas por supuesto se pudieron conectar con personas de la genética para hacer el Banco nacional de datos genéticos que para nosotras es muy valioso y nos a ayudado tanto.

Ahora yo viajo mucho, en ese momento no viajaba. Porque lo que paso fue que durante los años que busque no estaba disponible todos los días. Pues yo trabajaba, tenía hijos y estaba separada. Y por eso yo daba la ronda los jueves y de vez en cuando me iba a la sede. Pero después de eso nada.

Eso fue así hasta que encontré mi nieta en el año 2000, a los 22 años. Ahí yo hice como un compromiso y me dije 'si yo encontré a mi nieta ahora voy a colaborar con las abuelas en todo lo que pueda'. Y desde entonces empecé a venir todos los días, y cada vez más seguido. Fue una cosa que se fue dando, después yo me jubile y ahora viajo mucho en representación de Abuelas.

M: ¿Por qué el hecho de encontrar a su nieta no la aparto del movimiento, sino que la hizo participar más activamente?

B: Porque fue un poco la forma que encontré de agradecerles pues todas me habían ayudado mucho, y todas trabajaron mucho por esto. Además la gente ha ido envejeciendo y se ha ido enfermando, por lo que quedamos pocas que podemos movernos. Así que ahora me toca a mí hacerlo por ellas.

M: Pensando en eso, usted que cree que va a pasar con el movimiento. ¿Va a continuar?

B: Nosotros tenemos un estatuto en Abuelas que dice que el movimiento cuando no quede ninguna abuela más van a continuarlo nuestros nietos. Ellos son quienes van a continuar con nuestra tarea. Porque ojala nosotras pudiéramos encontrar a nuestros hijos y nietos. Aunque sea que una vea a todos, pero como no va a ser así porque faltan como 400 nietos. Yo creo que ellos como dicen van a seguir buscando 'a sus hermanos'. Porque para ellos todos los que faltan son como sus hermanos, aunque no lo sean biológicamente. Ellos como que se ven así.

M: ¿Y cómo es la relación con los otros grupos?

B: Bueno, yo tengo muy buena relación con los grupos de familiares, de HIJOS, de hermanos, de tíos, de Madres Línea Fundadora. Con la señora Hebe no porque desgraciadamente la señora no quiere tener relación alguna con nosotras. Pero con el grupo de madres que sigue junto con Hebe cuando nos vemos nos saludamos.

M: ¿Usted continúa yendo a la ronda los jueves?

B: No, porque las Abuelas no vamos a la ronda los jueves. Las que van son las Madres.

M: ¿Y el pañuelo blanco lo usa?

B: No las Abuelas no usamos mucho el pañuelo blanco. Lo usamos a veces en la ronda de la plaza o cuando es el aniversario en marzo. O por ejemplo yo cuando en algún colegio quieren que me lo ponga para presentarme a los chicos. Lo llevo por eso en mi cartera y cuando los chicos me preguntan o me lo piden me lo pongo. Sino yo no me lo pongo, porque estamos muy viejas para andar aun con pañuelos.

M: ¿Entonces cuando usted empezó a participar en Abuelas se saco el pañuelo?

B: No, nosotras usábamos el pañuelo. Hasta que dejamos de participar en las rondas. Porque el pañuelo es un símbolo, por eso lo usamos cuando lo necesitamos. Pero como las Madres siguen dando la ronda ellas lo siguen usando.

Las abuelas lo usamos cuando cumplimos años el 24 de marzo, y vamos a la marcha de la resistencia.

M: ¿Por que dice que cumplen años el 24 de marzo? ¿Ese día se creo Abuelas?

B: No, no es que nosotras cumplimos años. Es que es el aniversario del golpe de Estado. Y nosotros ese día cumplimos año de lucha.

M: Una de las preguntas de la entrevista que tenia para hacerle hace referencia eso. ¿Qué significado para usted la declaración del 24 de marzo como feriado nacional?

B: Yo creo que es muy importante. Porque en todos los países del mundo hay días patrios, muchos aniversarios de algo. Y creo que el aniversario del 24, del aniversario del golpe no puede ni debe olvidarse. Porque nosotros estamos buscando una generación, una generación de la cual a lo mejor cuando se encuentren a los últimos nietos ya va a ser la cuarta generación. Y va a ser bueno que cuando vean el calendario se pregunten porque esa fecha es feriado. Y ahí lo padres le van a explicar el por qué.

M: ¿Y cuál es para usted en ese sentido la importancia de que el Atlético, la Esma, y otros Centros Clandestinos de Detencion se conviertan en museos?

B: Para mi eso fue algo maravilloso. Porque yo la verdad es que soy chilena, y en Chile no se si sabrás hubo un genocidio terrible también. y el estadio nacional en Chile aun sigue siendo un estadio de fiesta, de cosas de fútbol, de acontecimientos felices. Siendo que ahí torturaron y mataron gente, y eso no se recuerda. Por eso para nosotros lo de la Escuela de Mecanica de la Armada es realmente haber tenido un logro muy grande. Y por eso le estamos agradecidas a presidente Kischner por todo lo que ha hecho.

M: La relación con el gobierno de Kischner es buena entonces?

B: Si, es muy buena. Muy diferente de la relación con los anteriores. La presidenta y su marido son incondicionales con todos los organismos de derechos humanos. Lo mismo no se puede decir de los otros.

M: ¿Han cambiado los objetivos de este movimiento desde el inicio hasta ahora? ¿Se han modificado, agregado algunos de ellos?

B: No, acá los objetivos siguen siendo los mismos. La única diferencia que hay es que ahora tenemos nietos y tenemos hijos nuestros que ahora ya son adultos. y seguimos haciendo cosas se a hecho el teatro pro la identidad, la música por la identidad, programas de televisión, publicidades, películas. Los años nos han ayudado, la gente

nos ha ayudado a que esto se una cosa mayor, más conocida. La gente joven nos ayuda a seguir.

M: ¿Qué es lo que usted recuerda de la dictadura? ¿Qué es lo que no se debería olvidar?

B: De la dictadura hay que recordar todo. Todo lo que sucedió. Porque no puede olvidarse nada. Porque los que desaparecieron no fueron pajaritos sino personas. Y si hubieran sido pajaritos de cualquier forma habría que recordarlos. Porque acá los que desaparecieron fueron personas, personas que estudiaban, personas que trabajaban, personas pensantes, personas que tenían ideales, que tenían sueños, y que pensaban en un mundo mejor.

M: ¿Usted escribió algo para su hijo, su nuera o su nieta?

B: Bueno, yo la verdad que de escritora no tengo nada pero me ayudo un poco con lo que escribieron otros escritores. Entonces con eso le escribí unas cartas a mi nieta cuando recién la encontré, en las que también le mande algunos poemas de Mario Benedetti que le gustaban recitar a su mamá y su papá. Y ahora por ejemplo que han escrito un libro en el que esta la historia de ella, el libro se llama como uno de los poemas que yo le regale a ella.

Entrevista com Raquel Marizcurrena.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

R: Bueno, yo soy Raquel Marizcurrena. Y no ingrese en el grupo, sino que soy una de sus fundadoras. Y antes de Abuelas fui fundadora de Madres que se fundo un 30 de abril de 1977. Ese día 14 madres empezamos a ir a la Plaza los sábados, pero como nos dimos cuenta que ese día no había nadie en la casa de gobierno lo cambiamos por los jueves. Y de ahí empezamos a ir todos los jueves, y así fue que se fundo Madres.

M: ¿Qué las impulso a fundar Madres?

R: A partir de la desaparición de nuestros hijos cada una de nosotras nos fuimos dirigimos individualmente en primer lugar al Ministerio del Interior. Ahí es donde nos dieron una tarjeta para que fuéramos nuevamente cada quince días. Y así en esos días en que íbamos hasta allá nos fuimos conociendo y saliendo a la plaza. Porque la plaza queda enfrente a la casa de gobierno donde estaban los militares todavía. y de ahí nos corrían, nos tiraban los caballos encima.

M: ¿Y ustedes desde el inicio empezaron a hacer la ronda? ¿Cómo surgió esa idea?

R: No, al principio no. Fue después de que fuimos al Ministerio del Interior. A la salida de ahí íbamos a manifestarnos a la Plaza.

M: ¿Abuelas cómo se fundo?

R: Y Abuelas también se fundo en la Plaza. Estábamos un día dando vueltas a la plaza como madres cuando una madre que estaba dando la vuelta junto con nosotras salio de la marcha y empezó a preguntarnos si había alguna madre o suegra que supiera que se habían llevado a la hija o nuera embarazada. En ese momento salimos de la ronda 11, y contándola a ella que ya estaba afuera sumábamos 12. Fue así que se fundo Abuelas.

Nos empezamos a juntar, a hacer una carpeta con los poquísimos casos que teníamos. Porque pensábamos en ese momento que éramos las únicas, poquísimas. Pero en realidad éramos una barbaridad, tanto que ya encontramos 95 chicos aunque nos faltan aun 450.

Nuestra preocupación al principio era donde iban a nacer las criaturas, cómo. Por eso empezamos a visitar casa cuna, orfanatos. O sea todos los lugares donde vos te podías imaginar que podían dejar a una criatura.

M: ¿Y cómo fue la separación de Madres?

R: No todos los organismos seguimos unidos, excepto el de Hebe. Y no es que nosotros nos hallamos separado de ella, sino que fue ella quien se alejo de nosotras. Ella no nos quiere a nosotras concretamente.

M: ¿Y usted tenía alguien con quien hablar? ¿Su familia la apoyaba?

R: Si, yo tenía a mi esposo y a mi otro hijo que tenía 15 años en ese momento. Además del apoyo de mis familiares, de mis hermanas, de toda la familia. Siempre tuve el apoyo de ellos, y de muchos amigos también.

Porque a mi hijo y a mi nuera se lo llevaron un 10 de octubre de 1976. Ese día mi hijo cumplía 24 años. Cuando estábamos en la fiesta celebrándolo se presentaron seis personas vestidas de civiles pidiéndoles a mi nuera y a mi hijo una caja de libros que ellos tenían, que les habían llevado. Y entonces mi nuera abre un armario y saca la caja de libros, y se la entrega a uno de ellos. Ahí otro de estos hombres dice ‘nos tenemos que llevar a los chicos para averiguaciones señora’. Supuestamente dijo que los llevaban acá a la Comisaría 34 para hacer un careo con otro matrimonio, otra pareja. Y a mi me dijeron, ‘bueno Raquel no se haga problema mire que dentro de dos horas los tienen de vuelta’. Porque yo y mi consuegra nos habíamos largado a llorar enseguida. Y esas dos horas se convirtieron en casi 32 años en los cuales aun no aparecieron.

M: ¿Y ustedes por qué se largaron a llorar?

R: Yo sabía más porque leía los diarios y ya habían empezado a salir algunas informaciones sobre las desapariciones. Y nosotras nos largamos a llorar porque sabíamos que ellos estaban metidos en política. Por eso después de que se los llevaron fuimos a hacer la denuncia, porque yo vivía a una cuadra de la comisaría. Pero no nos quisieron recibir la denuncia. Y al otro día nos enteramos que toda la manzana había estado tomada por si se escapaban los chicos. Pero no fue así, los chicos fueron con ellos tranquilamente.

M: Y cómo es la relación con los sobrevivientes?

R: La relación con los sobrevivientes es buenísima, ellos nos han ayudado con sus testimonios, aportando datos.

M: Recuerda que esperaba que sucediera cuando llegara la democracia. ¿Pensó que el movimiento se iba a desintegrar? ¿Qué se imaginaba que pasaría?

R: No, nosotras no pensamos en desintegrar el movimiento hasta que no encontremos al último nieto. Eso jamás, eso no va a pasar nunca. Hasta que no encontremos al último nieto no vamos a cerrar la casa. Y aunque nosotros no estemos ya porque estamos viejas queda mi otro hijo, queda mi familia. Acá hay mucha gente que nos ayuda. Todos los

nietos restituidos están trabajando acá, y van a seguir con la casa. El movimiento de Abuelas va a seguir aunque ya no halla más abuelas hasta que no encontremos al último de ellos.

M: ¿Y con la llegada de la democracia que esperaba que sucediera entonces?

R: Y en cuanto a lo que esperábamos con la llegada de la democracia, nosotras creíamos que todo iba a cambiar. Teníamos mucha fe en Alfonsín. Confiábamos muchísimo en Alfonsín. Pensábamos que él iba a solucionar todo. Pero no fue así, nos defraudó. Le tuvimos mucha fe.

M: ¿Qué recuerda de la Conadep?

R: La verdad es que de la Conadep no recuerdo mucho. Muy poco me acuerdo de ella. Porque quien iba más a la Conadep, quien se entrevistaba más con ella era mi consuegra, la mamá de mi nuera. Yo estaba más apagada a Abuelas, a Madres. Y por eso como que nos dividíamos mucho el trabajo.

M: Le pregunto por la Conadep porque en ese momento los grupos de Derechos Humanos estaban pidiendo por una Comisión Bicameral para que investigara.

R: Yo eso no te lo puedo informar. Lo que te puedo decir es que para nosotras a Conadep fue una cosa positiva porque se supo muchas cosas. Y sirvió y sirve para que se conozca lo que paso.

M: Y respecto al informe de la Conadep, qué recuerda. ¿Había allí información que usted desconocía? ¿La sorprendió? ¿Qué recuerda?

R: Sí la verdad que hubo muchas cosas que yo no sabía, ni me imaginaba.

M: ¿Y respecto al Juicio a las Juntas que vino después? ¿Cómo los recuerda?

R: Yo nunca fui a ninguno de los juicios. Nunca me llamaron, y nunca quise ir. La verdad es que mi familia nunca me dejó ir a ningún juicio. Porque a mi me hace muy mal, y hasta ahora yo estoy con tratamiento para el corazón. Entonces por cuestiones de salud no fui.

Y además después del fallo, qué quieres. Yo pienso que además de ser juzgados ellos, deberían haber sido juzgados nuestros hijos. Y no que ellos hicieran lo que hicieron con ellos, hacerlos desaparecer. Nuestros hijos tenían los mismos derechos que esos que son juzgados. Deberían haberlos llevado presos y colocado en una cárcel y haberlos juzgados como ellos fueron juzgados.

M: Y cuénteme cómo surgió lo de los pañuelos blancos.

R: Eso no es de Abuelas, es de Madres. Eso es solamente de Madres.

M: Entonces usted tenía pañuelo blanco cuando participaba en Madres y se lo saco cuando paso a Abuelas.

R: Si, fue así. Nosotros en Abuelas tenemos un pañuelo blanco con el logotipo de Abuelas pero no lo usamos. Usamos el botón distintivo en el pecho, eso es lo que nos distingue.

M: ¿Usted continua haciendo la ronda de los jueves?

R: No, ya no porque tenemos mucho trabajo acá adentro. Y además somos muy pocas. Todos los días somos dos o tres nada más. Somos muy poquitas y es mucho trabajo.

M: ¿Y cómo se sintió en el momento que se enunciaron las leyes de punto Final y obediencia debida?

R: Lo sentí como una derrota, me amargue mucho. Porque nosotras esperábamos mucho de él.

M: ¿No se desanimó?

R: No! A nosotras no nos desanima nada, eso es imposible. No nos desanima nada y menos eso. Al contrario nos da más fuerza para seguir luchando.

M: ¿Y cuál fue la actitud de este movimiento en ese momento? ¿De cuales usted participo?

R: La verdad es que seguimos como siempre, como normalmente. Trabajando duro, pero trabajando.

M: ¿Cuál es el trabajo de Abuelas exactamente?

R: El trabajo de Abuelas ahora es muy simple, porque ahora estamos acá. Pero antes cuando recién habíamos empezado era muy duro, porque hacíamos todo nosotras solas. Hacíamos todas las investigaciones, todo, todo nosotras solas. Ahora no. Ahora tenemos nuestros hijos, tenemos un equipo de investigaciones, equipo de abogados, de antropólogos. Tenemos muchos equipos que trabajan.

M: Y qué le paso cuando se dieron los indultos?

R: No de Menem no hablemos, mejor no hablemos. Ese quedo borrado de nuestra memoria.

M: Y respecto a esa política o idea que plantearon tanto Menem como Alfonsín de buscar la reconciliación nacional? ¿Qué opinó? ¿Qué pensó en ese momento?

R: Que están locos, eso es lo que pensé. Porque eso no va a poder ser nunca. Porque como pueden pedirnos que nos reconciliemos con ellos. Con esos que se llevaron a nuestros hijos y nuestros nietos. Yo no sé donde están los restos de mi hijo y mi nuera.

Te voy a contar un caso que me paso a mi. Enfrente de mi casa en Martinez vivía el gobernador de Tierra del Fuego en esa época en el '76. Y cuando se llevaron a mi hijo mi marido fue a hablar con él, y también el hijo de él hablo con su padre. Porque el hijo del gobernador era muy amigo de mi hijo, y este chico le pidió al padre que hablara con Arindegui. Y este último le dijo, al gobernador de Tierra del Fuego en el '76, no te metas porque vos también podes desaparecer. Y el gobernador era un milico, un marino. Pero bueno a los cinco años de esto, el hijo del gobernador amigo de mi hijo se mata en una moto. En realidad se quiso matar porque fue derecho de frente a un camión para matarse. Y a los pocos dias de esto el gobernador se cruza y toca el timbre de mi casa para decirnos cuando salimos con mi esposo 'ahora yo también me quede sin mi hijo'. Yo le conteste que no era lo mismo, porque 'usted tiene donde llevarle flores' y nosotros no tenemos donde llevarle flores. Le dije además 'ustde tienen el panteón naval para llevarle flores y nosotros no tenemos cementerio adonde llevar flores'. Y ahí dio media vuelta y se fue.

M: ¿Qué sintió usted cuando desaparecieron las primeras madres? ¿Aun estaba en Madres?

R: No, yo ya estaba en Abuelas. Pero me impacto mucho, fue terrible. Mas con Azucena Villafior que fue muy amiga y muy compañera nuestra. Porque con Azucena íbamos a todos lados, cada 15 días recorríamos la Plata de par en par para ver si encontrábamos algún dato de adonde estaban los chicos. Comisarías, ejércitos, todo cada 15 días.

Y yo no desaparecí porque a la solicitada yo la había firmado el día anterior en el Botánico, por eso no me agarraron. Por eso me salve.

M: ¿Cuál es la relación de este movimiento con el gobierno de Kischner?

R: Yo ya no sé si te lo dije a vos o a la chica anterior. Pero con el gobierno de los Kischner no tenemos la misma relación que con los anteriores, porque con esos no tuvimos la suerte que tuvimos con este. Porque vos sabrás que los militares también se llevaron a chicos que ya habían nacido con sus padres, que ya tenían sus documentos, sus partidas de nacimiento. Y con los otros gobiernos no las podíamos conseguir pero con este si las conseguimos a las partidas de nacimientos de estos chicos. Y esa es una gran ventaja que ganamos.

M: Pensando en eso me pregunto que significo para usted la declaración del 24 de marzo como feriado.

R: Me pareció una cosa buenísima, porque es una cosa que a nosotros nos ayudo mucho. Nos dio más fuerza para seguir luchando. Por lo menos eso es lo que me paso a mí.

M: ¿En que sentido las ayudo esa declaración?

R: En que es una cosa que no nos había pasado, que se declarara una cosa sí. Nos parecía algo imposible de que sucediera.

M: ¿Y qué le pasa con la conformación de la Esma, y el Atlético por ejemplo en museos para la memoria?

R: A muchas abuelas les gusta la idea. Va en realidad a todas menos a mí no me gusta la idea. Me parece que no debería ser así. ¿Porque para qué necesitamos ese lugar? Es inmenso! Creo que esta bien que se lo hallan sacado a ellos. Pero para mí lo que debería hacerse es tirar todo eso abajo y hacer una gran escuela o un gran hospital. Una cosa grande para todo el pueblo y no para nosotras solas.

M: ¿Qué opina de los juicios a la verdad que se han abierto en la década del 90 como una alternativa para obtener información?

R: Me parecieron una cosa buena, un paso positivo. Porque eso por ejemplo ahora nos ayuda a meterlos presos de nuevo. Que no estén presos en las casas, porque ellos deben estar en cárceles comunes no en sus casas.

M: ¿Y cómo ve la reacción de la sociedad a partir de la reapertura de los juicios? ¿Es una reacción diferente de cuando empezaron?

R: No. veo que nos apoyan muchos, pero no hay diferencias con antes. A nosotras nos ayudo mucho el pueblo. Aunque no tanto como esperábamos, pero nos ayudo bastante. Nos empezaron a llegar denuncias anónimas de por ejemplo un vecino que veía una pareja ya mayor que de repente tenía un bebe chiquitito que era imposible que fuera de ellos. Ahí nos llamaban, y nos decían en tal lugar, tal persona. Y nosotras ahí empezábamos a investigar. Además por ejemplo cuando íbamos a la marcha de los jueves nos buscaban y nos pasaban los datos disimuladamente. Porque en ese momento estábamos en estado de sitio. Y así empezamos nuestra tarea. Nos organizábamos algunas abuelas para pasar por ese lugar que nos habían dicho a distintas horas para ver si veíamos alguna criatura, algún bebé. Así empezamos a tener pequeños contactos de donde podía haber niños que fueran nuestros.

Fue así que surgió nuestra pequeña investigación. Nos reunimos primero en cumpleaños, o en una confitería haciendo de cuenta que festejábamos el cumpleaños de alguien mientras nos pasábamos datos. Así iba circulando la información. Otras veces

nos reuníamos en casa de uno u otro a la noche para un cafecito o algo así. Y así con datos que traía uno u otro íbamos investigando. A veces eran rumores, pero nosotros lo investigábamos.

M: ¿Los objetivos del movimiento desde el inicio hasta ahora se han modificado de alguna manera?

R: No, siguen siendo los mismos encontrar nuestros nietos. Y también queremos encontrar los restos de nuestros hijos e hijas, nueras, yernos. Eso es lo principal. Para eso tenemos ahora al equipo de antropólogos que trabaja con nuestra sangre.

Entrevista com Alba Lanzillotto.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

A: Bueno, yo soy Alba Lanzillotto. Soy la secretaria de las Abuelas de Plaza de Mayo. Y yo ingrese en Abuelas, pero no al principio porque no estuve acá. Yo estuve exiliada, yo no soy de acá soy de La Rioja. Recien vine a vivir a Buenos Aires en el '85, y ahí fue que empecé a venir a las Abuelas. En el año '86 la señora de Mariani que era la presidenta en ese momento me pidió que la ayudase a hacer, a redactar el boletín de abuelas. Y así hicimos el primer boletín.

Después de ese primer boletín, yo quede encargada de preparar el material y llevarlo todo a la imprenta.

M: ¿Por qué vino primero a Abuelas y no fue primero a Madres?

A: Porque yo no soy madre, ni abuela, yo soy tía. Tengo dos hermanas desaparecidas y una de ellas estaba embarazada de ocho meses. Por eso estoy buscando un sobrino o sobrina. Y el único lugar donde se busca los chicos es acá.

M: ¿Pero por qué entonces no fue a familiares?

A: Porque nadie busca los nietos, solo las Abuelas. Por eso a mi también me dicen Abuela, yo soy la Abuela Alba. Y yo estoy acá porque busco a los chicos.

M: ¿Se acuerda que esperaba que sucediera con la llegada de la democracia?

A: Primero que nada esperaba que los gobiernos constitucionales pudieran sucederse uno detrás de otro como felizmente ocurrió. Que los militares desaparecieran como aspirantes o usurpadores del poder, que se dedicaran a su tarea. O mejor dicho que vieran cual es su tarea, porque ni ellos mismos saben cual es. Esperaba que aparecieran todos los chicos que nos habían robado y que se iba a saber toda la verdad de lo que hicieron con los desaparecidos. Donde habían estado, que les había pasado, si los habían matado, donde los habían enterrado. Por qué, quién, cuándo, dónde. Todas esas preguntas que nos hacemos.

M: ¿Y qué supo de la Conadep? ¿Cómo la vio usted que estaba afuera del país?

A: Bueno aunque yo estaba afuera sé que todos pedían que se conformara una comisión bicameral. Porque la bicameral hubiera tenido más atribuciones, entre las cuales estaría la intervención en los fueros militares, la de investigar más a fondo las cosas y la de denunciarlo a la justicia. Pero eso no sucedió.

M: pero cuál es su opinión del informe que elevo la Conadep?

A: Bueno lo que se critica del informe es la presentación de la teoría de los dos demonios. Lo que es importante del informe es que ayudo a que la gente mediante el mismo se entero de lo que pasaba. Porque quienes sabían lo que había pasado, lo que pasaba eran los familiares de las víctimas, de los secuestrados, de los sobrevivientes. Por eso sabíamos como los torturaban, donde eran los centros clandestinos, y mucha otra información que la mayoría no sabía. Porque la mayoría de la gente miraba para otro lado y no quería escuchar, ni aceptar lo que decían las víctimas ni los familiares de las victimas. Y con el informe de la Conadep se aclararon un montón de cosas, aunque siempre los únicos que declararon son los familiares de las victimas o los sobrevivientes. Los tipos estos nunca en la vida dijeron nada. A ellos no se les saco nada, por lo visto hicieron un pacto de silencio. Pero de todas maneras por las declaraciones de las víctimas en los juicios la gente supo lo que había sucedido.

Y es importante el “Nunca más” porque ahí esta la nomina de los desaparecidos, y sirve para muchos trabajos.

M: Y usted que recuerda, qué pensaba en ese momento que iba a salir de la Conadep?

A: La verdad es que no sé si me pare a pensar en eso. En estos momentos no me acuerdo de haberme detenido a pensar en eso.

M: Y del Juicio que recuerda como lo vivió desde afuera?

A: Y del Juicio a las Juntas sé lo que paso, que allí también los únicos que dijeron algo fueron los sobrevivientes o los familiares de las víctimas. Por eso nosotros no podemos esperar nada de esos. Por eso es que cuando alguien habla de ‘reconciliación’ es una falacia. No podemos esperar nada de ellos. Por eso cuando se habla de la justicia transicional, que no se debería hacer nada para que ellos hablaran, para que dijeran lo que saben. Todo eso es mentira porque por más que no se los juzgue ellos no van a decir nada. Ellos nunca han dicho ni van a decir la verdad porque tienen un pacto de silencio entre ellos. Y cuando alguno decide hablar lo matan. Por eso no podemos esperar de ellos absolutamente nada. Ninguna ayuda para saber la verdad se puede esperar de esos tipo.

M: ¿Y usted por qué vino a vivir a Buenos Aires cuando retorno del exilio?

A: Vine a vivir acá porque mi marido no quiso volver a la Rioja y mis dos hijos estaban estudiando en la universidad. Porque yo como te dije no tengo hijos desaparecidos, sino dos hermanas. Y por eso yo pedí el traslado de mi cátedra para Buenos Aires. Yo soy profesora de castellano, literatura y latín.

Igualmente antes de vivir por acá yo siempre que venía una vez por mes me daba una vuelta por abuelas. Porque yo sabía que mi lugar era estar con las abuelas. Porque era acá que yo iba a buscar a los hijos de mis hermanas.

M: ¿Quién la apoyó para que empezara su búsqueda?

A: Tanto mi marido, como mis hijos y mi familia todos me apoyaron. Todos queremos encontrar al hijo de Ana.

M: ¿Recuerda qué sintió, qué pensó cuando se enteró de las leyes de Punto final y de obediencia debida?

A: para mí fueron una gran decepción. Porque yo por lo menos reconozco que Alfonsín fue el primer gobernante al que se le ocurrió hacer el juicio a esos usurpadores del poder. Porque esos desde el año '30 prácticamente acá en la Argentina no habían dejado terminar ningún mandato. Y nunca, nunca se los juzgó. Pese a que son los ladrones del poder, porque nadie los eligió como presidentes.

Porque cuando una persona roba una gallina para comer la meten en la cárcel por años y ellos robaban el poder y nunca nadie los juzgó. Y el primer gobierno que se atrevió a juzgarlos fue el de Alfonsín, y eso hay que valorarlo.

M: ¿Usted usa el pañuelo blanco?

A: no, nosotras las Abuelas casi no usamos el pañuelo blanco. Algunas abuelas, algunas veces se los ponen. Yo no me lo pongo nunca.

M: tienen algún distintivo?

A: Si tenemos el botoncito de abuelas que es lo que nos identifica.

M: ¿Recuerda que actitudes tomó abuelas cuando se enunciaron las leyes? ¿Si organizaron algunas actividades?

A: nosotras protestamos como todos. Protestamos, hicimos marchas, hicimos protestas de todo tipo. Apoyamos a los dos fiscales que eran Ibarra y Cañón que dijeron que esas leyes eran inconstitucionales.

M: Y usted participó de esas actividades

A: Yo desde que vine a Buenos Aires traté de participar de todo lo que era posible.

M: ¿Cuál es su opinión respecto a los indultos?

A: Y de esos que te puedo decir. Mi opinión de los indultos es la misma que tengo de Menem, no sé podía esperar otra cosa de un tipo que hizo siempre todo lo contrario de lo que prometió. Que es un traidor nato, y que siempre trata de quedar bien con los que cree que lo pueden ayudar a seguir trepando. Y a seguir ascendiendo.

Yo no sé si ya esperaba los indultos, pero no me extraño que los hubiera. De él se podía esperar cualquier cosa. Porque yo soy de la Rioja, y lo conozco desde chico. Sé quien es.

M: y cambiando de tema, cómo es la relación con los otros grupos de familiares de desaparecidos?

A: Nosotros tenemos mucha relación con las Madres de la Línea Fundadora, y los familiares. Las abuelas, los familiares ya la madres siempre estamos juntas para apoyar los pedidos por el respeto por los derechos económicos sociales y culturales. Acompañamos mucho a quienes pelean por la vivienda. Con HIJOS no tenemos tanta relación como con esos grupos.

M: Y con es la relación con los que fueron detenidos-desaparecidos y después liberados?

A: con ellos la relación no es ni muy cercana ni muy lejana. Cuando es necesario que estemos juntos lo hacemos. Peor no tenemos una amistad, o una relación tan cercana como con familiares y madres.

M: ¿Y con las Madres de Plaza de Mayo?

A: Bueno con ellas no tenemos relación. Pero no porque nosotras no queramos sino porque la señora de Bonafini trabaja sola. Ella no se relaciona con los demás organismos que se llaman históricos. Para muchas cosas estamos todos juntos. Aparte formamos parte de las mismas instituciones como la Comisión del Parque, o la de la Esma.

M: ¿Qué significo la declaración del 24 de marzo como feriado para usted?

A: No sé, unos dicen que es mejor otros que es peor. La gente decía que se iban a ir todos de fin de semana largo. Pero yo no creo. Nunca creía que el hecho de que fuera feriado iba a aumentar o disminuir el número de personas que iba a apoyar a la madres o las que asistían a la marcha del 24. Los que tienen en el corazón a los derechos humanos, recuerdan a los desaparecidos y creen que no hay que olvidar el golpe genocida no van a faltar nunca. Si se van a algún lado capaz que van a la marcha que se organiza allí. Y van a sumar en otros. Pero la verdad es que no le doy mucha importancia a eso. Yo no lo veo ni como positivo ni como negativo.

M: ¿Y el movimiento como lo vio a esto?

A: No sé, algunas estaban de acuerdo. Porque acá no siempre estamos todas de acuerdo con todo.

M: ¿Y el hecho de que la Esma y el Atlético por ejemplo se convirtieran en museos que significo para usted?

A: Bueno la Esma no va a ser solo un museo. Va a haber un museo, porque nosotros desde el instituto Espacio para la Memoria y desde antes ya cuando existía el consejo deliberante que no era el gobierno de la ciudad habíamos pensado en que había que hacer un museo que relate toda la historia argentina desde el tiempo de la dictadura. Tal vez un poco antes para que se contara las causas y las consecuencias de la dictadura. Porque hacia falta un lugar adonde la gente fuera para saber las cosas y que las mirara, las leyera con fotos con videos. Porque nosotros vamos mucho a la escuelas y vemos que los jóvenes quieren saber sobre todo lo más que se pueda. En ese sentido me parece bien que se construya este museo, ahora que lo de los otros centros clandestinos no se están pensando como un tipo de museo. Sino que se están pensando como lugares que mantengan la memoria pero con otras actividades. Por ejemplo sé que en uno, en el Orletti, quieren hacer un centro en donde se investigue sobre el plan Cóndor. Porque en ese lugar hubo muchos extranjeros de otros países de Latinoamérica. Y en otro que hay acá en la otra cuadra quieren hacer un centro que sirva al barrio. Pero siempre con la idea que uno de los servicios sea mantener viva la memoria. Y así en cada lado están haciendo distintas cosas, porque la cuestión tampoco es llenarnos de museos. Con uno esta bien, siempre que este completo.

Lo que yo creo es que en cada barrio, cada centro tiene que adecuarse a las características del barrio. Lo que pasa es que cuando hay muchos sobrevivientes de un centro clandestino es un lío. Porque los sobrevivientes son muy exagerados, no se conforman con nada. Ninguna idea les cae bien, son unos líos esas comisiones. Pero yo creo que cada centro debe tener su propia característica, su propia personalidad. Ocuparse de un tema, aunque todos deban estar relacionados con el tema de la justicia, la verdad y la memoria. Mas también deben ser cosas que les sirvan al barrio donde están. Porque esos han sido centros de muerte, de tortura y se tienen que convertir en centro que den vida. Y que esa vida se ponga al servicio de la gente. Pues la gente de esos lugares se acuerda de cuando escuchaban las torturas y de lo que sabían que pasaba ahí de noche. En el Orletti la gente oía los gritos de los torturados, en el Olimpo también. Y así en todos lados.

Por eso se tienen que transformar en centros de vida, pero no de la jarana, no de cualquier vida. Sino de una vida comprometida con la historia, con la realidad. Y que siempre se haga algo por eso, que sean bibliotecas, que se realicen charlas,

investigaciones. Cosas que tengan que ver con la memoria y con la justicia, y la verdad. Por que la memoria es importante porque sin ella no somos nada. Como dice el subcomandante Marcos 'el que guarda y cuida la memoria tiene y guarda la vida. Y el que no esta muerto' y nosotros no queremos más muertos queremos vida. Por eso creemos que hay que guardar la memoria. Porque la memoria es la que nos une al pasado. Y los que no quieren que tengamos memoria es porque son cómplices o culpables y por eso no quieren que recordemos. Por eso yo me rió de los que dicen que no hay que acordarse del pasado, porque eso es lo que les conviene a ellos. Pero a los países les conviene tener memoria, porque si no hay memoria no ha historia. Porque la memoria es la historia. Sino no hubiera ni San Martín, y nos olvidaríamos de lo que ha hecho. No podemos negar el pasado. Sino tenemos pasado no somos nadie, somos una hoja al viento.

M: ¿Qué piensa entonces de los juicios a la Verdad que se hicieron en la década del '90?

A: Bueno esos juicios eran incompletos, porque no sirvieron para que los tipos digan la verdad. Para que los victimarios hablasen. Ninguno digo nada. Por eso yo no fui a esos juicios, porque yo ya en ese momento estaba convencida de que esos tipos nunca iban a hablar. Pero que sé yo a lo mejor uno tenia una secreta esperanza en el fondo del alma de que se le abra el corazón a alguno por lo menos. Pero no han dicho nada porque tienen un acto de silencio. Y si alguno a lo mejor quiere hablar pero ya sabe que le va a pasar si abre la boca y habla.

Por eso para mi los juicios a la verdad fueron la tarea siempre de los mismos, de las víctimas sobrevivientes y de los familiares. Pero sirvieron por lo menos. Porque de muchos de eso juicios salieron puntas que después permitieron los juicios a Etchecolatz, y a todos esos. Todo eso gracias a los juicios por la verdad de donde se han tomado muchos elementos que ahora pueden ser usados después de la anulación de las leyes de Punto Final y Obediencia debida. O sea sirvieron para bastante algunos de esos juicios. No voy a negar eso.

No hay que negarles eso a los juicios. El que diga que no sirvieron para nada, que nada sirve para nada es un imbecil. Las cosas siempre que se han hecho con buena intención han dado algo. Aunque sea un poquito. Algo valen.

M: Usted sabe si Cambiaron los objetivos del movimiento desde que comenzó hasta ahora?

A: No el objetivo nuestro siempre fue encontrar a los chicos, y eso nunca va a cambiar. Lo que cambian son las estrategias, las formas de buscar. Los mensajes a quienes se mandan, las nuevas maneras que uno va encontrando.

M: ¿Qué es lo que usted recuerda de la dictadura? ¿Qué es lo que no se debería olvidar?

A: De la dictadura hay que acordarse de todo, y especialmente que dejo, que mato, que hizo desaparecer, que mando al exilio, que tuvo presos a una generación de gente. Y aunque algunos no fueran de gran valor por ahí, era una generación comprometida con el destino del país, y que tenía un proyecto de país distinto del que sufrimos después. El del hambre la miseria del proyecto neoliberal. Y esas personas arriesgaron su vida un montón de veces. Yo cuando hablo de esa gente, de los desaparecidos me acuerdo de mi hermana que fue a la única que conocí bien. Y eran personas que tenían de todo, no necesitaban pelear por nada porque tenían unos padres que le podían dar todo, y en su caso cinco hermanos mayores que trabajaban y ellas como eran las más chicas de la familia le dábamos todo. Y sin embargo ellas se arriesgaron y lucharon por otros y eso no hay que olvidárselo. Porque la dictadura a matado, llevado presos a una generación de luchadores que no hay hoy, no se han vuelto a repetir. Y son los que nos hacen falta ahora en casi todos los lugares que hay algo para hacer.

M: ¿Cuándo desapareció su hermana usted ya sabía de los campos de concentración? Tenía la esperanza de encontrarla con vida?

A: No cuando desapareció yo no sabía tanto. Porque mi hermana desapareció la primera en julio del '76 y la segunda en noviembre. Y yo en ese momento ya estaba en una parte de mi exilio. Y yo pienso seguramente que en ese momento habré tenido la esperanza de que volviera. Pero trato de no pensar en eso.

M: ¿Por qué usted se exilio?

A: Porque yo estuve presa y mi hermano mayor estaba preso en Sierra Chica. Yo salí en libertad y después me anunciaron que me iban a volver a detener. Así que tuve que escaparme de mi ciudad con mi otro hermano que era abogado.

Yo fui presa por primera vez el mismo 24 de marzo a las cuatro de la mañana. Por eso me tuve que exiliar te imaginas. A mi y a mi marido nos habían dejado cesantes, no podíamos trabajar en ninguna parte, allanaron como tres veces mi casa la de mis hermano. Le pusieron una bomba a una de mis hermanas. Y las mellizas estaban desapareciendo.

Pero yo estuve más o menos quince días presa o trece. Después me dejaron en libertad. Me llevaron el 24 de marzo y me dejaron libre el 9 de abril. Y el 6 de julio me

sacaron del colegio. Mi sobrino vino y me dijo que me tenía que ir ya porque me iban a volver a detener. Porque había gente que nos conocía y le había hecho llegar ese dato. Y gracias a ello me escape de la Rioja. Y después solo volví en agosto del '84 cuando ya estaba la democracia.

M: ¿Y usted en su exilio recibía noticias de lo que estaba pasando acá?

A: Sí, allá sabíamos más que acá. Porque en Europa se sabía más que acá, pues todos los exiliados de todos los países sabíamos más de lo que se sabía acá. Porque acá la prensa era cómplice o por miedo no decía nada. Tenían que hacer lo que les mandaban los dictadores y nadie así sabía nada. Y la gente que sabía se callaba. Porque si vos vivías en un departamento por ejemplo y venían y le rompían la puerta a tu vecino y se lo llevaban de los pelos. Vos veías, pero te ponían la metralleta en la cabeza y te metían adentro y te decían que no digas nada. Entonces vos no comentabas nada. Vos no podías decir nada pero veías. Aunque mucha gente se hacía la que no veía por miedo también. y lo que pasa es que este era en ese momento un país absolutamente aplastado por el terror.

Y hay gente que soporta más el terror que otros. Los familiares de las víctimas por supuesto pasaban por encima del terror, porque ellos tenían la sangre que los llevaba a buscar. Pero la otra gente a la que no le desapareció un familiar estaba ahí muerta de miedo. Y era lo que yo digo, los que eran cómplices o beneficiarios de los milicos estarían tranquilos. Y no sé hasta que punto, pero la mayoría de la gente vivía en un terror terrible. Aunque había gente que estaba contenta porque tenían dinero y hacían lo que querían.

M: Y cómo lo vivió usted a eso desde el exterior?

A: No yo me fui de acá, de la Rioja con mi hermano que se quedó en Córdoba. Pero yo me fui a Carmen de Patagones donde tenía un hermano. Y eso fue en julio. Después fueron mi marido y mis dos hijos para ahí hasta que nos dimos cuenta que no íbamos a poder trabajar y como teníamos familiares en Uruguay nos mudamos para allá. Y ahí era otra dictadura, eso fue en diciembre. Pero ahí empezamos a trabajar, sobre todo mi marido que era un poeta y trabajaba en una galería de arte y en un colegio religioso daba también clases. Eso hasta que en julio lo fueron a buscar, y por suerte no lo encontraron. Pero en agosto lo llevaron preso desde ahí de casa, y lo llevaron a inteligencia en Uruguay. Lo detuvieron ahí cuatro días y lo expulsaron del país. Porque parece que vino un informe de la Rioja muy en contra de él. Pero por suerte lo expulsaron y lo pusieron en un avión para que se vaya a España, porque si lo mandaban de vuelta a la Argentina

otra cosa hubiera pasado. Pero felizmente no lo mandaron. Y cuando el consiguió allá plata para pagar los pasajes nos fuimos mis hijos y yo a España.

M: ¿Y a usted no le llamo la atención de que a él lo mandaran a España?

A: Si, me llamo la atención. Pero según él me contó, resulta que mi marido daba clases en un colegio religioso de materias humanísticas y trabajaba en la galería de arte de un amigo, y daba clases además en una escuela de periodistas. Y cuando lo vinieron a detener como eran las seis de la mañana vino un comisario joven que le digo que tenía un hermano que iba a una escuela de periodismo. Y como mi marido era un tipo muy bonachón, que se hacía querer, dice que este chico le dijo a su hermano ‘mira le llegas a tocar un pelo al profesor y no me hables más porque no soy más tu hermano’. Eso es lo que le contó el mismo comisario. Y por eso lo tuvieron en una oficina en lugar de en una celda. Eso en la parte de inteligencia de la policía que era donde torturaban de noche, y él escuchaba los gritos. Y sufría bastante por eso. Por eso mi marido supone que gracias a ese muchacho lo mandaron a España y no para acá. Por eso no lo devolvieron.

M: ¿Usted allá en su exilio participaba de algún grupo o movimiento?

A: Si yo formaba parte del grupo de exiliados argentinos. Del centro de argentinos que había en una casa argentina donde estaban todos los peronistas, montoneros, y todos esos. Y también en ese centro estaban todos los demás que no eran peronistas. Todos juntos hacíamos actos, íbamos a las embajadas, hacíamos paradas en las embajadas. Hacíamos muchos actos porque el alcalde de esa época nos cedía todos los lugares para que nos manifestemos. Y un día que me acuerdo fue un 25 de mayo que en el teatro de la villa estaban los mejores escritores del país haciendo un acto por los exiliados. Y también además de los actos hacíamos muchas denuncias. Teníamos relaciones con Amnistía Internacional. Yo como mi hermano mayor estaba en la cárcel de Sierra Chica me relacionaba mucho con los grupos de Amnistía, sobre todo de los Estados Unidos. Que los tenían como apadrinados a mi hermano Ricardo y a las mellizas. Y allá también iban las Madres y Abuelas. Nosotros todo lo que podíamos hacer por los derechos humanos lo hacíamos.

M: ¿Y usted se sentía más identificada en esos momentos con cual de los grupos?

A: Yo no me sentía identificada con ninguno. Yo sabía que mi lugar era acá porque a mi hermana le robaron un hijo y las únicas que buscan los hijos desaparecidos son las abuelas.

Y con el grupo de allá la mayoría de los argentinos se vinieron e incluso algunos aun continúan siendo nuestros amigos. Y algunos se quedaron también allá en España. Pero con los que sigo en contacto ya éramos amigos desde antes.

M: ¿Las abuelas dan la vuelta a la plaza?

A: No, la daban pero hace mucho. Ahora solo cuando hay algún acto importante vamos a dar la vuelta.

M: ¿Por qué pararon de dar la vuelta?

A: No sé porque simplemente dejamos de ir. La que dan la vuelta son más la Madres. Lo que pasa es que nosotras tenemos otras actividades que nos sirven más a nosotras para la búsqueda de los chicos. Yo voy a la Plaza para la marcha por la resistencia, por el 24 de marzo o si hay algún acto importante, o alguna celebración de las Madres las acompaño pero sino no.

M: ¿Qué es la marcha de la resistencia?

A: La Marcha de la Resistencia era en el tiempo de la dictadura una forma de reasaltar que estacamos ahí. Y ahora incluso muchas de las Madres del grupo de la señora de Bonafini suspendieron la marcha porque dicen que ya no es necesario porque ahora tenemos este gobierno. Pero nosotras no pensamos igual, no creemos que porque ha venido este gobierno que ha luchado por los derechos humanos esta todo diez punto. Hay un montón de gente con hambre, que no tiene trabajo, hay muchísimos que no tienen vivienda, la salud es un desastre, la educación no te podes dar idea. O sea hay muchas cosas por las que seguir luchando, por las que seguir resistiendo. En ese sentido es la resistencia, es por el favor de algo. Por eso seguimos con las marchas, porque fuera de las reivindicaciones de siempre que queremos saber la verdad de los desaparecidos, de que queremos las restitución de los chicos, de lo que siempre pedimos, también nos encargamos de hablar de los problemas actuales. Por eso seguimos haciendo la marcha, aunque este año la vamos a hacer de 12 horas y no de 24 porque la mayoría ya estamos mayores y no podemos estar ahí. Por eso se quedan muy poquitos y ya no tiene sentido seguirla tantas horas.

M: ¿Pero no van jóvenes?

A: Si van, pero para que se cumplan los objetivos que tienen los organismos esto no se puede dejar en manos de otros que a lo mejor se interesan en plantear otras cosas. Cosas que tal vez a nosotras no nos parezcan tan fundamentales.

M: ¿Cuándo desaparezcan las Abuelas que va a pasar?

A: No Abuelas no va a desaparecer porque están los hijos de las abuelas, están los nietos. Y yo no soy adivina pero se supone que ellos van a seguir con el movimiento. Porque ellos están comprometidos a encontrar a sus hermanos. Porque ellos mismos dicen que todos los que faltan son sus hermanos. Por eso yo creo que algunos de ellos van a seguir. Y sino yo tengo a mis hijos que sé que van a seguir. Habrá algunos que dejen pero la mayoría va a seguir.

Entrevista com Irma Rojas.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

I: Bueno, yo soy Irma Rojas Abuela de la Plaza de Mayo. Yo empecé primero a ir a Madres de Plaza de Mayo cuando me desaparecen mi hijo y mi nuera. Los busque mucho a los dos y después de tantas búsquedas me incorpore en Madres de Plaza de Mayo. Y estuve con ellas hasta el '82 más o menos.

 Pero antes de eso me había integrado también a Abuelas. Me integre ahí cuando una madre me pregunto si yo tenia a mi hija o alguna nuera embarazada, porque si era así yo tenía que estar con las Abuelas. Porque las Abuelas son las que están buscando los nietos. Y yo le dije que mi nuera estaba embarazada de tres meses y medio. Y desde ahí ya hace 25 años que yo estoy acá con las Abuelas buscando a mi nieto o nieta. Y esa fue mi lucha desde el '77 hasta hoy.

M: O sea que en el año '77 usted ingreso en Madres.

I: Sí, pero ya a fines del '78 yo ingrese en Abuelas, aunque yo venia muy poco para acá. Porque yo trabajaba, pero los días que podía a las dos de la tarde me escapaba y venia. Y después empecé a venir dos o tres veces por semana porque salía tarde del trabajo. Y los jueves tenia que estar en Madres para hacer la vuelta. Pero me hacia el tiempo para ir a Abuelas e ir a Madres. Eso paso mientras trabajaba, pero paso el tiempo y ya deje de trabajar. Y ahí empecé en Abuelas directamente. Segui yendo a Madres pero muy raramente hasta que no fui más y me quede acá en Abuelas.

M: ¿Su familia la apoyo? ¿Tenía alguien con quien hablar fuera del circulo familiar?

I: Sí yo tuve mucho apoyo de mi familia. De mi marido, mis hijos, mis hermanos y hermanas. Mi marido no salía porque como decíamos nosotras ellos trabajaban para sostener la casa. Entonces ellos no podían dejar de trabajar, nosotras si podíamos dejar de trabajar. Y por eso él no podía, pero estaba en mi casa y me ayudaba. Me decía que tuviera cuidado y que viniera si quería. Que no lo hiciera obligada, que no hiciera cosas que no quisiera hacer. Y mis hermanas tampoco me acompañaban porque una trabajaba, la otra tenía los hijos chiquititos. Pero yo no necesitaba que me acompañaran les decía, yo venia sola pero el apoyo de ellas era importante. Porque el sentirme acompañada en el dolor, contenida era importante. Y así seguí caminando. Luchando primero en Madres y después acá en Abuelas.

Y cuando deje de trabajar me vine directo acá a Abuelas todos los días. Yo trabajé hasta los 69 años. Venía a la mañana a trabajar como ahora. Bueno la verdad es que antes venía de lunes a viernes, pero ahora vengo de lunes a jueves. Porque un día me quiero quedar en mi casa, porque hace ya mucho tiempo que vengo haciendo esto. Además hace poco mi marido tuvo un infarto y no quiero dejarlo solito mucho tiempo. Y sábado y domingo son muy cortos. Que limpio, que lavo y demás se te va todo el fin de semana. Entonces yo les dije a ellas que hace tiempo que venía acá de lunes a viernes y que nunca falte ni cuando estaba enferma. Así que les avise que no iba a venir los viernes.

Y respecto al apoyo fuera de la familia si tuve, mis amigos y vecinos. Muchas personas de mi barrio me decían 'hace bien, tiene que ir a buscarlos', 'tiene que luchar por su hijo, por su nuera'. Y la verdad que yo tuve el apoyo de muchas personas aparte de mi familia.

M: ¿Y usted qué pensó que iba a pasar cuando llegara la democracia?

I: Y yo tenía esperanza en que quizás estaban todos vivos todavía. y que les iban a dar la libertad. Yo no pensaba en que habían hecho con ellos lo que hicieron, los de expropiarlos, golpearlos, torturarlos y matarlos. Yo pensaba que los llevaban detenidos a la cárcel, por veinte o los años que fueran. Y que después les iban a dar la libertad. Pero resulta que al final me equivoque en grande, porque no fue así. Lamentablemente ellos desaparecieron directamente y yo ya no sabía que hacer. Ya no sabía adonde recurrir, hasta a las embajadas me iba a preguntar. Recorrí hospitales, comisarías, ya no sabía adonde ir porque no encontraba nada de nada. Nadie sabía nada, nadie los había visto. Ni los conocía, ni los había visto.

Yo iba con la foto de ellos colgada en el pecho, una foto grande que llevaba a todos lados. Pero por más que me veían bañada en lágrimas nadie me dijo nada.

M: ¿Usted creyó que el movimiento una vez que llegara la democracia se iba a desintegrar?

I: No, no. De ninguna manera. Nosotras en la democracia estábamos más contentas porque teníamos más libertad aunque a medias. Porque aunque estábamos en democracia estaban unos presidentes que para nosotras no eran buenos.

Pero por lo menos yo y otras madres también estábamos más contentas porque sabíamos que en la democracia íbamos a tener más lugares para recurrir. Aunque antes cuando desaparece mi hijo en el '77 recorrí muchos lugares, y no me importo que estuvieran los militares todavía. me he recorrido los ejércitos como entras en un

supermercado a preguntar. No tenía miedo, a mi el miedo se me fue. Porque había otras compañeras, otras madres que estaban con el mismo dolor y andaban. Entonces yo me preguntaba porque no lo iba a hacer yo. Y así se me fue el miedo. En todos lados me iba a preguntar sola, sola con la foto de ellos.

M: Entonces que le paso con el informe de la Conadep. ¿Qué se acuerda de eso?

I: Bueno nosotros luchábamos por una comisión Bicameral. Mayormente también luchábamos por la creación de un banco de sangre. Y por eso pelearon y pelearon las abuelas, tanto la vicepresidenta como la presidenta. Y otras abuelas que son las fundadoras y que son las de más años. Ellas han luchado mucho para eso. porque especialmente queríamos tener lo nuestro para nuestra sangre. Que es lo que tenemos ahora en el hospital Duran, ahí esta el banco de nuestra sangre, el banco de sangre de las abuelas. Entonces ahí por suerte, porque yo no estaba en esa época, ellas lucharon y lucharon acá y allá. Hablando con unos y con otros hasta que les dieron esa suerte de que pudieran tener, de que podamos nosotros poner nuestra sangre. Y ahí esta toda la sangre tanto mía, como de mi marido, como de mis hijos para buscar a mi hijo. Y también para encontrar al nieto. Pero yo gracias a Dios tuve suerte y el año pasado el 28 de junio me llaman y me avisan que encontraron a mi nieta. Y el 2 de julio la conocimos, se llama María Belén y vive en Córdoba. Porque los padres adoptivos se fueron a vivir allá, ella es cordobesa. Vivian acá en Belgrano y después se mudan para allá. Ella tenia 10 años cuando se mudaron para allá.

Gracias a Dios tampoco fueron militares los que la tuvieron. Como acá me dicen las Abuelas ‘vos si que tuviste suerte porque encontraste a tu nieta y no tenes problema de que alguno fuera represor’, sino que fue un matrimonio de buena fue que la adoptaron. Y a ella de chiquita ya le dijeron que ellos no eran los papás, no se crió con mentiras como los otros chicos. Siempre le dijeron que era adoptada, que ellos eran sus padres adoptivos. Y cuando fue una adolescente le dijeron que aunque ella no fuera hija de ellos la querían como si lo fuera. Ella incluso me dice que aunque su mamá no sea su madre verdadera la quiere como si lo fuera. Porque aunque no es de sangre es de corazón, porque con ellos estuve desde que tenia tres meses más o menos. Y claro que tienen que quererla, eso es lo que yo le digo. Su mamá ya es una señora grande, ya tiene 81 años creo. Pero ella piensa que el día que le pase algo a la señora, aunque Dios quiera que dure más, se viene para acá. Porque toda la familia por parte del padre y de la madre esta acá. Y esa es la locura de ella que se quiere venir.

Hace poquito estuvo por acá y me dice 'abuela vos sabes que no es que no quiere venir', y yo le digo que ya sé. Y me responde que no quiere que me ponga mal. Pero como me voy a poner mal si ella se queda cuidando a la mamá. Porque esa es su mamá del corazón, y yo no me puedo poner en contra de eso porque aparte te crió bien. La crió familiar, es amorosa, ya a mi el primer día me dijo abuela. Apenas me conoció ese día me lo dijo. Y a mi marido abuelo, y a mis hijos tío y tía. Era como si hubiera vuelto de un viaje. Eso fue maravilloso, porque ninguno de los chicos casi hace eso. porque les cuesta porque están engañados con esta otra gente que les dicen que son su mamá y su papá. El es tu abuelo, ella es tu tía. Pero no son de sangre. Además les dicen pero yo te compre esto, te mande acá, al colegio tal, como que le están cobrando aparte de las mentiras lo que han hecho por ellos. Y no lo hacen con amor.

Por ejemplo el padre adoptivo de mi nieta ya había fallecido cuando la encontré. Y ella me decía vos no sabes abuela como sufrió porque yo lo quería mucho. Y claro por supuesto como no lo iba a querer. Me decía que él era muy bueno con ella, y que hacia todo lo que podía por ella. Con lo poco que tenían ellos trataban de darle todos los gustos. Y mira la casualidad ella se llama Maria Belén y mi nuera le quería poner María Lujan. No sé si alguna compañera de mi nuera se equivocó y dijo en algún lado el nombre.

Los otros días conocí a una compañera de mi nuera, inclusive tengo que hablar con ella que me dijo que iba a pasar por acá un día. Porque estuvieron juntas detenidas, y me dijo que estuvo con ella hasta que se fue a tenerla a mi nieta. Y que cuando volvió mi nuera se entero que había tenido una nena pero no sabía que nombre le había puesto. M: ¿Y qué le paso cuando se dio el informe de la Conadep y supo lo que habían pasado? I: Y yo mira me entero en el '84 que ellos estaban en el Vesubio. Y que del Campo de Mayo los habían pasado ahí. Ahí tuve esperanza, pero no había nada. Absolutamente nada, ya no había nada ahí. Ellos habían estado ahí hasta el '83, ya en el '84 no había quedado nada. Quizás los sacaron de ahí y los mataron y después pasaron la topadora. Y entonces me quede con eso, no había nada que se pudiera hacer.

M: ¿El Juicio a las Juntas se acuerda como lo vivió? ¿Qué sintió?

I: Yo en ese tiempo no estaba. Yo no fui, porque no me sentía bien. Estaba muy mal, me descomponía a cada momento. Era muy pronto para mi todavía. y el médico me dijo que no vaya. Pero esa chica que estuvo con mi nuera si estuvo ahí, y estuvo declarando quien estuvo, diciendo los nombres y todo. Pero yo no pude ir, estaba muy mal. Ni sé como es que andaba en la calle porque estaba muy mal. Lo que pasaba era que había

gente que iba a declarar que habían estado detenidos y declaraban todo lo que había sucedido. Y a mi en ese momento me decían que no vaya, total mi hijo ya no está y que yo no había estado así que no podía aportar nada. Pero esta chica que estuvo con ellos si estuvo nombrándolos y declarando. Los nombro a ellos dos me dijeron a mi.

M: ¿Pero usted a eso lo vio como un paso positivo?

I: Cuando a esta chica le dieron la libertad mi hijo y mi nuera todavía estaban vivos ahí. Pero después de eso ella no sabe más nada de ellos. Creemos que a mi hijo lo sacaron de ahí, no sé si ella estaría sola. No sé como fue. Pero cuando venga esta chica que estuvo con ellos voy a saber más cosas. Porque todavía seguimos descubriendo cosas.

M: ¿Cómo se sintió cuando se leyó el fallo del juicio? ¿Se acuerda?

I: Nada, no sentí nada porque no hicieron nada. El juicio quedó ahí. Por eso nosotros no entendemos. Nos preguntamos por qué tuvieron que esperar 30 o 31 años para darles recién el castigo. Que ni les dan tampoco porque ni están presos, uno está en un country, otro en la casa. Y esa no es la forma de hacerlo. Yo la verdad que no entiendo, porque esa no es la forma de hacerlo. Hasta ahora no lo puedo entender.

Y también me pasó lo mismo con las leyes de Punto Final y Obediencia Debida con Alfonsín. Pero el otro que vino lo hizo peor, les dio el indulto a todos porque dijo que no podían estar encerraditos. Claro si no hicieron nada para que van a estar encerrados.

Pero el presidente Kischner fue el que nos dio muchas manos a nosotras. Fue el que nos ayudó totalmente. Con él sí. Y él está haciendo esfuerzos, pero la justicia acá es muy rara y es una cosita que camina como hormiga. La justicia acá es una cosa muy fea.

M: ¿Qué actitud usted recuerda que tomó el movimiento cuando se anunciaron las leyes durante el gobierno de Alfonsín?

I: En ese momento se hicieron muchas marchas en contra. Porque no podían dejarse las cosas así. Ellos tenían que seguir detenidos como estaban. ¡Por qué tenían que sacarlos con el Punto Final! ¡De que Punto Final nos querían hablar! ¿Y nosotras? Nos quedamos con el dolor.

M: ¿Y usted participó de todas esas actividades que se organizaron?

I: De las marchas sí. Fui a muchas.

M: Cuénteme cómo es la relación del grupo de Abuelas con los otros grupos de familiares, hijos, madres.

I: Bueno con el grupo de Madres Línea Fundadora estamos con ellas. Con las Madres de Hebe no porque problema de ella. Pero no porque nosotras estemos peleadas, ni nada de eso. Sino que existen diferencias y la cosa es así.

Pero con los otros grupos nosotros organizamos cosas juntos. Eso es así con familiares, Madres de la línea fundadora, HIJOS, hermanos, con todos.

M: ¿Y qué significa para usted la declaración del 24 de marzo como feriado nacional?

I: Y nosotras no queríamos mucho eso. Pero Kischner digo que para él eso es un feriado normal sin ninguna fiesta ni nada. Nosotras no queríamos porque no deseábamos que la gente lo usara para ir a pasear por el fin de semana largo.

M: ¿Qué opina de la reapertura de los juicios?

I: Y estamos contentas por un lado y descontentas por otro. Porque no están presos. Por ejemplo Videla esta ahora en Campo de Mayo donde esta toda la gente de él. O sea mal no va a estar ahí. Debería estar en una cárcel común, y no ahí.

M: ¿Usted siente que ahora la gente se a concientizado más de lo que fue la dictadura? ¿Qué comparten más esa memoria de ustedes?

I: Si, si. Antes no tanto, pero ahora si.

M: ¿Y del museo en la Esma que opina?

I: Para mi seria algo muy bueno. Porque seria sacar, borrar todo ese dolor de ahí. Y hacer algo nuestro ahí, como un museo para tener un recuerdo de los chicos. El museo de Madres ya esta, el de Abuelas también pero no lo hemos terminado de construir. Pero nos dieron un espacio.

M: ¿Han cambiado o se han transformado de alguna forma los objetivos desde que empezó Abuelas?

I: No, seguimos en la búsqueda de los chicos como siempre.

M: ¿Pero si usted ya encontró a su nieta por qué continua participando?

I: Y yo tengo que seguir porque ellas me dieron mucho apoyo a mi para encontrar a mi nieta. Y yo no puedo ahora porque la encontré, y la tengo quedarme sentada en mi casa y decir ya esta. Por eso vengo y sigo trabajando para ayudar a las otras abuelas, porque todavía faltan encontrar sus nietos.

M: ¿Y usted siempre fue a Abuelas y Madres? ¿Por qué se quedo después en Abuelas nomás?

I: Yo primero fui en Madres y después seguí en Madres y Abuelas. Y después ya definitivamente me quede en Abuelas y no fui más a Madres. Porque viste que acá en

Abuelas estábamos como más contenidas, con más confianza y fuerza sabiendo que acá uno iba a encontrar el nieto. Porque estamos para eso las Abuelas, allá en Madres no.

Yo estuve con Hebe, después que se separó Madres. Pero Hebe estaba en contra de lo que nosotros hacemos por los chicos. Por ejemplo como Estela de Carlota me contaba que Hebe decía que nosotros estábamos expropiando los chicos, sacándolos de las familias. Pero si esa no es la familia de ellos, no son biológicamente la familia de ellos. Esos chicos fueron robados, y están con gente que les miente. Que les han mentido en todo. Por eso al parecer Hebe está en contra de que nosotros estemos buscando a los chicos.

Como vos vas a ver en ningún discurso o cuando habla ella dice vamos a buscar a nuestros hijos o nuestro nietos. En cambio nosotras y la señora de Carlotto cuando hablamos decimos que estamos buscando a nuestros nietos. Parece que ella como que se olvidó. Para mí ella ya se olvidó de los derechos humanos.

Nosotras seguimos siendo Madres pero nos interesa más encontrar a los chicos. Esos nos diferencian.

M: ¿Y ustedes siguen dando la vuelta a la plaza?

I: No a nosotras nos interesa más encontrar a los chicos que estar dando vueltas ahí. Para nosotros eso fue algo importante. Significó en cuanto que nos mostrábamos y hablábamos y decíamos que nuestros hijos estaban desaparecidos. Pero ya ahora no tiene sentido.

Entrevista com Taty Almeida.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

T: Bueno, yo soy Taty Almeida Madre de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Yo tengo tres hijos Jorge, Alejandro y María Fabiana. Y uno de mis chicos, Alejandro que tenía 20 años cuando llego un día de la calle un 17 de junio de 1975.

Pero si de memoria hablamos antes tenemos que recordar que esa palabra desaparecido que no la conocíamos y que no la practicábamos algunas madres la empezamos a nombrar antes del 24 de marzo de 1976. Porque todo empezó aun en un gobierno constitucional como el de Isabel Perón, con Rucauf, Luder, Cafiero y tantos otros. Pues en esos dos años anteriores, de 1974 y 1975, hubo alrededor de dos mil detenidos, desaparecidos y asesinados. En esos años realmente impero la triple A, que era una organización parapolicial, que estaba dirigida por el que se llamo 'el brujo'. Quien era nada más ni nada menos que López Rega. Y todo esto se hizo en ese momento cabe aclarar con total conocimiento de la presidenta y todo ese staff.

Ya en ese momento tres de los seiscientos centros clandestinos que hubo en la Argentina ya estaban en funcionamiento.

M: ¿Lo del funcionamiento de esos centros clandestinos ya en 1975 cuando lo descubre usted?

T: Bueno, eso lo supe mucho después. Con la llegada de la democracia cuando empiezan a declara, que empieza a saberse de las cosas, porque se empieza a hablar de ellas. En esa época se comienza a poder hablar de esas cosas.

Pero vos fijate que en un inicio se creyó que habían habido en Argentina trescientos cincuenta nomás. Y después como se a seguido investigando e investigando se han descubierto muchos más. Y ya suman seiscientos centros descubiertos.

Volviendo al tema te cuento que Alejandro trabajaba, estudiaba y estaba cursando el primer año de medicina. Porque era un militante por la vida, y solo muchos años después me entere que militaba en el ERP. En ese momento en Argentina había dos grandes movimientos que eran Montoneros y el ERP. Ale militaba en el ERP.

Al día siguiente que lo desaparecen a Alejandro, sin saber nada de su militancia, yo empiezo a buscar algún papelito, alguna agenda, algo donde estuviera alguna dirección o información de donde estaba. Y en esa búsqueda que hice encontré si una agenda de teléfonos donde en las ultimas 24 hojas había poesías escritas por mi hijo. Yo

no sabía que Alejandro escribía poesía. O sea que siendo un chico de chiquito estupendo, bueno como todos. Y te doy un ejemplo una vez le regalamos una pelota que se la dio a un chico que no tenía pelota. También años después me entero que iba a ayudar a los chicos a las villas.

O sea él como los 30 mil era un chico dedicado a compartir y a luchar no por privilegios sino por todo derecho que es a la vivienda y demás cosas básicas. Porque vos fijate que a la mayoría de los detenidos-desaparecidos no les faltaba ni estudio, ni casa, ni comida, ni trabajo, ni nada. Pero ellos luchaban porque querían que todos compartieran y tuvieran derecho a todo eso que eran los derechos elementales.

Yo me encuentro como te digo con esa agenda y empiezo a leer esas poesías. Que son como poemas, son poemas de amor, poesías militantes y una especialmente dedicada a mi por si algo le pasaba. Eso fue muy fuerte para mi. Y eso yo lo guarde como oro siempre, porque por medio de esas poesías conocí otra faceta de mi hijo. Conocí su militancia, su entrega. Por eso lo guarde como un tesoro, y pese a que me decían que las publicara yo me negaba. Porque para mi eran de Alejandro, hasta que comprendí como todas la madres que nuestros hijos ya pertenecen a la historia, que los tienen que conocer, y que debemos compartirlos. Y me pareció que no había mejor forma de conocerlo a Alejandro que a través de sus poesías.

Y te digo más cuando lo homenajeamos a Alejandro, cuando presente el libro, los estamos homenajearlo y presentando a los 30 mil. Porque todos esos chicos sentían y pensaban como Alejandro.

M: ¿Y cómo se entero del movimiento de Madres? ¿Cómo ingreso?

T: Yo te digo atrás de cada madre hay una historia de vida, y si no hubiera sido por la desaparición de nuestros hijos no nos hubiéramos conocido. Porque cada una tenía su familia, sus amistades, su círculo. Sinceramente no nos hubiéramos conocido sino nos pasaba lo que nos paso.

En mi caso todo mi familia es de militares, coroneles, teniente-coroneles, comodores, vice-comodoros. Y yo me crié en ese ambiente, en un ambiente de gorilismo, o sea de antiperonismo total. Yo digo que lo único que sabía entre comillas de lo que se puede saber de política es que no era peronista. Yo me acuerdo la svecas en que Alejandro con su metro ochenta me abrazaba y me decía esta gorilita de mierda, pero sin embargo la quiero. Yo en ese momento era una ignorante total. Aunque obviamente me daba cuenta que estaban ocurriendo cosas tenía como una venda. Por ejemplo un dia en la tabla de eplanchar estaba una estrella, y le pregunto ‘ ¿Ale, esa es

una estrella judía?’ y el me responde gritando ‘Ay, mamá!’. Y era la estrella de ERP, ¡pero yo qué sabía de esas cosas! Yo no tenía ni idea de nada. Y me cuentan sus amigos el amor y el cariño que él me tenía. Y es cierto era una cosa muy especial.

Esto que te voy a contar lo he contado veinte mil veces. Pero hasta que me sentí y me siento parida por Alejandro. Alejandro fue el que parió esta Taty que vos ves ahora, que tomo conciencia. Aunque el precio fue tremendo. Pero por lo menos tome conciencia. Porque cuando vino el golpe yo dije ‘al fin se van estos negros de mierda, y van a venir mis conocidos y yo lo voy a recuperar a Alejandro’. Y vinieron mis conocidos y los fui a ver. Me acuerdo que lo fui a ver a Arguindegui, que fue oficial de mi padre, quien era un coronel de caballería. Inclusive fui con mi cuñado, otro teniente coronel de caballería que era padrino de Alejandro. Y de quien Arguindegui era jefe. Y Picho, que era el sobrenombre de mi cuñado, le dijo ‘mire mi general pasa esto y esto y lo otro’. Y el tipo me saluda y me dice ‘y si mire señora que quiere los peronistas’. Yo estúpida le creí que eran los peronistas, porque para colmo se lo habían llevado a Alejandro en un gobierno peronista. Y yo como te imaginas no entendía un cuerno hasta que muchos años después me di cuenta de que no eran todos los peronistas sino el ala facha del peronismo. Como te digo yo era así los peronistas tenían la culpa de todo.

Hasta que de a poco empecé a caer. Y ahí me entere que habia un grupo de mujeres que iba a la plaza de mayo. Pero yo con la mente de antes me preguntaba quienes eran esas mujeres y no les di importancia. ¡Que sabía yo en que andaban pensaba! Pero un día fui a la plaza, y me acuerdo que no había nadie en ese momento. Y no se de donde salieron pero a las tres y media eran cantidades. Y había un cura con ellas. Yo soy católica, pero no tengo anteojeras. En ese momento me sorprendió ver a un cura, que después me entere que era Monseñor de Nevares. Era una marcha impresionante, y en ese momento me acuerdo que pensé ‘epa!, no estoy sola’.

De cualquier forma después de mucho tiempo, ponele que en el ’81 me decido y voy a la casa de las Madres. Que en ese momento quedaba en calle Uruguay. Y fui con mi hija. Con ella vimos la pared llena de fotitos, y yo dije ‘ay Dios!’. Y me atendió en ese momento para mi la madre con mayúscula. La madre de las madres para mi que era María Adela Gard de Antokoletz, quien me pregunta ‘quién te falta a vos mi hijita’. Porque eso era lo único que te preguntaban, acá no importaba ni religión, ni política, nada. Lo que importaba era la desaparición del hijo. Y María Adela me pregunto así, y yo me afloje en ese momento. Y seguimos hablando ese día, y después de él me metí acá a fondo. Deje amistades, deje todo. A mi nadie me dejo yo los deje.

M: ¿Hasta ese momento usted no se había acercado a madres?

T: No, hasta ese momento yo no me había acercado a madres ni ningún otro organismo. Porque aunque yo ya entendía en ese momento, pero yo ya tenía 45 años cuando se lo llevaron a Alejandro. O sea que tenía 45 años en otro tipo de vida en todo sentido, por lo que me tuve que ir dando vuelta y de a poco. Pero lo reconozco, yo no soy de esas que dicen que no. yo reconozco que al principio estaba en otra, y que me di vuelta totalmente. Por eso los amigos de Alejandro en charlas que hemos tenido me dicen 'que orgulloso tiene que estar Alejandro de vos, de ver esa madre gorila'. Y desde entonces y hasta que Dios me de fuerza seguiremos adelante.

M: ¿Qué pensó que iba a pasar cuando llegara la democracia, se acuerda?

T: Bueno, yo hablo por mi. Yo a Alfonsín lo vote convencida, con una alegría, con una emoción, con una expectativa de que algo íbamos a saber. De que íbamos a saber la verdad. Ese día famoso del 30 de octubre que fuimos a votar yo puse la bandera, después de siete años sin ponerla. Y la puse los otros día también el 30 de octubre, aunque se le dio muy poca bolilla a ese día. Pese a todo lo que nos costo.

Pero yo me acuerdo que ese día 30 de octubre después de poner la bandera me fui a votar. Y toda la gente nos mirábamos, era una alegría, una emoción. Una persona dijo 'al fin!', y si realmente al fin. Y había códigos que con la mirada te bastaban. Fue un día emocionante. Yo volví a mi casa y me acuerdo que mis nietos que eran chiquitos llegaron con mi hija y mi yerno en ese momento tocando bocina. Y después fuimos a comer todos juntos. Fue un día de fiesta, de mucha esperanza. Y bueno, se hizo ese juicio que fue ejemplar. Porque fue único en el mundo, salvo por el que se hizo en Grecia. Fue la primera vez que civiles juzgaban a militares. Se juzgo, se condeno. O sea desde el punto de vista legal fue único y toda una victoria. Además fue humano, porque gracias a la valentía de los exiliados, de los sobrevivientes, de los ex presos. Y digo valentía porque estábamos en el año '85 y todavía estaban los tentáculos de la dictadura. Pero ellos vinieron y declararon, y fue algo muy pero muy estremecedor pro las cosas que contaban. Pero gracias a ellos muchas familias se enteraron que su hija o hijo había estado en tal o cual centro clandestino. Porque había como un pacto entre ellos, se ve que ellos se decían si vos salís vivo anda a ver a mi vieja o a mi hijo. Y muchas abuelas se enteraron que sus hijas habían tenido familia. O sea que legalmente y humanamente fue estupendo.

Lamentablemente después el doctor Alfonsín lo borro todo con la otra mano cuando firmo esas leyes de impunidad. Y ese otro que vino que ni lo nombro con un decreto los dejo a todos libres. Eso fue un bajón, fue una cosa tremenda.

Pero las Madres como dice la leyenda del pájaro Fénix que muere a la noche y resucita al día siguiente más lindo y fuerte. Así seguimos luchando y exigiendo la anulación y la anulación. Hasta que llegaron la leyes en el año '95 al Congreso donde no se les dio quórum. No as declararon nulas, sino que las derogaron.

¿Y cuál es la diferencia entre la derogación y la anulación? Yo te voy a contar cual es la diferencia entre una y otra. Que cuando se anula una ley quiere decir que desde a ese momento en adelante si ocurre en el caso de estas leyes se los puede juzgar por los delitos. O sea que si del '95 para adelante volvía a suceder iba a haber juicios. Pero no se le podía hacer nada si lo que había pasado era antes de esa fecha. Eso fue otro bajón. Pero seguimos luchando, dale que te dale hasta que llego el gobierno de Kischner. En este gobierno las leyes se derogaron lo que significa que se los puede juzgar por lo que hicieron en el pasado.

Quiero que te quede claro que la lucha de las madres se convirtió sin saberlo en una lucha política. Esto que estamos hablando es política. Pero no una política partidista. Nosotras no pertenecemos a ningún partido político institucionalmente. De ahí en los años que seguimos en pie lo que esta bien esta bien, y lo que esta mal esta mal. Y a eso lo criticamos y lo discutimos. Pero seríamos muy desagradecidas si no reconociéramos lo que el doctor Kischner hizo. Fue nuestra lucha, y por nuestra lucha pero por primera vez encontramos un presidente que nos escucho. Por primera vez encontramos que alguien tomaba a los derechos humanos como política de Estado. Entonces una decisión eolítica fue que se anulen las leyes, que se recuperaran los centros clandestinos, y gracias a eso los juicios están llegando tarde y de a poco, pero llegan. Entonces vuelvo a repetirte porque no quiero que se confunda no es partidismo es reconocimiento.

Además que no te extrañe pero desde lo personal, Kischner tiene cincuenta y tanto años igual que su esposa. Y esa es la edad que tendrían nuestros hijos ahora. Entonces fue el primero que empezó a saldar esa asignatura pendiente que había con respecto a nuestros hijos. Por eso si bien a la Argentina le falta mucho para que sea esa Argentina por la cual nuestros hijos lucharon. Y no es que ellos dieron la vida por ella, sino que se las arrancaron. Ellos querían vivir, disfrutaban de la vida. Eran alegres y tenían mucho por hacer. Pero les arrancaron la vida. Entonces falta mucho para llegar a

esa Argentina pero en lo personal pienso que hay decisión y que hay ganas de hacer las cosas. Y veremos hasta donde llegamos.

M: Pensando en eso me podría decir que significo para usted la declaración del 24 de marzo como feriado.

T: Para mi fue algo estupendo. Porque así como los chicos preguntan por qué es feriado el 9 de julio y hay que explicárselo, ahora hay que explicarles porque el 24 de marzo. Y eso es memoria. Es una cosa estupenda. Es una fecha histórica.

M: ¿Y cuál es la relación del movimiento con los otros grupos de familiares, HIJOS, abuelas, madres?

T: Bueno cuando nosotros nos separamos con el grupo de Bonafini en el año '86 inmediatamente el resto de los organismos de derechos humanos nos reconocieron como otro organismos. Y Bonafini por eso los llamo a todos ellos traidores y se peleo con todo el mundo. Por eso ella esta sola, mientras nosotras estamos con todos los organismos de derechos humanos. Cada uno en su casa pero hacemos cosas en conjunto.

Nosotras nos separamos de Bonafini porque eso era algo que se iba viendo. Había mucho autoritarismo, muchas cosas de hacer lo que ella quería sin respetar las decisiones institucionales. Entre muchas otras cosas que hizo. A nosotras con ellas nos unen nuestros hijos desaparecidos pero realmente no compartimos con ella la mayoría de las cosas. No en balde ella esta sola.

Y te voy a decir más nosotros nos llamamos Madres Línea Fundadora porque las fundadoras del movimiento son las que se retiraron del grupo de Bonafini. Y las que estuvimos de acuerdo con ellas nos fuimos con ella.

Entrevista com Aída Sarti.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

A: Bueno, yo soy Aida Sarti y a mi hija se la llevaron el 17 de mayo de 1977. Ella se llamaba Beatriz Cristina Sarti. Esa es mi carta de presentación.

M: ¿Cómo ingreso usted a Madres?

A: Bueno el movimiento de Madres surgió de una forma casi espontánea, mucha gente incluso creyó que nosotros teníamos un aparato atrás nuestro. Pero no era así.

Después del golpe del 24 de marzo del año de 1976 que fue una cosa inédita. Donde se realizaron operativos dentro de las casas de los ciudadanos. Y mi casa fue una

de ellas. A mi me hicieron tres operativos, de los cuales el primero fue el más terrible. Yo creo que parte de ese impacto se debe a que fue el primero también, no me lo esperaba. No así. Porque a mi el primer operativo me lo hicieron en el año '76, pero a mi hija no la encontraron esa noche en la casa. Mi hija desapareció en el '77. Ella estuvo ilegal a partir de ese primer operativo, y nos veíamos muy poco. Y consiguió salvarse hasta que fue a vivir a otro lugar y la encontraron a ella y al novio, y se los llevaron. Eso fue el 17 de mayo de 1977.

Madres empezó casi se puede decir que también en marzo del '76, o el 30 de abril del '77. A los cinco meses del golpe la cantidad de gente que iba por hospitales, Ministerio del Interior, comisarías, iglesias, a Amnistié Internacional, a los cuarteles después, era impresionante. Y todos te decían que no había pasado nada, que ahí no había nada. El Ministerio del Interior era una farsa. Entonces tampoco las madres, la mujeres que iban a todos esos lugares y se veían unas a otras preguntando no se hablaban entre ellas. No es que dialogaban y se contaban que se habían llevado a su hijo. El miedo era muy fuerte, era una cosa espantosa. Pero a los cinco meses, cuando paso el tiempo, se encontraron catorce en la Iglesia *Stella Maris* ahí en Retiro. Y entre esas mujeres estaba Azucena Villaflor, que fue la líder del movimiento. Porque estando ahí las catorce esperando durante mucho tiempo. Esos lugares son muy humillantes porque te revisan, te insultan, pasan una y otra vez haciendo como si no te ven, o mirándote de una forma despectiva, te tocan cuando entras a lo de monseñor Graselli que era quien atendía y un entregador, y otra infinidad de cosas que son humillantes.

Una cosa que hay que destacar antes que nada es que la palabra desaparecido en esa época no estaba, sino que vino mucho después cuando Videla la pronuncio en un discurso por televisión. En esos primeros momentos la palabra era 'se los llevaron'. Y esa mujer, Azucena, después de esperar mucho tiempo dijo '¿qué hacemos aquí? Vamos a la plaza, porque solas no podemos hacer nada. Vamos a la Plaza de Mayo'. Y en ese momento pusieron una fecha, y la fecha era el 30 de abril. Pero ellas contaron mal porque el 30 de abril de 1977 era sábado.

La que primera madre que llevo fue Pepa Noia que ahora tienen ya 87 años, y estuvo dos horas antes. Y esas catorce madres ya en ese momento desconfiaban de todo, porque ninguna de ellas llevaba monederito, ni nada comprometedor, ni el documento. Te digo más en ese momento ninguna si imaginaba, ni sabia que eso había sido un secuestro seguido de muerte. Nosotros no pensábamos que eso había pasado. Porque en todos los golpes de Estado anteriores que ya desde el año '30 veníamos padeciendo no

había sucedido una cosa así. No se nos paso por la cabeza una cosa de esa, pese a que los operativos eran terribles. Robaban, mataban, hacían de todo. En primer operativo en mi casa robaron. Incluso trajeron un chico todo destrozado a mi casa que fue al que torturaron y que me delato a mi. Fue el que les dijo que yo era modista, que había venido a mi casa y que mi hija se llamaba Bety. Y no sé yo de donde saque fuerzas, porque nos avían separado a todos nosotros, y les dije que no lo conocía. Peor yo lo conocía. El pibe cuando llego a la vereda de mi casa murió de tanto que los habían golpeado y torturado. Vos imaginate el estado en que estaba que ya casi ni respiraba, ni podía decir nada.

Te vuelvo a lo anterior. A nosotros no nos pasaba por la cabeza lo que estaban haciendo, pero nada de nada. Por eso decidimos ir los viernes, pero esos días eran también los días en que todas la madres preparaban las cosas para que se reuniera la familia. Así que empezaron a decir que viernes no porque había que lavar, planchar, hacer los mandados, y demás. Entonces se sugirió el jueves. Y desde ese jueves, que fue la tercera vez que nos reunimos en la plaza, fue siempre jueves.

Yo entre en Madres, ahora te cuento, cuando desapareció mi hija. En ese momento yo fui a La Plata junto con mi consuegra para hacer un habeas corpus, y me encontré con otra señora que se llamaba Adelina Alaye. Ella es ahora secretaria de derechos humanos de la provincia. Y al vernos las dos nos pusimos a llorar en la vereda, mira vos que sin decirnos nada ahí nomás nos pusimos a llorar. Vernos la desesperación del hecho que solamente te anotarán. Era desesperante.

Y a los dos días de eso la encontré después en la Asamblea Permanente de derechos Humanos. Porque en esos momentos de derechos humanos había nada más que dos movimientos: Derechos Humanos la Asamblea Permanente y La Liga por los Derechos del Hombre que pertenecía al Partido Comunista. Me la encontré en La Plata y acá en La Capital en menos de tres días, mira lo que son las cosas. Y me dijo muy apurada ‘me voy, me voy a la plaza de las Madres’. Yo en ese momento le pregunte ‘qué plaza de madres, de qué hablas’. Y ella apurada ya saliendo me dijo ‘me voy, me voy’. Yo insistí, ‘pero en qué plaza’. Ahí ella respondió ‘en la de la avenida de mayo’, y se fue. Y a mi me atendieron enseguida, y después bien rapidito me fui corriendo todas esas cuadras. Imaginate que desde la calle Paraguay y Callao, que era donde en ese entonces estaba ese organismo, me fui unas veinte y tantas cuadras para ver si ella había doblado. Si ella iba por esas calles. Y la vi a lo lejos que se une a otra persona que era

Juanita de Pargament. Después de verlas fui caminando más lento, porque tenía ya 49 años y llegue muerta prácticamente.

Cuando llegue la veo a ella que esta junto con otras parada en esos asientos redondos que están en la plaza. En ese momento serian unas veinte o veinte pico. Y yo me acerque a ella que estaba al lado de Azucena, de quien después me hice muy amiga. Incluso fui la última que la vio con vida, que estuvo con ella. Y ahí comenzó la lucha.

Ese 30 de abril comenzó la lucha, nuestra lucha. Y ahora que estoy en el archivo hace siete años ya, sé lo que no sabíamos en esa época que era que se llevaban a cincuenta por noche. Era una cosa que a la larga se iba a saber, se iba a notar. Vos saca la cuenta cincuenta por noche que tienen familias enteras, madres, padres, hijos, hermanos que lo iban a hablar. Nosotros en realidad pensamos que ellos no se dieron cuenta de eso. Nunca se imaginaron que iba a haber un movimiento de Madres, y nosotros tampoco pensamos que íbamos a salir a la calle tan espontáneamente sin conocernos y sin saber nada.

Con este gobierno que fue el primero que se ocupo de los derechos humanos avanzamos mucho. Porque de los treinta y dos años que tenemos, y que ya vamos para treinta y tres, jamás pensamos en estos veintiocho años que llevamos en democracia que íbamos a poder entrar en los campos de concentración, que íbamos a poder ver todo el horror, que íbamos a poder saber de muchísimas cosas de las cuales los ex detenidos-desaparecidos cuando se abrió la Esmá hablaron. Y cuando vino Garzón de España ellos hablaron y dijeron como había sido eso de que aparecieran de repente esas catorce personas que habían sido secuestradas en la Iglesia de Santa Cruz. Y como a Azucena se la llevaron de su casa. Eso fue todo porque se infiltró Astiz, que era un oficial de la marina, dentro de las Madres. Nosotras nunca desconfiamos de él, mira que lo protegíamos como a un hijo. Y lo mandaron porque según palabras textuales de algunos ex detenidos ellos creían que nosotros teníamos un aparato atrás. No se explicaban como habíamos surgido, de donde era que habíamos salido. Algunos pensaban que desde el extranjero nos mandaron, otros pensaban que este era un movimiento netamente de clase trabajadora cosa que no es cierto. Pero nosotras no teníamos nada, solamente la locura, el dolor, el terror de lo que nos paso. Muchos no tuvieron operativos en sus casa, sino que eran llevados en la calle, de adentro de la iglesia. Así se llevaron a muchos médicos, muchos abogados, muchos escritores. De la intelectualidad se llevaron a muchos. Lo mismo paso con las escuelas secundarias. No se puede creer que del Colegio Nacional de Buenos Aires que es la élite, porque se entra directamente

ahí con una enseñanza super buena por lo que después entras directamente en la facultad sin tener que dar ningún examen, hay 109 personas desaparecidas.

Y nuestra lucha fue bastante grande para poder ir metiéndonos en cada escuela, en cada lugar que teníamos oportunidad para que se fuera conociendo lo que paso. Ibarra cuando estuvo a cargo de la ciudad, antes de que pasara lo de Cromañon, forcejeo mucho para que en las escuelas se hicieran cátedras para que las Madres podamos ir a hablar. Para que esto no vuelva a pasar nunca más. Porque nuestra idea es que se sepa lo que paso, lo que ocurrió. Nosotras estamos haciendo la historia.

Muchas veces incluso a mi me preguntan porque yo tengo las fotos de todas, o sea las que pudimos recuperar después de que hicimos ese rompimiento en el '86. Y esa te digo fue una de las cosas más dolorosas que nos paso y que no debería haber sucedido, pero paso. Yo sigo queriendo mucho a las Madres de Hebe, a ella no. Porque ella nos traiciono, pero ellas hicieron su elección de quedar quedarse con Hebe. Y nosotras hicimos la nuestra con una mano adelante y la otra atrás. Porque estuvimos dieciséis años sin casa, después de haber tenido dos casas que logramos tener gracias a la ayuda internacional. Recién hace ocho años que tenemos este lugar acá. Antes íbamos al CEPAL que es de Pérez Esquivel o al MEDH que nos prestaba una habitación. Y todo lo que teníamos y lo que habíamos llevado, y el material que había habido en esos años desapareció, o se lo quedo Hebe, alguno ella lo rompió. A mi me dolió mucho esa separación, y antes cuando hablaba de esto yo lloraba mucho. Porque nosotros trabajamos juntas mucho tiempo. Nosotras somos como las parientes pobres de ellas, porque no tenemos ningún subsidio de ningún gobierno. Y cada gobierno hizo lo suyo. Alfonsín empezó fenómeno haciendo el juicio para luego venir lo de la Conadep donde fuimos todas a declarar.

M: ¿Qué significado para usted la Conadep?

A: Significo que todos fuéramos a blanquear la situación de que nos llevaron a nuestros hijos. Pusieron un equipo de intelectuales con una trayectoria moral muy importante. Entre esos intelectuales incluso estaba Favalaro y Sábato, que investigaron. Y entre todos hicieron ese libro que se llamo 'Nunca más' que ya tiene la séptima edición vendida. Ahí se vieron los torturadores, los jóvenes, los esposos, todos los que se habían llevado. Ahora en la nueva edición ya había diez mil nombres puestos, pero ya nos mandaron de la Conadep otro libro con veintidós mil nombres ya legalizados. Porque no todos los desaparecidos están legalizados, mucha gente todavía no hizo la denuncia.

Mucha de esa gente es del interior donde se vive mucho feudalismo. Por eso se cuida mucho el puestito por miedo.

Pero la verdad que esperar treinta años es como mucho me parece.

M: Y qué opina de la teoría de los dos demonios que aparecía en un principio en ese libro?

A: En realidad vamos a ser concretos esa teoría ya venía desde el año '65 cuando el ejercito saco a la noche a todos los profesores y los agarro a palazos. Por eso esa noche fue conocida como 'la noche de los bastones largos'. Y muchos de esos profesores murieron, otros se fueron al exilio. Se quemaron todos los libros. O sea eso ya venia como gestándose. Luego apareció la década del '70, donde en el '71 tenemos el primer desaparecido que se llamaba Pujail. Y nosotras estábamos ajenas a eso porque todavía no nos había pasado. Pero vino Perón junto con López Rega y la triple A e hicieron la matanza de muchos intelectuales. Y ya desde hacia mucho tiempo que ellos tenían el proyecto de aniquilar a una generación. Porque se veía lo que iba a venir, ese desmadre de la economía, el cierre de fabricas. Porque lo que ellos lo que querían era empobrecer a la población para tener una minoría rica y una mayoría pobre y callada. Y eso es o que vieron nuestros hijos y la razón por la que tomaron una forma de lucha con la cual yo no estuve de acuerdo. Sé que lo hicieron con todo, sé que pensaron que iban a morir. Porque cuando a mi me hicieron el primer allanamiento le dijimos a mi hija que se fuera a España que nosotros le juntábamos la plata. Y esta esta frase que te digo ahora la dijeron todos 'yo no tengo nada que hacer afuera todo lo tengo que hacer acá'. Yo sé que muchas madres dicen que no se habían dado cuenta, pero eso yo no lo creo. Porque es una militancia fuerte la que hicieron ellos, el cambio de vida fue muy grande.

Mi hija por ejemplo trabajaba en un banco en donde ganaba muy bien, había entrado en medicina con las mejores notas. Pero ya habían comenzado el semillero. Y por eso los aniquilaron. Ya tenían todo planificado y lo hicieron con las peores armas que fueron la tortura, la apropiación de quinientos chicos. Y ya se han recuperado 95 de esos chicos, pero todavía quedan cuatrocientos y pico. Inclusive aun estaba Azucena, que estuvo con nosotras siete meses nomás, cuando pensamos en nuestras hijas que estaban embarazadas. Ahí decidimos en base a eso que quienes estuvieran en ese caso se dedicaran a buscar a los nietos. Muchas madres no estuvieron de acuerdo con eso, pero a mi me pareció bien. Porque así nosotras nos ocupábamos de la otra parte que era buscar a los hijos.

Y a partir de ese momento empezamos a tratar de saber cuales eran las que estaban embarazadas. Por lo tanto en los petitorios, en los habeas corpus que se pedían se ponía si estaba embarazada de cuantos meses. Para así ir averiguando algo tal vez. Por eso con las Abuelas nosotros tenemos muy buena relación. Primero fue presidenta de ellas Eva Barrios, después fue Raquel, la siguió 'La Negrita', luego la señora de Mariani y varios años después la señora de Carlotto. Porque a Estela de Carlotto en principio le devolvieron el cuerpo de su hija. Se lo devolvieron muertos y todo pegado en papel de diario. Y como ella tenía en La Plata mucha gente conocida dentro del ejercito se quedo quieta pensando que iba a poder saber algo más así. Peor pese a todo eso incluso se llevaron al marido que era diabético, aunque después se lo devolvieron.

A lo mejor tenemos ideas concretas de lo que pasó, pero si no las tenemos legalmente no puedes hacer nada.

M: ¿Tuvo algún familiar o personas fuera de la familia que la apoyaran en su búsqueda?

A: Familiares no. En general esos se borraron. Los que si estuvieron con nosotros fueron amigos de mi marido que nos ofrecieron la casa. Porque durante un año estuvimos durmiendo uno en cada lado, porque habíamos tenido tres allanamientos. La verdad es que muy pocos familiares se acercaron.

La verdad es que el hecho de que los padres no hayan aparecido mucho en esa época era por causa de que nosotras teníamos que protegerlos. O mejor dicho teníamos la idea en ese momento de que a los hombres si los iban a llevar, pero a las mujeres no. ¿Cómo iban a tocar a las mujeres? Después nos dimos cuenta de nuestro engaño, cuando nos agarraron tres madres.

Nosotras en un afiche tenemos unas fotos de ellas y de las monjas. Y esa foto de las monjas es de cuando se las llevaron. Nosotros la recortamos porque en el fondo de la foto esta escrito 'Montoneros', y fueron ellos que escribieron eso. Porque cuando se las llevo Astiz, quien fue el promotor de todo eso, las llevó a la Esma. Y ahí se armo un lío porque ahí se junto la marina con el ejercito. Y se preguntaron cómo hacían y qué hacían con la embajada francesa. Eso que paso lo sabemos ahora, no lo sabíamos antes. Lo sabemos ahora después de que hace tres años recuperamos los restos de las madres. Fue ahí que se empezó a saber esto que te estoy contando gracias a los antropólogos que están trabajando con nosotras. Ellos se han portado muy bien con nosotras, tienen una sensibilidad muy importante.

Mira que yo cuando supe que se las habían llevado me tire al suelo, fue una cosa de un dolor. Los otros días mirando por la tele un programa alguien dijo que la gente en

esta situación por la que estamos pasando deberían seguir el ejemplo de las Madres. Pero yo siempre digo que si nosotras no nos hubiéramos encontrado quizás nos hubiéramos muertos. Quizás nunca hubiera existido el movimiento sino fuera por esa madre tan iluminada que puso la semilla que después creció sola. Y nosotras acá hicimos una catarsis, hablamos y hablamos, y seguimos hablando siempre de lo mismo. Estamos hablando hace treinta y dos años de lo mismo.

M: ¿Y nunca pensó en dejar el movimiento?

A: No, nunca se nos planteo. Algunas no volvieron, algunas se han muerto, otras están muy enfermas, otras se han dividido y han ido a otro lugar. Pero en general seguimos todas acá. Yo tengo setenta y nueve años, y la más chica tienen setenta y siete. Y las otras tienen arriba de ochenta años, pero seguimos.

M: ¿Qué pensó usted que iba a pasar cuando volviera la democracia? ¿Qué expectativas tenía?

A: Nosotros tuvimos mucha esperanza porque ya habíamos estado con Alfonsín. Y él tiene un carácter fuerte. Incluso un día habíamos estado en la central radical hablando con él, exigiéndole que tenía que tener que hacerse un juicio. Pero en esa época también vino nuestra separación, ese rompimiento con la línea de Hebe que estaba en contra de los radicales. Y ahí se mezcló lo que no se tenía que mezclar, lo que hasta ese momento no se había mezclado nunca que es ni la religión ni la política. Porque eso es lo peor que puede pasar en un organismo.

En ese momento durante ese gobierno lo que nosotras queríamos era que nos dejaran entrar a los cuarteles. Pero nos dijeron que estaba muy calentito todavía. Estaba y esta, porque el monstruo sigue vivo. Ya tuvimos un desaparecido en la democracia que fue Julio López. Y todas estas cosas que están pasando, los chicos tan violentos en las escuelas, la poca importancia que se le da a la muerte. Todo eso es hijo del proceso. La policía es hija del proceso.

Y nosotras nos ocupamos de la memoria, pero también nos ocupamos de los presos. Por eso vamos a la OTE donde están las chicas solteras reincidentes, y no es que están ahí porque mataron, sino porque robaron o se prostituyeron y las agarraron de nuevo. Porque al ser reiterativa la cosa su situación empeora. Lo mismo pasa con esos catorce mil chicos que están condenados pero los dejan salir y vuelven nuevamente ahí. Porque van a robar, porque nadie les da trabajo cuando van a pedir. Además ya la forma y su lenguaje los hace ser de esa manera. Pero meterlos en la cárcel no es la

solución, hay que comenzar a hacer otras cosas: escuelas, enseñarles sobre derechos humanos, enseñarles algún oficio.

Pero volviendo a tu pregunta, lo que esperábamos de Alfonsín que él hizo fue el Juicio a las Juntas y la Conadep. Cosas que se empañaron después de esa bendita Pascua del '87 cuando fue amenazado por los carapintadas que le hicieron un amago de golpe de Estado, por lo que salimos otra vez automáticamente. Pero de cualquier forma él hizo la Obediencia Debida y el Punto Final. Sin embargo aun después de eso le siguieron haciendo una guerra impresionante y se tuvo que ir antes.

La Obediencia Debida cubría a los tipos a los que los habían mandado a matar y el Punto Final era para que no se hablara más del asunto, para que a los represores no pudiera tocárselos. Y para terminar con esas leyes estuvimos años y años yendo a diputados. Tanto que nos conocemos a todos, pero a todos. Incluso antes de que se aprobara la ley hablamos con ellos un montón. Incluso un día salimos en la página doble de la Nación Pepa Noia y yo sentadas en un sillón. Ese día hubo una tormenta bárbara cuando estábamos en el viejo Congreso, que es hermoso. Pero esta lleno de goteras y por eso en la foto al lado nuestro hay un balde al que le caía agua desde una de esas goteras.

Una de las cosas que le tenemos que agradecer a Kischner que tiene que ver con esto justamente es que él cambió la Corte Suprema de Justicia. Y fue en el gobierno de él que se anularon esas leyes. Ese día estuvimos hasta las dos de la mañana enfrente a la casa de gobierno gritando y la gente apoyándonos.

Y después de eso se hicieron los juicios a la verdad que todos fuimos a apoyar. Y al principal abogado de esos juicios ahora le están haciendo la vida imposible porque vos sabes que los testigos corren un peligro bárbaro. Pues si van a declarar como se lo borro a Julio López se puede borrar al resto. Usan el mismo sistema que utilizaron con nosotras.

M: ¿Pese a las leyes y los indultos usted no se desanimó?

A: No, seguimos adelante luchando siempre. Ahora que nosotras aun exigimos las listas que sabemos que existen y que están. En esas listas dicen donde están, que hicieron con ellos. Porque nosotras sabemos que los tiraron al mar, al río, que los pusieron en fosa comunes. Y eso justamente fue una de las razones por las cuales nos separamos. Porque cuando vino al democracia vino un equipo canadiense que quería ocuparse de los NN. Antes de que se diseminaran como un rompecabezas los huesos. Y luego llegó el ADN.

Y Hebe de Bonafini en ese momento no quiso que se hiciera nada, que se identificara los cuerpos. Y yo le dije que yo quería, porque cada uno es dueño de su hijo. Cada uno es dueño de su ser querido y nadie puede determinarte que es lo que vos quieres hacer con él. Si lo quieres dejar ahí, enterrarlo, cremarlo, o si no quieres hacer nada. Cada uno tiene que hacer la decisión propia familiar. Y como eso es una dictadura, como se lo dije a ella esa vez que estábamos sentadas en la escalera en Irigoyen. Le dije 'pero escuchame una cosa salimos de una dictadura y tenemos otra acá adentro'. Porque lo de ella es una dictadura, se hace lo que ella quiere nomás. Y es así que tienen plata y todo. Las otras madres que se quedaron con ella hicieron su elección. Tal es así que la última vez que nos encontramos sin querer fue en la Esma, en el patio de armas. Y yo con Hebe, Marcia, Juanita y tantas otras nos hicimos un ramillete y nos abrazamos y lloramos como locas. Porque si nos habíamos jugado la vida todas juntas.

Y te cuento más. Cuando nosotras pusimos las cenizas de Azucena en la pirámide, que eso fue una cosa única después de veintiocho años porque aunque la ronda la hacemos juntas cada una va por su lado. Yo como estaban todos los familiares de Azucena y estábamos también nosotras le dije a Hebe y a ellas 'por un momento, por un rato abandonemos todas nuestras diferencias y vamos a rendirle homenaje a la que fue nuestra líder'. Pero ella me dijo 'no'. Y eso que ella estuvo durmiendo en la casa de Azucena.

M: ¿Qué sintió cuando supo del fallo del juicio a las juntas? ¿Se acuerda de eso?

A: lo que me acuerdo es que ellos fueron juzgados a prisión perpetua, pero después cuando vino la Obediencia Debida y el Punto Final que los libero. Ahora por ejemplo Videla esta preso, pero en Campo de Mayo. Y yo creo que poco a poco los van a ir metiendo de nuevo, pero ya estamos en el fin de la vida. Y ellos aun no se han arrepentido, sino que siguen creyendo que han hecho una cosa increíble.

M: ¿Qué piensa usted de los argumentos que dieron tanto Alfonsín como Menem respecto a que las leyes y los indultos se hicieron para conseguir la 'reconciliación nacional'?

A: Nosotras no queremos tener una reconciliación. Ante la muerte de tanta gente no se puede pretender que exista una reconciliación. Y porque tampoco queremos que a los chicos les mientan. Los otros días fui a una escuela y justo se conmemoraba la vuelta a la democracia, y eso de darles esperanzas a los chicos esta bien. Porque ellos tienen que gozar de la libertad ellos, pero nuestros hijos pelearon también por esa libertad. Y si vos a esos chicos vos no le contas la verdad o se la dornas tanto que no se nota la verdad les

mentís. Pues a los chicos les impacta más eso que fue terrorífico, y si pueden ver un video de lo que fue eso mejor. Pero hay que decirles la verdad, que a las mujeres les ponían ratones vivos en la vagina. Eso es terrorífico.

M: ¿En el gobierno de Kischner usted ve que esa política que se venía teniendo desde el gobierno cambió?

A: Y mira con toda la decadencia que venía de la época de Menem, que destruyó tanto al país este gobierno fue un levante. Pero ellos ahora cambiaron, porque ella hace lo que él le dice. Ella es muy inteligente, porque yo la vi en la Cámara de Diputados trabajando. Pero ahora se están equivocando.

M: Y respecto a la declaración del 24 de marzo como feriado que opina?

A: Nosotras queremos que sea feriado. Pero pese a todo vamos a hacer de nuevo la Marcha de la Resistencia, aunque esta vez solo de 12 horas. Porque después de mucha lucha, pese a que otras madres no querían, nosotras sumamos años y tenemos que bajar otra. Porque no aguantamos tanto ya.

M: Qué es la marcha de la Resistencia?

A: La Marcha de la Resistencia empezó en el año '81, y esa fue la más terrible de todas. Casi morimos ahí. Y se nos ocurrió porque era tanta nuestra desesperación que vivíamos haciendo cosas. En ese momento éramos cincuenta madres y se nos ocurrió hacerla por 24 horas. Yo ya no me acuerdo a quien fue que se le ocurrió eso pero decidimos hacerlo. Ese día teníamos la plaza bloqueada, todas las calles que convergían ahí estaban bloqueados por armamentos, por tropas, por carros hidrantes, por gases que no llegaron a tirar. Incluso nos apagaron las luces y a las dos de la mañana se corrió el rumor de que nos iban a matar. Pero nosotras no nos movimos. Y la Asamblea Permanente con Perez Esquivel, el CEPAL y otros movimientos hicieron todo lo posible mundialmente para que ellos cedieran y los dejaran pasar para darnos de comer. Ahí prendieron las luces y todo. Ese día lluvia y hacía frío pero seguimos igual las 24 horas.

La segunda marcha de la resistencia ya no nos dejaron entrar a la plaza así que la hicimos afuera por la calle Florida. Igual fue un éxito. El tercer año nos echaron de la plaza, pero seguimos yendo a las iglesias, a la casa de algunas de las madres o adonde podíamos entrar. Y después volvimos a la plaza llorando muertas de miedo porque la plaza estaba llena de gente armada. Pero no nos hicieron nada

M: ¿Cambiaron o se transformaron de alguna forma los objetivos que ustedes tenían desde el inicio hasta ahora?

A: No, no cambiaron. Como decía Mignone si hay alguien que es extremadamente prolijo es un militar. Y ellos tienen todo guardado, pero no está acá guardado sino en el exterior. Y nosotras queremos saber, queremos ver eso. Porque nosotras solo empezamos a saber después gracias a los datos que nos aportaron los ex detenidos-desaparecidos. Porque en un principio ellos no querían hablar, tenían miedo.

Aunque algo que cambió, si vamos al caso, es que nosotras ahora tenemos además otros proyectos. Ayudamos en la villa 31, donde el 29 y 30 se hacen dos jornadas en el San Martín. Ahí también se va a pasar la película de Madres que dura dos horas. Y es importante esa película porque ahí se ve nuestra visión. Porque no es lo mismo ser el hijo, o la hermana, o el tío. Ellos lo miran desde otro lugar.

Entrevista com Elia Espen.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

E: Bueno, yo soy Elia Espen y empecé en Madres en 1977 porque mi hijo desapareció el 18 de febrero del '77. Al principio fui a ver a un abogado, porque eso era lo que generalmente te decían cuando pasaba eso 'anda a ver a un abogado'. Pero ellos no te firmaban ningún habeas Corpus porque ya tenían miedo. Mas al que fui si me mando el texto para que lo presentara yo a Tribunales. Y ahí siempre en Tribunales encontrábamos a alguien. Y fue así que nos empezamos a conocer las Madres en Tribunales, en el Ministerio del Interior que antes funcionaba en la Casa Rosada. Después trasladaron el Ministerio a un lugar que no recuerdo donde era.

Yo no fui de las primeras, primeras madres. Las primeras madres fueron catorce. Y yo al comienzo militaba en Familiares de Desaparecidos y en Madres. Iba una vez a un lado y una vez a otro. Pero si la conocí a Azucena, Bianco y Careaga que son las tres madres que nosotras tenemos desaparecidas. Las conocía todas.

M: ¿Usted continua militando en los dos organismos?

E: No, después ya no. Me quede con Madres porque me parecía que teníamos más lucha. Como que luchábamos más, aunque familiares siempre hizo cosas fabulosas. Pero me daba la impresión que acá eran más aguerridas como yo me sentía en ese momento, eramos más de ir al frente sin medir las consecuencias. A veces lo charlábamos a eso y decimos cuanta cosa hicimos sin pensar. Mas alguien tenia que contestarnos, que decirnos algo de nuestros hijos. Y íbamos juntas a los cuarteles, a las iglesias y adonde se nos ocurría.

Cuando secuestraron a las Madres yo en ese momento estaba en la Iglesia de Betania. Esa iglesia queda entre Corrientes y Medrano. Porque lo que hacíamos las madres era juntar plata para sacar solicitudes y firmas. Y por eso Azucena, que era la que nos dirigía, cuando salíamos del Ministerio del Interior y estábamos todas ahí afuera tenia ya preparados lo papelitos donde te decía adonde tenias que ir vos. Ella era un amor de persona.

Ese día me acuerdo en que se llevaron a las madres de la iglesia de Santa Cruz, yo estaba en esta otra iglesia por una solicitud y juntando firmas. Y la gente nos daba porque pese a que no nos apoyaban abiertamente porque existía mucho miedo. Pues ya se sabia que estaba pasando, se sabia que desaparecía gente ya. Porque aunque al

principio fuimos pocas, éramos muy ruidosas y por eso la gente se enteraba. Bueno, yo estaba ahí juntando las firmas cuando viene un muchacho y me dice que me tenía que ir. Yo le pregunte en ese momento toda valentona ‘¿por qué me tengo que ir?’, y ahí fue que él me dijo ‘porque se llevaron a gente de Santa Cruz. Así que andate’. Por eso yo pienso que me salve de casualidad porque no me tenía que tocar.

Y nuestras andanzas fueron así bravas. Porque nos corrían de la plaza con ametralladoras. No nos dejaban en ninguna parte y con nosotras andaba este famoso Astiz. Que cada vez que me acuerdo de él, no me olvido nunca de verlo en Deboto atrás mío. Y nosotras a los jóvenes los protegíamos. Yo por ejemplo tenía también hijas jóvenes que no querían que se acercaran. Y lo agarre ese día del brazo y le dije ‘andate, andate porque vos corres más peligro que nosotras’. Y después me puse a pensar ‘si yo hubiera sabido quien era!’, pero en ese momento no lo sabíamos. Y él fue el entregador de estas tres madres que nos faltan y de mucha gente más.

M: ¿Y usted cómo se entero de que existían las madres?

E: Porque yo pienso que teníamos algo en la cara, porque nos detectábamos entre nosotras con mirarnos nomás. Por ejemplo a mi me pregunto una que encontré en una de esas veces que iba a tribunales quien era, y después me pregunta ‘¿a vos quién te falta?’. Y yo le dije que me faltaba mi hijo. Por eso te digo que algo nos identificaba. Y de esa forma nos fuimos conociendo al principio.

Y esa primera vez que fui a Tribunales me dicen que porque no iba a Familiares de desaparecidos que ahí estaban trabajando mucho. Y después de ahí me fui a Madres, y desde ahí empezó toda una cadena de movimiento de acá para allá. Porque para mi era importante esa presencia en la plaza. Muy importante, aunque nos corrieran de ahí y nos pudiéramos reunir en las iglesias. La plaza en si no era lo importante, lo importante era nuestra presencia en la plaza. Que nosotras estuviéramos ahí. Y yo creo que eso era lo que molestaba nuestra presencia ahí.

Al principio no marchábamos sino que nos sentábamos en los bancos. Hasta que un día vinieron y nos dijeron que no se podía estar sentados en los bancos que teníamos que circular. Y nosotras dijimos ‘¡ah! ¿Tenemos que circular? Bueno, vamos.’. y ahí empezamos a dar la vueltita. Antes de eso íbamos y nos sentábamos en los bancos y cada una daba su opinión y decía sus cosas. Azucena repartía sus famosos papелitos para ver que hacíamos. Cada una ya tenía su rol. Y desde ese momento empezamos a dar la vuelta y cada vez se fueron sumando más madres. Porque el asunto es ese como te dije, nos detectábamos, cómo exactamente no sé. Pero había algo que nos vendía.

M: ¿Usted tenía alguien con quién hablar fuera o dentro de su familia?

E: No. Pero yo me sentía muy bien con las madres. Me sentía contenida, porque compartíamos el mismo dolor. Todas estábamos sufriendo el mismo dolor.

Aunque mi familia me apoyo mucho, salvo mi hermano que se aparto. Pero eso porque el tenía un hijo de 18 años en ese momento y tenía miedo. Y te voy a contar una cosa mi hermano sabia que había pasado con mi hijo, pero mi sobrino no. A él le habían dicho que mi hijo se había ido a Europa. Por eso un día me llama por teléfono mi sobrino para preguntarme si no tenía noticias de Hugo. Y yo le dije que la verdad era que no. él me replica 'qué raro tía que no te escriba siquiera', porque el sabía como era mi hijo de cariñoso. Y en ese momento le dije '¿vos quieres saber la verdad?', pese a que mi hermano y mi cuñada me habían dicho que no le contara nada. Pero me parecía que no podía ser que yo permitiera eso, porque era como desmerecerlo a mi hijo. Él fue un ser que existió, y por eso yo no podía darlo por desaparecido. Así que me encontré con mi sobrino afuera y el conté todo como había sido. Y vos sabes que él ahí se tranquilizo, aunque obviamente después surgieron los problemas con mi hermano y mi cuñada. Pero yo no me podía quedar callada de ninguna manera.

M: Me dijeron en una entrevista que hice anteriormente que al comienzo ustedes no hablaban de 'desaparecidos'. Sino que esa palabra salio de un discurso de Videla.

E: Si, eso fue tal cual lo que paso. Al principio les decíamos 'se los llevaron' a lo que ellos nos respondían 'mire estará paseando por ahí, por Europa con su novia'. Esas eran las palabras textuales que nos decían. Pero nosotras agarramos esa palabra de Videla y les decíamos después 'con vida se los llevaron con vida los queremos'. Y eso fue lo que planteamos siempre.

Y nosotros tomamos esa palabra la verdad porque estaban desaparecidos, tal cómo lo había dicho él. Porque ellos estaban desaparecidos. Mi hijo como el de otra sabemos que no puede desaparecer, porque por lo menos te mandaría una carta. Uno conoce a sus hijos, y de ahí empezó la cosa. Después con todas nuestras andanzas empezamos a descubrir todo.

M: ¿Se acuerda que expectativas tenía de cuando volviera la democracia?

E: Yo tenía muchas expectativas, sobre todo que iba a saber la verdad. No era que yo esperara que mi hijo volviera, porque yo creo que cuando pasan años ya sabes que no vuelve. A mi eso no me agarro de sorpresa.

Mi hijo estaba en cuarto año de arquitectura y a veces me contaba que a veces entraban y se llevaban tanta o cual cantidad de chicos. O sea a mi no me agarro eso de

sorpresa. Pero me acuerdo que cuando hablaba con otras madres a ellas sí. Porque ellas no sabían.

Pero en esa vuelta a la democracia, con el gobierno de Alfonsín esperábamos que se abrieran los archivos. Y eso es lo que seguimos pidiendo. Porque queremos saber que paso con cada uno.

M: ¿Qué recuerda de cuando se formó la Conadep? ¿Qué significó eso para usted?

E: Y yo fui e hice la denuncia en la Conadep. Porque aunque ella no cumplió con todas las expectativas que una tenía ayudo. Porque gracias a ese informe se conoció mundialmente lo que había pasado. Ahora después de eso lo que tendrían que haber hecho es seguido la investigación. Empezar a investigar para llegar a la verdad de alguna manera, cosa que hasta el día de hoy no sabemos.

M: ¿Con respecto a los juicios que le paso a usted?

E: El Juicio a las Juntas fue importantísimo, pese a que como una de mis hijas no quiso yo no fui a ellos. Pero ella fue y presencio todo. Mis hijas no querían que fuera para que no me pusiera peor. Porque una de las cosas que había hecho mi familia para cuidarme era que nadie hablaba de Hugo. Hasta que un día las senté a mis cinco hijas y les dije ‘escuchenme ¡Hugo existió! Y fue un buen hermano’. Ellas concordaron conmigo en eso, y ahí les dije ‘enonces si existió y fue un buen hermano tenemos que hablar de él’. Pero ellas me dijeron que no querían porque a mi me hacia mal eso. yo les dije que a mi lo que me hacia mal era que no hablaran de él, porque parecía como que no estaban interesadas. Y no era así porque ellas me acompañaban. Pero después de esa charla era ‘¿y te acordas cuando Hugo hacia esto o aquello!’.

De todos modos yo hasta el día de hoy no sé donde desapareció mi hijo. Él desapareció el 18 de febrero del '77. y me acuerdo que hacia mucho calor ese día cuando le pregunte si iba a venir a cenar. Él me respondió ‘no sé mamá porque estamos preparando un trabajo para entregar’. Y yo me levante a la mañana siguiente y él no había dormido en casa. Pero que un chico de 27 años no haya venido a dormir no es extraño, aunque yo sabia todo lo que estaba pasando.

Y a las ocho y media de la mañana cayeron a mi casa. Justo yo me había ido a enfrente a hacer un mandado, y quienes habían quedado en casa eran mi hija de 11 años y la otra de 23. Porque ya yo tenía dos hijas casadas, y la otra se había ido de veraneo. Y fue la señora del almacén la que me dice ‘me parece que esta pasando algo en tu casa’, y yo me asomo y sí era en mi casa. Yo en ese momento vivía a mitad de cuadra y ellos habían cortado con camiones del ejercito y coches falcón negros de lado a lado toda la

cuadra. Te imaginas que yo cruce corriendo y cuando llego me agarra uno del brazo y dice 'acá hay otra' y me da una trompada'. Ahí nomás me vendaron los ojos y me llevaron arriba donde estaban las habitaciones. En los cuartos estaban mis dos hijas asustadísimas, tiradas en la cama. A mi me tiraron ahí también y yo las toque y percibí que estaban temblando enteras, porque a la de 11 años la levantaron de la cama apuntándole con un arma que qué se yo cual era. Pero la levantaron con tanta brutalidad con el arma que le dejaron la marca del caño. Y a la otra le habían levantado el camisón y la habían manoseado entera. Mientras estuvimos ahí no sé todo lo que me insultaron y lo que me dijeron.

Pero después me volvieron a bajar por la escalera del patio empujándome, aunque yo me sostenía para no caerme. Todo eso con los ojos vendados. Y me metieron en mi dormitorio donde me hicieron sentar. Te imaginas que yo conocía mi cuarto así que sé que me sentaron al lado de una cómoda que tenía con un diván chiquito. Ahí me corrí y me saque un poco la venda y los vi. Uno era un rubio, de pelo crespito que tenía puesto un pilotin del ejercito por lo que me imagine que ese venia de torturar. Porque fue ese el que me golpeo, y yo estuve mucho tiempo con la cara completamente negra de los golpes que me dio. Y cuando se dio cuenta que tenía la venda levantada se aprovecho y me dio otra trompadita por las dudas. Eso fue lo ultimo que hizo porque yo tenía una cajita de música en forma de pianito y adentro tenía unas boludeces. Lo único que tenía de valor eran unos pendientes de oro y un collar que me había mandado mi abuela de Italia. Eso es lo único que lamento porque había sido un regalo de mi abuela. Luego de eso me agarro de nuevo del brazo y me saco al patio previo empujoncito. Y me dijo que no me moviera de ahí y que no saliera a la calle por dos horas creo que me dijo. Después de eso yo me saque del todo la venda y lo vi al ultimo que se iba que agarro una maceta y la iba a romper. En ese momento no sé porque se me ocurrió decirle '¿la vas a romper?', y la dejo. Después cuando vi el destrozo que habían dejado en casa me di cuenta que la maceta no era nada. Pero en esos momentos lo primero que hice fue ir a ver a mis hijas que estaban llorando como locas. Para colmo a una de ellas hacia dos meses que se le había muerto el novio en un accidente justo cuando estaban por casarse. Y yo en ese momento lo que hice fue no llorar, y creo que eso fue lo peor. Porque yo no lloré nada. Las baje y les serví el desayuno, charlando todo para calmarlas un poco.

Al rato me fui arriba y estaba todo tan destrozado. Habían sacado de la habitación de mi hijo todo, hasta la cama a la terraza sacaron. Y se llevaron todo, los

papeles de la facultad, todo. Por eso yo digo que no me quedo nada porque se llevaron todo. Inclusive el estaba escribiendo un libro, porque él escribía muy bien y se lo llevaron.

M: ¿Se acuerdo que sintió cuando se enunciaron las leyes de Punto Final y de Obediencia debida?

E: Yo realmente me sentí muy mal, porque no era lo que nosotras queríamos. Sinceramente lo que esperábamos era verlos a todos enjuiciados como corresponde. Nosotras nos sentimos como abandonadas, o mejor dicho mi sensación personal fue que fui traicionada.

Acá cuando lo hablamos a eso ninguna estuvo de acuerdo con lo que se hizo. Por eso salimos a la calle a gritar más de lo que ya gritábamos, porque no estuvimos conforme. Ni lo estamos hasta el día de hoy.

Yo estuve presente a lo largo de todo el juicio que termino ayer, y si bien al final le dieron perpetua y a los otros dos 25 años. Pero están libres, se quedan en sus casas. Encierran a los ladrones de gallinas por más edad que tengan y a estos no los llevan a la cárcel.

M: ¿Y de los indultos que recuerda? ¿Qué le pasó cuando escucho que por medio de ellos se buscaba la ‘reconciliación nacional’?

E: Yo de los indultos opino los mismos que de las leyes. En cuanto a la reconciliación nacional yo creo que ahora se esta aplicando esa misma política con los juicios que están haciendo. Porque agarran y prolongan las causas, y cuando escuchas las sentencias que les dan no te da para pensar otra cosa. Yo tengo la sensación de que lo que se intenta hacer es establecer que si hay una cosa de un lado y otra cosa en el otro, la tendencia es a que se anulen. El fin va a ser la pacificación que le dicen. Eso es lo que yo siento, y creo que no es justo. Pero nosotras sentimos que va a haber una pacificación, porque como que ya esta. Ya fue como dicen ahora.

Porque los juicios son muy lentos. Mi hijo fue visto en el Atlético por ejemplo, y sé todo el camino que hizo. Porque todo eso me lo contó un sobreviviente. Por eso sé que lo tiraron al río en el vuelo final. Sé todo lo que él paso, y yo no los puedo perdonar. Mientras tenga vida no los voy a perdonar. Más todavía cuando veo que en los juicios no están arrepentidos. Por ejemplo en el juicio de ayer eran tres los que estaban enjuiciados, peor no fueron solo tres los que estuvieron ahí. ¿Dónde están todos los demás? Por eso lo que yo pretendo es que nos e enjuicie solamente a los principales, sino a todos los que participaron. Porque esos que agarraron no fueron los únicos que

hicieron lo que paso, hubo quien los dirigió y hubo otros que ejecutaron las ordenes. Yo quiero que a todos esos los enjuicien, porque sino toda esa gente esta suelta. Por eso la inseguridad esta cada vez peor, porque esta gente se inserto en compañías de seguridad y demás. Están dando vuelta por ahí.

M: ¿Cuál es la relación si existe con otros grupos de derechos humanos?

E: yo tengo buena relación con todos. Pero no nos juntamos todos en un movimiento porque aunque el objetivo y la causa son las mismas todos tienen tendencias, pensamientos y formas de actuar distintas. Ahí es donde esta la clave. Tenemos una visión distinta, por eso yo me siento identificada acá.

M: ¿Y con el otro grupo de Madres?

E: Yo no las juzgo, pero tampoco las justifico. Porque todas empezamos juntas primero con Azucena y después seguimos con Hebe, y todo juntas. Pero después hubo disparidad de ideas, se veían las cosas de distintas formas. Mas si Hebe decía siempre que la sangre de tus hijos no se debe negociar y demás, que es lo que esta haciendo ahora. Por eso te digo tenemos la misma causa pero con formas distintas de llevarla adelante. Porque yo nunca voy a tener ningún partidismo político hacia algún partido en especial. Así sea que algún partido me guste, mi única bandera son los chicos desaparecidos. Y yo no los voy a traicionar nunca, y somos varias la madres que opinamos lo mismo.

M: ¿Cuál es la relación del movimiento con el gobierno de los Kischner?

E: Mira respecto a este gobierno hay una disparidad de opiniones entre nosotras. Yo estoy conforme con el gobierno porque gracias a ellos están saliendo los juicios. Pero no estoy conforme porque acá falta justicia social, hay mucha hambre. Por eso si un gobierno que se dice defensor de los derechos humanos, pero se olvida de la justicia social, y de los chicos. Yo quiero que haya justicia social, porque fue por eso que lucharon los chicos desaparecidos, para que las cosas cambien.

M: ¿Qué significado para usted la declaración del 24 de marzo como feriado nacional?

E: Me pareció mal porque yo creo que es un día para el recogimiento. No te digo de luto. Pero es un día para salir a las calles para seguir con las consignas, no ya la de aparición con vida porque esa ya no va más. Pero para que se abran los archivos.

No me parece que deba ser un día que se aproveche para irse de vacaciones.

M: ¿Y de la construcción de museos de la Esma y el Atlético entre otros?

E: Yo nunca fui ni voy a ir. Para mí esos son lugares sagrados, y pienso que si pongo los pies ahí adentro no lo voy a soportar. Porque voy a escuchar los gritos y el dolor de los chicos.

Porque si bien creo que tiene que recordarse lo que pasó no me parece bien esto. Pues si vos armás un lugar para que vayan los chicos a ver vas a poner en esos lugares también algunos comercios que vendan algo para poder beber y comer. Y yo con eso no estoy de acuerdo. Y eso que te digo yo que integro la comisión del Atlético.

M: ¿Usted cree que se han transformado o cambiado de alguna manera los objetivos del movimiento desde su inicio hasta ahora?

E: Yo no creo que hayan cambiado los objetivos lo que sí cambió es la forma de ver las cosas. Porque nosotras tenemos un objetivo común que es llegar a la verdad, que se abran los archivos.

Entrevista con Carmen Aguiar de Lapaco.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

CL: Mi nombre es Carmen Aguiar de Lapaco, pero todo me conocen como Carmen Lapaco. Porque en general las Madres adquirimos el apellido de los hijos, pues sino no nos ubican de que desaparecido somos cada Madre. En mi caso la desaparecida es mi hija Alejandra Mónica Lapazo Aguiar, porque mi apellido es Aguiar.

Te cuento un poco como fue que paso. El día 16 de marzo de 1977 hombres fuertemente armados, que en total serian unos 12 entre los que entraron a mi departamento y los que quedaron afuera con armas cortas y largas. Ahí aprendí lo que eran armas cortas y largas. Y después de revisar mi casa buscando armas que no encontraron obviamente porque no teníamos ni un mata gatos. Nosotros no teníamos nada, pues en esa casa vivíamos mi madre, mi hija y yo. porque mi marido había muerto hacia dos años, a los 44 años.

Después de estar ahí en mi casa revolviendo y robándome. Porque se llevaron dos valijas con ropa y cosas. Nos llevaron.

Y te dijo más, cuando sonó el timbre en casa, sonó tan despacito que yo pensé que era en la casa del vecino que estaban tocando. Yo en ese momento estaba con mi mamá, mi sobrino Alejandro, Alejandra y Marcelo, el novio de ella. Mi sobrino estaba porque había venido de San Juan a rendir unas materias que le faltaban para completar su carrera y recibirse de abogado, por lo que se iba al otro día. Pues había rendido bien y ya había comprado el pasaje, así que estamos cenando con mucha alegrías y risas. Así que cuando sonó el timbre y mire por la mirrilla dije que no era acá. Pues estaba todo oscuro. Ahí me dicen del otro lado de la puerta “Fuerzas Conjuntas en acción. Abra la puerta o la tiramos abajo”. Ahí Marcelo me dijo que abriera la puerta y me alejara. Así que abrí la puerta y entraron.

Después de eso que te conté nos llevaron a Alejandra, Marcelo y a mi sobrino. Ah! Pero al principio me olvidaba, nos habían antes sacado al pasillo y nos habían preguntado los nombres. Cuando me toco el turno a mi, como todavía no nos habían vendado, no se que movimiento hice que me agarraron de los pelos y me pegaron. A Marcelo después de eso le pusieron una capucha naranja, porque uno miraba de reojo. Al resto nos pusieron unos pañuelos que sacaron de mi placard, de esos que uno se pone aquí en el cuello. Pero a mí no se dieron cuenta y me pusieron uno transparente, porque

era de gasa por lo que se veía todo. Por eso les vi las caras a todos, y pude reconocer después al Turco Julián y el otro Colores. Y también vi a muchos chicos jóvenes con zapatillas Adidas, pues en esa época se usaban mucho las zapatillas de esa marca. Yo vi todo eso.

En un principio antes de llevarnos me pusieron a mi madre y a mí en el pasillo, y se llevaron a los chicos adentro. Y en ese momento pudimos oír como allí les hacían preguntas a los chicos. Yo lo escuche a Marcelo que les decía “la señora no sabe absolutamente nada”, aunque yo si sabia. Y además hablando de mi hija decía “esta acá que va, si le tiene miedo hasta de su sombra. Mira si se va a meter en política”. Ya hablando de mi sobrino decía que era un maricón provinciano. O sea que decía cosas para echar la culpa sobre él. Por eso yo llevo el nombre de los dos chicos. La madre de Marcelo vive en San Pedro, y me pidió que todo lo que hiciera por Alejandra lo hiciera también por él. Por eso todo lo que yo hago lo hago por los dos.

M: Marcelo era militante?

CL: Si, Marcelo y Alejandra militaban en la Juventud Universitaria Peronista. Marcelo estudiaba historia y Alejandra Antropología. Y se conocieron porque habían tenido materias comunes.

Y después de ese interrogatorio y de robarse las cosas nos llevaron como a las dos de la mañana a un lugar. Pero yo fui viendo todo, porque aun tenía el pañuelo transparente. Pasamos el mercado Central, y ahí fue que yo vi la hora y la temperatura. Eran las dos y media del día 17 de marzo. Por eso como mi hija desapareció el 17 de marzo, que es el día que nos sacaron de mi casa, yo en algunos lugares pongo esa fecha. Pero algunas personas me dicen que tengo que colocar el 16, pues es el día que entraron a tu casa. Por eso en algunos lugares figura un día y en otros el otro.

Pero retomando lo que te estaba contando nos llevaron a un lugar que después supe que era el Club Atlético, que esta allí en el Paseo Colón y San Juan. Entre San Juan y Cochabamba. Y ahí nos tuvieron a Alejandro y a mi durante tres días.

M: ¿Encapuchados?

CL: No. porque cuando yo estaba con el pañuelo ese que te conté vi bien la gente que estaba allí. Los chicos torturados, vi un montón de cosas. Pero cuando me llevaron a declarar, después de estar en la leonera, vienen y se ponen dos personas a mi lado. Uno enfrente y otro detrás. El del frente hacia de bueno, y el de atrás el malo. Jugaban al bueno y al malo. El que estaba atrás era el Turco Julián.

Y como en mi casa mi marido era periodista y yo docente había muchos libros pues éramos grandes lectores. Además mi marido decía que había que leer de todo, e un lado y de otro. ¿Por qué sino como ibas a saber lo que pensaba el otro? Por eso en mi casa ellos se habían peleado por el libro “Mi lucha de Hitler”. Y otra cosa que paso en mi casa es que me preguntaron por qué en la agenda había nombres judíos, y a lo que le responde que el señor que me alquilaba el departamento era de origen judío. A lo que ellos me responden que había más nombres, y ahí yo les digo que podían ser parientes de mi marido que también es de origen judío. Ahí comenzaron a decirle a mi hija “judía de mierda te vamos a hacer jabón”. Por eso yo digo, que yo no pensé en eso, pues sino no hubiera dicho nada. Pero como nunca lo ocultamos ni nada que era un matrimonio mixto, aunque ninguno de los dos éramos practicantes. Por lo que podemos decir que éramos un matrimonio ateo.

Después de eso no llevaron hasta ese lugar, pero como para el sur conocía poco no me pude ubicar. Y después de estar tres días ahí sin tomar agua ni comer nada porque enseguida vomitaba yo. durante ese tempo nos tuvieron en unos cubiculos más o menos de 80 centímetros de altura que separaba uno de otro y del ancho suficiente para que pudiéramos estar nosotros. De largo era de un metro. Y como nos habíamos puesto cadenas en los pies querían que estuviéramos sentados, y había unas argollas que en los primeros momentos nos ponían en las manos. Pero ya después cuando uno empieza a pedir algo, a querer ir al baño te desatan y ya no te vuelven a poner ahí. Creo que eso lo hacían al principio para intimidarte bien. Por eso yo aprovechaba y me ponía boca abajo cuando aun tenía el pañuelo que me pusieron en casa y espiaba. Hasta que en un momento dado veo que se asoman unos zapatos del cubiculo del al lado mío. Y eran los zapatos de Alejandra, pero con pantalones. Y de casa la habían sacado con vestido. Por lo que me asome, y vi que era ella que estaba llorando. Así que pase la mano y la toque, y ella pego un grito. Ahí le digo “no, no quédate tranquila soy tu mamá”. Ahí ella sale, y nos abrazamos y besamos. Ella ahí es que me dice “mamita no aguanto más la tortura. Me estoy muriendo” Y esas fueron las últimas palabras que me dijo.

A Marcelo lo vi muy golpeado, tirado en el piso en posición fetal porque se ve que lo habían torturado mucho. Y también había un chico que se salía pobrecito del cubiculo, como loco; por lo que le pegaban de todas formas que te puedes imaginar. A mi cuando me interrogaron me hicieron preguntas tontas. Como por ejemplo me preguntaron si hablábamos de político los profesores en la sala que teníamos para nosotros en la escuela. Obviamente que yo le dije que no, que solo hablábamos de las

materias que dictábamos, y que a veces nos pasábamos recetas de cocina. Para poder hacerme bien la estúpida.

M: ¿Y usted que materia daba?

CL: Yo daba educación Física.

Entonces vienen y me preguntan si hablaba con las alumnas de política. Ahí yo me hice medio la ofendida “cómo una profesora que se respete va a hablar con las alumnas!”. ¡Aunque con las de quinto año hablábamos mira!

Y también me preguntaron porque había un retrato pegado de Perón y uno más grande de Evita. Porque Alejandra los había puesto en la biblioteca. A eso les respondo que estaban ahí porque nosotros éramos peronistas. Ahí no se que me digo, y le respondí “así que Perón gana nada más que con mi voto! Cuántos de los que están acá con ustedes habrán votado también por él”. Ya ahí a mi me habían cambiado el pañuelo, porque el que estaba adelante mío se había dado cuenta que estaba viéndole la cara. En ese momento en que respondí eso el Turco Julián que estaba atrás mío me pego una cachetada en la cara. Luego de eso hubo ciertos toqueteos que eran más para humillarte que para otra cosa.

Cuando salimos de ahí con mi sobrinos nos dejaron como en la Boca. Porque hacían como que venían de la provincia y nos dejaban en capital federal. Pero yo me di cuenta por los sonidos de los coches que estábamos muy cerca, aunque primero dieron vueltas adentro para después no sé donde nos llevaron. Cuando nos ajaron del auto nos hicieron sentarnos en el piso e ir retrocediendo. Yo creí que ahí nos mataban, te lo juro. Y Alejandro también pensó lo mismo. Nos hicieron contar hasta 100, pero cuando íbamos más o menos por el número 50 siento arrancar el coche. Ahí le dije a Alejandro “yo me saco la venda”, pero el me dice que no lo hiciera. Yo le respondí que sí que lo hacia y me la saque y ya se habían ido. Y nos habían dejado dinero para que nos tomáramos el colectivo. Pero no sabíamos donde estábamos, porque era una calle oscura. Mas vimos a lo lejos una luz y fuimos caminando hasta allá. Y ahí había una fabrica a la que iba entrando gente. Yo le dije a Alejandro que se arrimara y preguntara donde estamos. Ahí le dijeron que en la Boca, y mi sobrino le pregunto que se podía tomar para ir a casa. Le indicaron que a dos cuadras podíamos tomar un colectivo.

Ahora que yo pienso que estas personas para darles todos esos datos ya sabían que pasaban cosas. Porque vos nos hubieras visto la pinta. Porque a Alejandro, mi sobrino, que sigue siendo tan patuquito como antes le habían puesto una camisa rota y unos pantalones viejos. Porque le robaron la ropa, y el Rolex que tenía. Ahí tomamos el

colectivo y la gente nos miraba feo. Porque a mi de tanto tironear la ropa se me había descocido. Y los pelos totalmente horribles, por el porlant que estaba húmedo. Que yo al principio pensé que era porque recién lo habían puesto, y después me entere que era porque el río pasaba cerca.

Fue ahí que cuando llegamos a casa, al edificio, nos abrió la puerta un vecino a las cuatro y media de la mañana. Porque en ese momento no había portero eléctrico y en casa había quedado solo mi madre. Y este vecino, un dentista salía con una chica del consultorio, por lo que nos abrió la puerta y entramos. Ahí abraza y bese a mi mamá antes de meterme en la ducha y limpiarme de tanta mierda. Después de eso empecé a llamar a mi familia. Llamamos a mi hermano. Porque a mi sobrino lo dejaron libre porque no pertenecía a Filosofía. Pues cuando estábamos adentro había escuchado que entre ellos se decían “hay que cosecha que hicimos en filosofía”. Y como son tan cuadrados si no eras de filosofía te podías ir de ahí.

Y a mi me dejaron por bruta, por tonta. Porque me hacia más tonta de lo que soy, pero eso había que hacer para salvarse.

M: ¿Y ustedes esperaban que llegasen?

CL: No, nosotros no esperábamos. Porque sino te imaginas que se hubieran ido a otro lado los chicos. Porque ellos militaban pero más con una lucha de ideas. No eran militantes armados. Y aunque fueran militantes armados, vos suponte eso, nosotros hubiéramos esperado que se hiciera un juicio o alguna cosa. No lo que hicieron.

Marcelo si se que era más político, pero mi hija no. Mi hija era muy miedosa. Le tenia miedo hasta a las palomas.

M: ¿Cómo se conecto entonces con Madres?

CL: Me conecte con Madres porque estando en el Ministerio del Interior donde uno iba a hacer la denuncia alguien hizo un comentario sobre ellas: “hay un grupo de mujeres que se reúnen en la catedral como a las tres de la tarde”. Por eso yo soy de las primeras veinte tantas madres. Al principio como no sabia cuando se reunían yo fui un miércoles, y la catedral estaba cerrada y no vi nada. Después fui un jueves y veo un grupito chico aquí en Hipólito Irigoyen y la calle de Presidencia. Porque la catedral estaba cerrada. Ahí yo me acerco a ellas toda tímida. Algunas de ellas en ese momento me miraban con desconfianza, pero otra madre se acerco y me dice “vos tenés a alguien desaparecido”. A lo que yo le respondí que si, pero le pregunte como lo sabia. Ella me respondió: “por la cara de tristeza que tenes”. Desde ahí empecé a militar en Madres, luchando y siempre con la esperanza de que iba a recobrar a mi hija. Y como en esa época uno se

podía jubilar con veinte años de servicio y sin límite de edad me jubile para dedicarme a los derechos humanos, o sea a Madres. Luego entre también a ser parte del CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), en el cual formo parte de la comisión directiva. Ahí estuve muchos años trabajando con el doctor Emilio Mignone.

M: ¿Tuvo algún otro familiar que la apoyara además de su madre?

CL: Sí, toda la familia. Y los vecinos que yo tenía también se portaron muy bien, lo mismo el encargado del edificio. Incluso te cuento que un psicólogo que tenía el consultorio en el sexto piso me contó la historia de que cuando él iba llegando le dijeron ‘mire las armas que hemos encontrado en esa casa’. Y este hombre también me contó que un día su compañero desapareció. Porque eran dos los psicólogos que trabajaban en ese consultorio. Él me cuenta que un día cuando entro en el consultorio se dio cuenta que lo habían abierto y habían revisado los cajones del otro.

De manera que como te digo yo no encontré rechazo, a lo mejor de alguna pariente. Pero eso era más que nada como una medida para proteger a sus hijos.

M: ¿Qué pensó que iba a suceder cuando retornara la democracia?

CL: Bueno, todas teníamos esperanzas de que iban a ser juzgados. ¡Y han demorado treinta años en juzgarlos!

M: ¿Y cuándo perdió las esperanzas de encontrar a su hija?

CL: Yo no perdí las esperanzas. Te digo más, cuando se dieron los juicios por la verdad, donde íbamos a saber las cosas pero los culpables o los que hablaban no iban a ser castigados, las madres en su mayoría no se iban a presentar. Pero a mí el doctor Mignone me dijo ‘mira, hay que presentarse, porque eso algún día va a servir’. Y si vos entras por la computadora la causa 450 es la que yo hice, y llegue hasta Washington con ella. Y el doctor la hizo por la Marina y yo por el Ejército. Y la mía fue la que siguió el curso y llegó hasta los Estados Unidos en la época de Menem. Y por ella fue que lo obligaron a que creara un grupo de fiscales y jueces que se dedicara a investigar, aunque no se los juzgara que se supiera la verdad.

M: ¿Con respecto al informe y la conformación de la Conadep cuál es su opinión?

CL: Con la formación de la Conadep yo estuve de acuerdo. Y como yo en ese momento me había caído y no podía moverme de mi casa, fueron hasta allá a tomarme la declaración. Pues yo creo que es necesario que se supiera. Porque aunque nosotros pedíamos la bicameral yo creo que no hubiera tenido ella la repercusión que tuvo el informe de la Comisión. Porque la Bicameral a veces es muy cerrada y a veces no pasa tanta información. Acá como decía María Adela, una de nuestras Madres fundadoras,

“acá la vaca se les convirtió en toro”, porque el gobierno creyó que la Conadep iba a hacer el informe y nada más. Pero su informe a servido muchísimo para los juicios, para todo. De manera que nunca hay que desechar nada de lo que puede ser información.

Te digo más yo inicie el juicio a la Verdad, y a mi juicio lo han tomado en cuenta en Córdoba en los nuevos procesos. Inclusive un día me encontré con un abogado que me dijo “te conozco, te conozco! Dentro de unos días voy a presentar un caso basándome en tu juicio”. Por eso te das cuenta de que eso que parece que no es nada al final sirve para algo.

M: ¿Cómo recuerda el Juicio a las Juntas?

CL: Yo te voy a decir, que en el Juicio a las Juntas yo tenia doble entrada. Una era por Madres y la otra por el CELS. Pero justo hubo un chico que estuvo con mi hija en el Atletico, mas a él lo dejaron ir. Y me aviso que a él lo habían citado a declarar, pero en ese momento justo a mi no me tocaba ir. Porque nos daban determinada cantidad de pases para ir y nos ibamos rotando. Así que le dije que no iba a estar pero que pro favor dijera todo lo que sabía. Porque él me contaba algunas cosas, pero no me contaba todo. Mas ese día comentando eso, una Madre se acerca y me dice que me cambiaba la entrada. Y así pude ir, y Marcelo, que era el nombre de este muchacho, en una parte de su declaración dice que estando él ahí había sido testigo del traslado de unas treinta o cuarenta personas que se iban a llevar a una finca en el sur a trabajar la tierra. Que vos sabes lo que eran los traslados. Y ahí les pusieron la inyección para que no se marearon en el avión. Ahí a él le preguntaron si sabia los nombres de algunas de esas personas que se llevaron, y entre los ocho nombres que él menciona nombra a mi hija. Entonces para mi a mi hija la tiraron en los vuelos.

Por eso te digo de todas las cosas algo se saca, algun dato por lo menos. Además yo rescato esos juicios porque fue la primera y única vez en el mundo que se hacia un juicio a los militares. Salvo en el caso de Grecia, pero después de eso no hubo ningún lugar en el mundo donde se hicieran esos juicios. Que aunque no son a lo que uno aspira, pero eso va colocando escalones.

M: ¿Y de las leyes de Punto Final y Obediencia Debida que opina?

CL: Bueno, eso vino a perjudicar todo lo bueno que se había hecho.

M: ¿ Pero eso le dio más animo para luchar?

CL: Mira yo nunca perdí el animo de la lucha. Ni aun enterándome que a mi hija la habían tirado al río. Porque eso a mi me dio más fuerza para seguir.

M: ¿Y cuál es su opinión respecto a los indultos?

CL: Bueno, como te puedes imaginar yo siempre me opuse a eso. Nosotras siempre nos opusimos las Madres. Porque no se puede indultar, pues únicamente se puede indultar a los que tienen sentencia y no a todo el mundo.

M: ¿Se acuerda que acciones organizó el movimiento en ese momento y en cuáles usted participó?

CL: En todas, siempre me vas a ver en las fotos por ahí metida. Porque esa era la única manera que teníamos nosotras de protestar.

M: ¿Me podría decir como es la relación de este grupo con el otro grupo de Madres?

CL: Bueno, nos separamos por pensar en forma diferente. Y continuamos pensando en forma diferente en el sentido de que nosotros tal vez aunque hacemos muchas cosas no insultamos, ni somos explosivos. Yo estoy en este grupo porque pienso igual que ellas y no como el otro. Aunque cuando nos encontramos y esas cosas, yo por mi parte las saludo. A lo mejor somos lo mismo, pero no tenemos el mismo vocabulario.

M: ¿Cuál es la relación de este movimiento con el gobierno de Cristina Kischner?

CL: Es muy buena la relación, porque ellos son el único gobierno que se ocupó de los desaparecidos. Nosotras hemos estado luchando durante treinta años para que hubiera un gobierno que se ocupara de eso. Obviamente criticamos lo que nos parece que no está bien, pero apoyamos con lo que estamos de acuerdo. O sea no siempre estamos criticando.

M: ¿Qué opina usted en cuanto a la declaración del 24 de marzo como feriado nacional?

CL: Ni lo pensé la verdad. Un feriado más un feriado menos no hace la diferencia.

M: ¿Y el hecho de que la ESMA se convirtiera en museo?

CL: Eso me parece que está muy bien. Pero el primero que se hizo fue el Atlético donde estuvimos nosotros con mi sobrino, y que por eso luchamos mucho. Inclusive tengo fotos de los seis que nos reuníamos en mi casa, y que ubicamos el lugar.

Y la ESMA fue un día en el que te diría que estaba media Buenos Aires ahí celebrando.

M: ¿Qué opina de la reacción de la sociedad con la reapertura de los juicios?

CL: Yo creo que les costó, pero que poco a poco lo han ido superando. Primero algunos tenían miedo, aunque otros estaban con los milicos. Pero hay gente que estaba con los milicos y que cuando se fue dando cuenta de las cosas se fue abriendo.

M: ¿Han cambiado los objetivos de Madres desde el inicio hasta ahora?

CL: Los objetivos no han cambiado, pero se han ampliado. Porque antes eran la aparición con vida de nuestros hijos, y ahora tenemos otros proyectos de ayuda social.

M: ¿Qué es lo que para usted debería recordarse de la dictadura?

CL: Lo que debería recordarse es que secuestraban y mataban chicos y grandes.

M: ¿Por qué usted continua en Madres y en el CELS, y no en uno de los dos?

CL: Sigo en esos dos y en la Comisión Pro-monumento, y en Memoria Abierta. Sigo en todos.

M: ¿Pero por qué esta en Madres?

CL: En Madres estoy porque desapareció mi hija. Y aunque al principio empezó cada una por su cuenta cuando nos íbamos encontrando y nos fuimos conociendo nos fuimos uniendo también. Y el nombre de Madres nos lo puso prácticamente la dictadura porque primero nos dijeron las locas de Plaza de Mayo, las Madres Locas. Y nosotras le respondíamos que sí que estábamos locas de dolor. Y después con el tiempo nos quitaron el locas y quedo 'Madres de Plaza de Mayo'.

M: ¿Y déjeme preguntarle por qué en este movimiento y no en el de Hebe?

CL: Porque estábamos enfrentadas en la forma de hacer las cosas de hacerlos. Porque al otro movimiento lo ubicas con una persona Hebe de Bonafini, y aquí la gente nos identifica a todas. Nosotros no queríamos personalizar el movimiento en una persona, éramos todas iguales.

M: ¿Pensó que llegada la democracia el movimiento se iba a desintegrar?

CL: No. incluso cuando nos separamos estábamos muy unidas las que nos juntamos acá. Por ejemplo Tati recién vino con nosotras en 1986, mientras que nosotras estábamos desde 1977. Son muchos años juntas, de conocernos.

M: ¿La formación de la Conadep entonces fue un paso importante para ustedes?

CL: Sí, fue muy importante.

M: ¿Y cuál es la opinión del movimiento respecto a los juicios por la verdad?

CL: Bueno, acá la mayoría se oponía a esos juicios. Pero yo empecé a hacer un juicio de la verdad por medio del CELS. Y ahora esos juicios se están usando en las nuevas causas.

Pero te quiero aclarar que el movimiento no es que se oponía, sino más bien que creían que era en vano hacerlos, porque no resolvíamos nada con el hecho de que se obtuviera alguna información sino podíamos juzgarlos. Mas vale esa era una opinión derrotista y yo siempre trato de tener una opinión optimista de que en algún momento va a servir, a dar resultado lo que hacemos.

Por eso las opiniones cambiaron cuando se demostró que valía la pena.

M: ¿Cómo es la relación del movimiento con los sobrevivientes?

CL: Bueno eso depende. Porque la Comisión de Ex detenidos-desaparecidos es muy radicalizada, por lo que se opone a cualquier cosa. Mientras que hay sobrevivientes con los cuales me llevo muy bien. Y yo como sobreviviente me llevo perfectamente con los otros. Pero no podría estar en el grupo de los detenidos-desaparecidos porque son muy duros. No me siento cómoda con ellos, me siento cómoda con algunos de los que trato y piensan igual que yo.

M: ¿Por qué sigue en Madres si ya sabe lo que ocurrió con su hija?

CL: Porque quiero que se castigue a los culpables. Y Madre es donde yo empecé, son parte de mi vida, son mis compañeras, mis amigas, mi familia.

M: ¿Piensa que Madres va a continuar después de ustedes?

CL: Yo creo que el movimiento va a continuarse en otros grupos. Esta por ejemplo el grupo de Hermanos, pero vos sabes que uno no sabe como piensan los otros. Pero yo sinceramente pienso que vamos a continuar en la historia, pero creo que como institución no veo que vaya a perdurar más allá de nosotras.

Inclusive a una Madre le preguntaron hasta cuando íbamos a seguir, a lo que le respondió “hasta que venga la última en sillas de ruedas y ponga el candado”.

M: yo leí en los libros que hay aquí que en la Marcha Número 22 por la Resistencia las Madres le habían entregado a HIJOS, como un símbolo de que ellos iban a continuar su lucha, los pañuelos.

CL: Sí, los HIJOS llevan en el cuello los pañuelos. Pero ellos van a continuar la lucha desde su punto de vista, no desde el punto de vista de Madres. Porque piensa que eso cambia substancialmente, porque es otra generación. Nosotros peleamos por nuestros hijos, y esa lucha es diferente a la que hacen estos chicos que no conocieron a sus padres. Es decir que la situación va cambiando.

M: ¿Y usted continua usando el pañuelo?

CL: Lo uso cuando soy invitada a un colegio, o a alguna otra cosa en representación de Madres. Porque ahí estamos hablando de nuestros hijos.

Entrevista com Carmen Rodino de Cobo.

M: En primer lugar quisiera que se presentara un poco. En el sentido de quien es, como ingreso en el grupo de Abuelas de Plaza de Mayo.

CL: Mi nombre es Carmen Rodino de Cobos. Y a mi me desapareció mi hija Inés Adriana Cobos el 1 de septiembre de 1976.

Y Madres empezó así, sin darse cuenta de que se estaba armando una organización que iba a prevalecer en el tiempo. Porque todas creíamos que a nuestros hijos los íbamos a encontrar enseguida, pero el tiempo paso y se siguieron sumando más casos de desapariciones. Por lo que el grupo creció muchísimo. Se comenzó a organizar.

Y en realidad yo con Madres empecé desde siempre, porque no hubo en realidad una fecha formal fundacional. Se fue formando con el acercamiento de las mamás que tenían el problema. Y así se iba agrandando el grupo, porque no es que se admitía que se agregara una persona determinada. Sino que cada mamá que venía llorando porque se habían llevado a su hijo ya quedaba en el grupo. Ni le preguntábamos como se llamaba, porque tratábamos de no saber los nombres por las dudas. Nos conocíamos por los apodos. Ni siquiera sabíamos donde vivíamos. Pues era lo más hermético y secreto posible, ¡y menos que menos preguntar si tenía alguna ideología política! Nada jamás, es hasta el día de hoy que eso jamás se pregunta.

Y yo ingrese a Madres después que mi hija desapareció el 1 de septiembre. Desde ahí empecé a concurrir al Ministerio del Interior, que es adonde uno presentaba su denuncia y en consecuencia cruzaba la Plaza. Que era la Plaza de Mayo. Y allí encontrábamos otras mamás, que sabíamos que eran mamás porque todas lloraban. Y así nos íbamos acercando e indagándonos para ver que les decían a cada una. Para ver si coincidía con lo que nos habían dicho. Y de esa forma se formo el movimiento, en la marcha. O sea fue un comienzo muy atípico, porque nadie pensó que se estaba organizando algo. Sin darnos cuenta íbamos constituyendo una resistencia a la política de exterminio, una resistencia no violenta que se basaba en el reclamo, en la petición y en la denuncia. Primero la denuncia la hicimos dentro de los límites del país, y después nos dimos cuenta de que teníamos que denunciarlo al mundo para que supieran que estaba pasando en Argentina. Que era algo gravísimo. Ahí si tuvimos que organizarnos para enviar delegadas, y tuvimos que elegir a las mamás. Y eso era una cosa muy riesgosa. Por eso a esas mamás que tuvieron esa misión yo las comparo a los apóstoles

cristianos que recorrieron el mundo y sufrieron los rechazo y los riesgos que toda misión así conlleva.

Y nos reunimos en la Plaza de Mayo porque como nos citaban en la Casa de Gobierno que esta ahí enfrente, donde tenían una oficinita con unos escritorio que había preparado para ir recibiéndonos y decirnos cualquier explicación alevosa. Por eso teníamos un contacto en la Plaza que es donde nos hallábamos a la salida. Y la ronda surgió porque no nos dejaban estar allí más de dos personas conversando, porque había Estado de Sitio. Y en ese tipo de estado se prohíbe estar en la vía pública en grupos de ciudadanos conversando, por lo que a la vía pública uno la tiene que usar nada más que para trasladarse. Y no para hacer ningún encuentro o una reunión. Y en cuanto hay dos o tres personas juntas en un Estado de Sitio se aproxima un vigilante o alguien de las fuerzas para disolver inmediatamente a los que se han encontrado. Y si existe resistencia se los llevan presos. Porque eso es motivo para detenerte. Por eso empezamos a dar la vuelta. Por eso te digo que todo lo que hicimos fue casi sin pensarlo, sin organizarnos, fue algo casi mecanismo, casi instintivo.

Y esa vuelta era algo que no tenía termino, porque es un círculo.

M: ¿Se reunían en algún lugar además de en la plaza?

CC: No, al principio no nos reuníamos en ningún lugar. Todas las comunicaciones nos la dábamos en la ronda hasta volvernos a encontrar. Y eso te diría que fue a principios de marzo del '77. Pero recién a fines de ese año empezamos a encontrarnos en otros lugares públicos también. Pero disimulando que nos conocíamos. Inclusive íbamos a diversas Iglesias al grupo de oración y allí María Adela nos pasaba papelitos o las informaciones entre oración y oración. Inventábamos infinidad de cosas para poder comunicarnos. Hasta íbamos a una confitería a tomar un té como si fuéramos amigas que nos encontrábamos un ratito. Ahí nos pasábamos el dato entre nosotros, y cada una a su vez se encontraba con otro grupito y pasaba la información. Cada una tenía una mamá bajo su responsabilidad para comunicarle las cositas que había que hacer. Pero eran todas cosas pacificas.

Y si te soy sincera yo creo que desde el primer día nosotros estuvimos filtradas, no sé porque esperaron tanto para dar el golpe y secuestrar a algunas Madres. Porque podían haberlo hecho de entrada, tenían todos nuestros datos. Sabían donde vivíamos. Yo estoy segura que había mamás que no eran mamás, que eran de los servicios y eso los constate personalmente. Aunque yo hasta que un día un periodista quiso hacernos una entrevista y vino una mujer que la vi dentro de nuestro grupo y me empujo para que

largara el grabador que estábamos forcejeando; por un lado el periodista y yo y por otro un agente de las fuerzas. Ahí me di cuenta que estábamos filtradas, pero no sabíamos cuantas eran las mamás infiltradas que teníamos.

M: ¿Y cuándo pasó lo de Azucena que sucedió?

CC: Ahí paso algo extraño, y es que nunca pensamos que nos iban a poner un varón para filtrarnos. Y un varón de la edad de nuestros hijos, joven, por eso nadie sospecho de Astiz. Porque una siempre estaba un poco receloso de las mamás que aparecían y que una no las había visto antes. Pues siempre aparecían nuevas mamás, porque seguían las desapariciones. Era un poco caótico porque uno tenía que poner una buena dosis de fe y confianza de que esa persona que se sumaba al grupo no era de los servicios de inteligencia. Eso era muy bravo eso, muy difícil. Pero seguíamos porque eso era como dicen 'los gajes del oficio'. Eran los riesgos que habían que correr.

Yo creo que la desaparición de Azucena fue el punto de inflexión más importante que tuvo la formación de Madres, porque ellos pensaron que con eso nos dispersaban y terminaban con nosotras. Pero cuando vieron que al jueves siguiente otra vez aparecía esa ronda se dieron cuenta de que no era fácil porque se había constituido una situación que no habían pensado dentro de su plan estratégico. Pero ese fenómeno de mujeres grandes dando vueltas media hora los jueves no lo pensaron. Y si uno se pone a pensar eso era una actitud simbólica. Porque nosotras fuimos echadas de la plaza varias veces, pero seguíamos volviendo a dar vueltas calladas, sin actitudes agresivas, en silencio. Y después de esa media hora nos retirábamos. Eso la verdad es que era cosa de locos, la verdad es que tenían razón eso era cosa de locas.

M: ¿Y los pañuelos blancos como surgieron?

CC: Los pañuelos blancos surgieron después de haber inventado infinidad de identificaciones. Primero fueron unos clavos que nos poníamos en la solapa, en el vestido, y que simbolizaban los clavos de la cruz de Cristo. Y ellos simbolizaban el gran dolor, el dolor máximo. Pero no servían para identificarnos a la distancia, porque uno no podía llegar a ver quien tenía o no clavos. Entonces en una marcha a Luján en la que nos teníamos que encontrar para agruparnos para ir todas juntas dentro de una muchedumbre donde iba a ser difícil desde ya encontrarnos surgió lo de los pañuelos. A una mamá se le ocurrió que nos pusiéramos algo en la cabeza, porque las cabezas se veían, algo puesto en la ropa no se iba a ver tanto. Y ahí una mamá digo que para hacerlo más simbólico porque no usábamos el pañal de nuestros hijos. Y como en esa época no había pañales descartables, sino que eran todos de tela había mamás que

conservaban los pañales. Otras para esa ocasión compraron la tela para hacer el triangulo del pañal. Ahí fue cuando se institucionalizó el pañuelo, porque nos fuimos viendo y nos fuimos acercando para agruparnos. Ese día se adopto el pañuelo blanco. Pero como te dije a nada se le daba carácter oficial, sino que todo lo se hacia se hacia sin pensar que iba a llegar a ser un símbolo, que iba a llegar a ser un llamamiento mundial a la conciencia de la gente. Lo usábamos como una cuestión practica para encontrarnos. Y después todo lo que íbamos haciendo se iba transformando en situaciones simbólicas. Pero siempre nos sentíamos como el primer día, era muy difícil, muy duro. Porque era un gran dolor que se sumaba al miedo de perder la vida.

M: ¿Y usted entro directamente en Madres o participo de otro grupo de familiares también?

CC: Si, yo concurrí a familiares también. Ellos hacían reuniones informativas abiertas al público.

M: ¿Por qué sigue yendo a Madres y no a Abuelas?

CC: Bueno, porque Abuelas salio del grupo de Madres. Pero eso no fue una separación forzada sino por una razón operativa. Siempre teníamos lugares muy estrechos para encontrarnos y reunirnos que no podían albergar a tanto movimiento, a tanta tarea, a tanto papel. Porque estaban los Habeas Corpus que iban entregándonos como garantía de que la persona no era infiltrada. Aunque eso no era una garantía absoluta. Es el día de hoy que uno piensa dada la cantidad de años que transcurrieron y los riesgos terribles que significo esa resistencia es poca la cantidad de madres que desaparecieron.

Además yo me siento más cercana a Madres, porque yo no me entere que mi hija estaba embarazada hasta ocho años después de su desaparición. No obstante guardaba una afectuosa relación con mis compañeras de Abuelas, que habían sido mis compañeras también como Madres y trabajamos juntas mientras estuvimos en el mismo lugar gestionando. Porque primero fueron mamás y a posteriori buscaron a sus nietos. Por eso Línea Fundadora y Abuelas son dos organismos muy armónicos, con mucho intercambio y afecto. Porque ya son treinta tanto años juntas, ya casi somos de la familia.

En cuanto a la separación de Madres, no es que nos fuimos sino que nos fueron. Hebe no permitió que regresásemos a la institución, a la casa a un grupo de mamás que posteriormente crearon lo que se llama Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Y el resto de las agrupaciones después de eso quedaron un poco como a la expectativa luego de eso. Porque tenían que ver como funcionaba ese grupo, y por qué motivo había sido

escindido. Por eso recién al año fuimos aceptadas y reconocidas como un organismo más, y fuimos incorporadas al concierto de entidades de derechos humanos del país. Fueron muy cariñosos y amables con nosotras porque ellos prácticamente nos armaron todo para que tuviéramos un lugar y seguir funcionando. Perez Esquivel en su organismo vació dos habitaciones, una grande y una chica de donde funcionaba para que trabajásemos allí. Porque el hecho de habernos quedado de nuevo sin nada no nos significó bajar los brazos y abandonar la lucha.

Y como había que darle un nombre al organismo le pusimos Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Porque si le poníamos Asociación Madres de Plaza de Mayo la gente no iba a entender porque una misma entidad en distintos lugares. Así que buscamos una denominación que indicara que éramos mamás pero que funcionábamos aparte. Y como la mayoría de las mamás que fueron expulsadas de la sede eran de las que habían dado la primer vuelta se le puso ese nombre. Porque en realidad se expulsó al grupo fundacional y detrás de ellas estábamos todas las que comulgábamos con la forma y el estilo de petición, de trabajo y de actuación de ellas. En realidad si hoy uno piensa en cual fue el motivo de fondo de la escisión no lo encuentra. Porque fue una cuestión más de forma, de estilo, de perfil. Porque Hebe sigue sustentando los mismos principios.

M: ¿Cuándo usted después fue a Abuelas y continuo haciendo la ronda usaba el pañuelo o el botón?

CC: Yo usaba los dos. Me ponía el pañuelo y el botón que me dieron las Abuelas con las caritas de Inés y Rubén.

M: ¿Se acuerda de lo que pensó en el momento en que se enunciaron las Leyes de Punto Final y de Obediencia Debida?

CC: Eso fue un retroceso tremendo y nos sentimos decepcionadas. Porque parecía que uno estaba remando en seco. Además de que sentimos que todo lo que habíamos logrado se había perdido nuevamente con esas leyes y decretos.

M: Y qué opinaba de los argumentos de esos gobiernos de que lo hacían por la reconciliación nacional

CC: Yo sentí que me faltaban el respeto. Porque nosotras nunca creímos en la reconciliación nacional, porque ellos jamás se declararon culpables de las desapariciones, y tampoco dieron un dato de nadie. Y es imposible reconciliarse con asesinos y secuestradores, con apropiadores de niños, con torturadores.

Porque en los Juicios a las Juntas se conocieron bastantes cosas. Porque los pobres testigos se arriesgaron contando los horrores que habían pasado. E incluso el informe que ya se había editado de la Conadep sirvió mucho para ese juicio, porque los afectados dejaron sus testimonios ahí. Con la edición de ese informe yo sentí como que se legitimo lo que decíamos, porque la editora que lo publico era una editora estatal.

La verdad es que el trabajo de la Conadep para mi fue muy bueno. Porque aunque nosotros pedíamos la Bicameral pues pensábamos iba a posibilitar un juicio más estatal que la Conadep que no tenía tanto cuerpo oficial. Pero es el día de hoy que yo creo que la Bicameral no hubiera llegado a hacer lo que hizo la Conadep.

M: ¿Y del gobierno de Kischner qué opinión tiene?

CC: Ese fue el primer gobierno que reconoció la verdad de lo que sucedió en Argentina y quien es quien. Ese gobierno marco bien el concepto de lo que es Terrorismo de Estado. Porque si bien esos siete años pudieron haber grupos subversivos no tenían ni la más misma proporción de lo que es el terrorismo de Estado.

M: ¿Para usted que significo la declaración del 24 de marzo como feriado?

CC: Para mi en particular no significa una cosa importante. Porque esa es la fecha en que se intitulo la represión y el genocidio. Yo preferiría que hubiesen elegido otra fecha, el día que se entrego el informe de la Conadep por ejemplo que fue un día memorable. Que ese día fue como entregar el testimonio del triunfo de una lucha.

M: ¿Cuál es su relación con los sobrevivientes?

CC: A mi me daban una inmensa alegría, porque me renovaban la esperanza de que Inecita volviera viva como volvían ellos. Además ellos fueron tan valientes que testimoniaron en los juicios. Aunque después de que Alfonsín volvió al gobierno y se empezaron a encontrar los centros de detención vacíos ahí fui perdiendo las esperanzas.

Nosotros al principio cuando supimos de los sobrevivientes, de que algunos los soltaban pensamos que los dejaban ir para que contaran los horrores. Para que así al terror de la desaparición se agregara el terror de lo que les esperaba a los que iban a ser desaparecidos.